

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA – PRAC
COORDENAÇÃO GERAL DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA
LINHA DE PESQUISA PRÁTICAS PSICOLÓGICAS EM INSTITUIÇÕES

A DOR DE UM DOCE LAR: NARRATIVAS DA VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA

SOCORRO ALVES DA SILVA

Recife-PE, 2010.

SOCORRO ALVES DA SILVA

A DOR DE UM DOCE LAR: NARRATIVAS DA VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca
Examinadora da Universidade Católica de
Pernambuco, como exigência para obtenção
de título de mestre em Psicologia Clínica.

Orientação: Prof^ª. Dr^ª ANA LÚCIA FRANCISCO

Co-orientação: Prof^ª Dr^ª ZÉLIA MARIA DE MELO (*in memoriam*)

Recife, 2010.

S586d

Silva, Socorro Alves da

A dor de um doce lar : narrativas da violência doméstica / Socorro Alves da Silva ; orientador Ana Lúcia Francisco, Co-orientador Zélia Maria de Melo, 2010.

146 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP. Pró-reitoria Acadêmica. Centro de Ciências Biológicas e da Saúde. Curso de Mestrado em Psicologia Clínica, 2010.

1. Psicologia clínica. 2. Violência contra as mulheres - Aspectos psicológicos. 4. Mulheres - Psicologia. 5. Psicologia social. 6. Esposas maltratadas - Aspectos psicológicos. 7. Violência conjugal. I. Título.

CDU 396

SOCORRO ALVES DA SILVA

A DOR DE UM DOCE LAR: NARRATIVAS DA VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA

BANCA EXAMINADORA:

Prof^ª Dr^ª Ana Lúcia Francisco
Orientadora

Prof^ª Dr^ª Maria de Fátima de Souza Santos

Prof^ª Dr^ª Albenise de Oliveira Lima

Recife / PE

A minha mãe que sempre me mostrou a força, a coragem e determinação, ajudando efetivamente ao longo desses anos da minha formação a permanecer firme, dando-me todo incentivo e ajuda possível para que se concretizasse esse sonho que sempre foi nosso. Ao meu pai, *in memorian*, que mesmo não se encontrando entre nós, tenho certeza que, de onde estiver, estará sempre vibrando com as minhas conquistas.

Amor e gratidão sempre...

A Prof^a e Dr^a Zélia Maria de Melo que acreditou e contribuiu de maneira marcante para o meu crescimento pessoal e profissional que tanto almejo.

In memorian

Às mulheres entrevistadas pela coragem de continuar lutando e pela disponibilidade de fazer do meu trabalho realidade.

AGRADECIMENTOS

De modo especial, a Prof^a e Dr^a Zélia Maria de Melo, *in memoriam*, pela atenção, dedicação e pela disponibilidade com quem exerceu a função de orientadora, a qual foi interrompida devido à fragilidade em que se encontrava sua saúde. Muito obrigada pela amizade, que durante uma fase difícil da confecção deste trabalho, nos fizemos a conhecer e que com sua sensibilidade humana, soube me acolher e colaborar com preciosas palavras que em muito contribuíram para que pudesse reconhecer meus valores e qualidades, não me deixando levar pelo desânimo, mostrando-me a importância de ser perseverante. Saudades eternas.

A minha orientadora Prof^a e Dr^a Ana Lúcia Francisco que foi de suma importância na realização deste trabalho, pelo seu compromisso, acolhimento, carinho, orientação e tanta sabedoria.

Aos meus irmãos, tias e tio pelo eterno apoio e carinho.

A minha avó, sempre doce e ao mesmo tempo tão forte, esteve presente em cada momento com suas orações, superando a ausência e a distância com telefonemas cheios de amor e incentivo.

Ao meu esposo, Luiz Carlos, que com sua sabedoria, respeito e tranquilidade, soube me apoiar em cada etapa deste percurso, compreendendo minhas ausências, meu cansaço, minhas desesperanças e minhas angústias. E agora, comigo compartilhando as alegrias de mais uma etapa concretizada de minha vida.

A minha amiga Ilcéia, pela amizade e tantos trabalhos realizados juntas, e neste esteve sempre presente, incentivando-me, torcendo e dividindo as ansiedades nos momentos de cansaço e aflição.

A Vladya Lira, pelas palavras de incentivo e estímulo.

A Maria Ângela Franco, pelas contribuições indispensáveis para realização desse trabalho.

Ao Grupo Mulher Maravilha, pela compreensão e pelo apoio irrestrito para a execução deste trabalho, cedendo o espaço da Instituição para a realização da coleta de dados.

Aos componentes da banca examinadora desta dissertação: Prof^a Dr^a Albenise de Oliveira Lima e a Prof^a Dr^a Maria de Fátima de Souza Santos.

Ao Laboratório de Clínica Fenomenológica Existencial, que me apontou o caminho, mostrando a beleza da busca sincera pela compreensão do mundo e de nós mesmos.

Ao Laboratório de Família e Interação Social pelo acolhimento e por ter, de alguma forma, contribuído para a realização desse trabalho.

Aos companheiros e companheiras de jornada dentro da formação em Psicologia Clínica.

EPIGRAFE**SEM AÇÚCAR**

Todo dia ele faz diferente
Não sei se ele volta da rua
Não sei se me traz um presente
Não sei se ele fica na sua
Talvez ele chegue sentindo
Quem sabe me cobre de beijos
Ou nem me desmancha o vestido
Ou nem me advinha os desejos
Dia ímpar tem chocolate
Dia par eu vivo de brisa
Dia útil ele me bate
Dia santo ele me alisa
Longe dele eu tremo de amor
Na presença dele eu me calo
Eu de dia sou sua flor
Eu de noite sou seu cavalo
A cerveja dele é sagrada
A vontade dele é mais justa
A minha paixão é piada.

(Chico Buarque de Holanda)

RESUMO

A DOR DE UM DOCE LAR: NARRATIVAS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

O estudo da violência doméstica é um tema de suma importância que vem despertando interesse por parte de pesquisadores das ciências humanas e sociais. Com o intuito de contribuir para o aprofundamento desta temática, esta pesquisa teve como objetivo compreender a experiência de mulheres em situação de violência doméstica e os modos como estas mulheres subjetivam esta violência. Trata-se de um trabalho que pretendeu colocar em pauta a necessidade de uma organização de serviços voltados a esta população, assentados na atenção global, considerando as diferentes demandas pertinentes à saúde, proteção social e jurídica. A importância dada ao problema é fruto da crescente conscientização acerca das desigualdades de gênero, do paulatino reconhecimento dos direitos da mulher e das consistentes evidências da grande magnitude do fenômeno em escala mundial. As participantes desta pesquisa foram mulheres que estão em situação de violência doméstica residentes na cidade do Recife/PE e em Afogados da Ingazeira/PE – Sertão do Pajeú que procuram os serviços do Grupo Mulher Maravilha – organização não-governamental. O instrumento utilizado para nos aproximarmos do fenômeno foram entrevistas semidirigidas, realizadas individualmente. Os dados coletados foram agrupados em eixos temáticos para, a partir daí, compreendê-los segundo seus núcleos de sentido. Os dados analisados mostram a dificuldade que as mulheres encontram em romperem com a violência sofrida, deixando expor o seu aprisionamento por diferentes motivos: o medo de o companheiro matá-la; o receio de que os filhos venham sofrer com a possibilidade de verem o pai preso; o valor creditado ao casamento e a família; sentem pena do companheiro por ser um alcoolista ou por está desempregado; e por não encontrarem ajuda efetiva dos órgãos de defesa da mulher. Vale ressaltar que esses dados corroboram que as raízes da violência doméstica contra a mulher estão fundadas em uma sociedade que se constituiu baseada em um sistema patriarcal, fruto da desigualdade entre homens e mulheres de diferentes raças, etnias, classe social e cultural. Portanto, observa-se a violência como uma questão complexa, bem como as soluções políticas para a sua prevenção e erradicação, requerendo uma compreensão ampla do problema. Por outro lado, a pesquisa mostra a importância da psicologia clínica no processo de ruptura da violência doméstica, contribuindo para um resgate da auto-estima e da autonomia das mulheres, na tentativa de elas romperem o ciclo da violência e os pactos conjugais e domésticos a que estão submetidas.

Palavras-chave: mulher, gênero e violência doméstica.

ABSTRACT

THE PAIN OF A SWEET HOME: REPORTS OF THE DOMESTIC VIOLENCE

The study of domestic violence is an important theme that has been arousing interest in social and human sciences researchers. In order to contribute to a better knowledge of this subject, this research had as objective to comprehend the experience of women in domestic violence situation and the ways that these women subject this violence. It is a work that intended to put on the agenda the need of an organization with systematic services of global attention, considering the different requests regarding health, social and legal protection. The importance given to the problem is due to the increasing awareness of gender hierarchy and inequality, the recognition of women's rights and the consistent evidences of the phenomenon's great magnitude at a world level. The participants were women resident in the cities of Recife and Afogados da Ingazeira/PE – Sertão do Pajeú who usually seeks the services of Grupo Mulher Maravilha non-governmental organization. The instrument used to approach this phenomenon was semi-structured interviews which were performed individually. Collected data were grouped in thematic axis according to their nucleus of meanings for a better comprehension. The analyzed data shows the difficulty that women find in breaking up with the suffered violence by letting themselves to expose their situation through different reasons: the fear of their partner kills them and the possibility of their children see their father arrested; the credit given to the matrimony and family concept; the fact of they feel sorry for the partner to be an alcoholic or for he is unemployed ; and because they cannot find effective help from the organizations of woman's defense. It is valuable to emphasize that this data corroborates with the idea that the roots of domestic violence against women are founded in a society that is based in a patriarchal system, fruit from the disparity between men and women of different races and social and cultural positions. Therefore, violence is observed as a complex matter as well as the politic solutions for its prevention and eradication and so requiring a wide comprehension of the problem. In the other hand, this research shows the importance of the clinic psychology in the break process of domestic violence contributing for a rescue of women's self-esteem and autonomy in their attempt to interrupt the violence cycle and the matrimonial and domestic pacts which to they are submitted.

Key Words: woman, gender and domestic violence.

SUMÁRIO

INDAGAÇÕES EM TORNO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.....	11
1. BINÔMIO – MULHER E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.....	14
2. O LUGAR DA MULHER: “ANTIGAS” E “NOVAS” POSIÇÕES.....	24
2.1 - A Mulher e a Família.....	29
2.2 – A Mulher na Contemporaneidade.....	39
3. A MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.....	46
3.1 – Construção subjetiva da violência doméstica.....	56
3.2 – Atualizando uma História.....	63
3.3 – Direitos Humanos das Mulheres.....	69
4. A ESCUTA DA VIOLÊNCIA: CAMINHO PERCORRIDO.....	78
5. A EXPERIÊNCIA DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.....	86
5.1. Análise de Conteúdo.....	86
5.2. Narrativas da Violência.....	88
5.2.1 NÚCLEOS DE SENTIDO.....	88
5.2.1.1. Compreensão da violência doméstica pela mulher.....	88
5.2.1.2. A experiência a que é submetida.....	90
5.2.1.3. Fatores que impedem a ruptura com a violência.....	100
5.2.1.4. A percepção que se tem do agressor.....	111
5.2.1.5. Tentativas de enfrentamento da violência sofrida.....	116
6. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER: HÁ POSSIBILIDADES DE ENFRENTAMENTO?.....	125
REFERÊNCIAS.....	133
ANEXOS	
Anexo I: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	139
Anexo II: Carta de Aceite.....	141
Anexo III: Carta de Anuência	142
Anexo IV: Quadro do Perfil das Mulheres Entrevistadas.....	145
Anexo V: Roteiro norteador para entrevista.....	146

INDAGAÇÕES EM TORNO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Em experiência profissional na coordenação, em uma organização não-governamental (ONG), foi trabalhado um projeto voltado para o enfrentamento da violência contra a mulher, visando a possibilidade de acesso dessas mulheres à Justiça e ao combate da discriminação racial e de qualquer forma de violação dos Direitos Humanos. Nesse projeto participaram mulheres que já passaram ou ainda passam por situação de violência doméstica.

A violência contra a mulher é um tema recorrente deste campo de estudo desde o primeiro trabalho científico desenvolvido sobre a temática da graduação em Psicologia Clínica na Faculdade Frassinetti do Recife – FAFIRE (2003), ocasião em que se realizou uma pesquisa bibliográfica com o objetivo de conhecer a literatura referente à situação da mulher no contexto da violência doméstica. Dando continuidade à formação acadêmica, em 2004, a especialização em Psicologia Social e Comunitária na mesma instituição, voltou-se, novamente, ao aprofundamento desta temática com ênfase na violência contra a mulher negra com vista a problematizar a tríplice violência a que são submetidas: mulher – negra – pobre. Através de uma pesquisa de campo foi constatado que, apesar de discussões sobre a violência contra a mulher já estarem em curso, estas não atingiam, ainda, as mulheres negras, vítimas não só da violência doméstica, mas das próprias instituições às quais recorriam em busca de proteção e garantia dos seus direitos.

O interesse em tomar este campo como objeto de pesquisa também foi consolidado após o desenvolvimento de trabalho como colaboradora, em atividades na Comissão de Direitos Humanos do Conselho Regional de Psicologia – PE. Essas experiências impulsionaram a busca de um respaldo acadêmico, configurando-se, portanto, como um eixo de estudo e pesquisa.

O envolvimento com a realidade da violência doméstica vivida pelas mulheres incitou voltar-se a esses estudos com inquietações, estimulando a procurar e compreender os motivos que levam estas mulheres a permanecerem nessa situação. O que impede essa mulher de distanciar-se da violência, dita doméstica? Submeter-se a essa violência é uma escolha? A mulher agredida, necessariamente, é apenas vítima?

Tomando essas questões como norteadoras, propõe-se, nesta pesquisa, compreender a experiência de mulheres em situação de violência doméstica, com pretensão de identificar o tipo de violência a que estão submetidas; como essas mulheres compreendem essa violência; como se percebem dentro dessa violência e como percebem a pessoa que as agride; as estratégias adotadas para o enfrentamento da violência a que estão submetidas; os tipos de ajuda que buscam e os serviços aos quais recorrem. Embora se saiba da necessidade de estudos e pesquisas em torno da pessoa que agride, decorreu, neste trabalho, apenas lançar um olhar para essa mulher.

O estudo desta temática justifica-se na medida em que poderá trazer contribuições para a prática de profissionais que atendem essa clientela, bem como os dados obtidos poderão favorecer uma melhor ação psicológica possibilitando às mulheres, em situação de violência doméstica, lidarem consigo próprias de modo encontrarem, dentro da sua realidade, saídas efetivas do contexto que estão inseridas. Esta pesquisa poderá, ainda, oferecer subsídios para a elaboração e implementação de políticas públicas voltadas para o enfrentamento desta problemática.

Para a construção desta temática o trabalho de escrita inicia-se apresentando o campo teórico a ser trabalhado, indicando a estreita relação entre mulher e violência doméstica. Objetivando compreender esta articulação, busca-se traçar uma retrospectiva histórica que possibilitasse situar o lugar da mulher, levando em consideração “antigas” e “novas” posições e os papéis que lhes vêm sendo atribuídos no âmbito privado e público.

Situar, historicamente, o lugar e os papéis assumidos pela mulher serviu de base para a compreensão da violência e de sua luta na conquista de direitos. Considerando que aceitar ou não a violência dirigida contra si tem uma íntima vinculação com o lugar e o papel que a mulher atribui ao homem, trazemos reflexões acerca dos diferentes modos como as mulheres compreendem/subjetivam esta violência, tema desenvolvido no terceiro capítulo.

O quarto capítulo descreve o percurso metodológico adotado no processo de escuta da experiência de mulheres em situação de violência, através das narrativas da violência vivida pelas mulheres, objeto desta pesquisa.

O desvelamento destas experiências articuladas ao referencial teórico adotado possibilita lançar luzes para outros estudos que deem continuidade e aprofundem este tema. Espera-se que os resultados da presente dissertação ampliem a discussão e compreensão acerca dos motivos que levam as mulheres a conviverem com a violência doméstica, oferecendo subsídios para uma melhor ação dos profissionais de psicologia junto a essa clientela, e que contribuam para o fortalecimento de políticas públicas dirigidas ao enfrentamento da violência.

1. BINÔMIO – MULHER E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

A violência é um dos mais graves problemas que atinge a humanidade. Para Pitanguy (2004), ela se encontra entre as principais causas de mortalidade, atingindo crianças, adolescentes, homens e mulheres. Porém, é preciso pensar a violência do ponto de vista da história, no que se refere à sua percepção social e à legitimação de determinados costumes, valores e comportamentos violentos.

Schraiber e D'Oliveira (1999) chamam a atenção para o fato da violência só ter se tornado um problema central para a humanidade recentemente, apesar de presente em toda a história. Para estas autoras, tratar a violência como um fenômeno social é fruto de determinados movimentos da modernidade, com seus valores de liberdade e felicidade consolidados na criação da cidadania e dos direitos humanos para todos. A partir deste momento, ações que eram percebidas como inevitáveis na ordem do mundo, e mesmo desejáveis, passam a ser indesejáveis e combatidas.

Ao longo da história da humanidade, a mulher tem sido violentada de diversas formas. Além de ser vítima, muitas vezes da violência nas ruas, ela também é dentro da sua própria casa e, não raro, tem como agressor uma pessoa do seu convívio ou de sua relação afetiva, envolvendo, muitas vezes, parceiros, ex-parceiros, filhos, pais, sogros e outros parentes ou pessoas que vivam na mesma casa. Para Saffioti (1994), a violência masculina praticada contra a mulher é o fenômeno mais “democrático” que existe. Ela está em todos os lugares, classes sociais e países, independente da cor, da população, da língua falada e da cultura desenvolvida. A violência doméstica¹ contra a mulher tem suas origens, principalmente, com

¹ Existem inúmeros conceitos de violência doméstica contra a mulher, porém o formulado pela Lei 11.340/2006 – **Lei Maria da Penha** – será considerado nesta produção: Para a lei: “[...] é qualquer ação ou omissão baseada

o surgimento da família patriarcal no período colonial, em que a família se organizava em torno do pai (geralmente um homem branco) – *o pater famílias* – considerado chefe e com autoridade sobre a mulher, os filhos, as filhas e os escravos, os quais estavam na condição de submissos. Por sua vez, o poder do *pater famílias* é transferido para o marido que, uma vez “responsável” pela esposa, legitima, neste lugar, o direito de ser violento, o que leva a pensar este fenômeno como transgeracional.

Aprofundando esta questão, Souza (1997) afirma que a violência que o homem exerce sobre a mulher não surge do casamento, ela vem da educação recebida da sua família, das mensagens e crenças culturais aprendidas e, especialmente, do que lhe foi ensinado sobre o que é ser masculino – macho. Por sua vez, a visão que as mulheres possuem sobre ser homem e ser mulher interfere na dinâmica da relação e repercute na construção de sua identidade e exercício da cidadania. Afirma, ainda, que a violência transforma diferenças de classe social, de raça e de sexo em desigualdades que fazem com que uns sejam vistos como superiores e outros como inferiores. Isto quer dizer que nas relações entre homens e mulheres, os homens se sentem superiores e, por isso, desvalorizam a mulher e são violentos em função da ideia da sua superioridade, chegando até a matar a mulher, entendendo isso como um direito.

Na base destas representações sociais pode-se encontrar outra, talvez mais profunda, que inclusive as legitimam: as representações de gênero. Essas representações, segundo Gouveia e Camurça (2004), estabelecem modelos de como deve ser a relação entre homem e mulher, a relação entre as mulheres e a relação entre os homens, gerando uma distribuição desigual de poder, de autoridade e de prestígio entre as pessoas, não raro apresentando o masculino como aquele que tem mais valor. Nessa mesma direção, Azevedo (1985) lembra que a violência contra a mulher envolve um campo de forças em que estão presentes questões

culturais e sociais, mas também, políticas e econômicas, expressando, por outra parte, o senso comum de que a violência é legitimada pela força do “mais forte” sobre o “mais fraco”.

Na esteira dessas reflexões, Greenspun (2002) afirma que a discussão sobre a violência doméstica contra a mulher é uma oportunidade para que homens e mulheres reflitam acerca dos papéis individuais e sociais de uma determinada cultura, a fim de compreenderem que as diferenças existentes em cada indivíduo não perpassam pela superioridade ou inferioridade de um dos sexos.

Com frequência escuta-se que a família é um lugar onde os seres humanos encontram e dão afeto, carinho, segurança e proteção. Poucos conceitos são tão idealizados como amor e família. Um clichê, frequentemente utilizado pela sociedade é que tudo o que se passa dentro das paredes do lar é parte da vida privada e que ninguém tem direito de interferir. Entretanto, esta realidade é bem distinta, pois neste ambiente intocável e sagrado acontecem fatos aberrantes, pratica-se um alto grau de violência e é onde aparecem, em maior número, as mulheres espancadas e agredidas e crianças maltratadas e vítimas de abuso sexual (SOUZA, 1997).

A longa luta de denúncia e oposição à violência contra a mulher, em todas as suas formas, encontra no movimento feminista dos anos 60 um forte aliado, na medida em que possibilitou a quebra do silêncio que, até então, cercava a temática da violência. A partir desse período começam a surgir pesquisas-denúncia e alternativas de solução para tal problema. Sob a defesa do movimento feminista, o espancamento de mulheres passa a ser percebido como um problema social, não apenas por suas proporções quantitativas, mas, também, pela gravidade de suas consequências.

Na década de 70, como resultado de movimentos feministas americanos, surgiram os primeiros abrigos para mulheres vítimas de violência doméstica. Para Schraiber e D'Oliveira (1999), o movimento de mulheres, no Brasil, inicia parcerias com o Estado intencionando a

implantação de políticas públicas de combate à violência. Em 1983, é criado o Conselho Estadual da Condição Feminina e em 1985 são criados o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e a primeira Delegacia de Defesa da Mulher (DDM), no Estado de São Paulo. Em junho de 1996, uma Delegacia Especial de Atendimento às Mulheres passou a funcionar no Rio de Janeiro e, com isso, outras delegacias foram sendo criadas em alguns Estados brasileiros para trabalharem em conjunto com a polícia a fim de investigar e impor o cumprimento das leis que protegem a mulher da violência.

Para Schraiber e *at al* (2005), a violência doméstica como fenômeno social emerge nos anos 80, representando a intersecção entre a violência contra a mulher e a intrafamiliar, indicando que as mulheres sofrem violência em diversos contextos, principalmente o familiar, em que a ideia de família violenta dá lugar à violência que é praticada no ambiente doméstico. É na década de 90 que a violência de gênero alcança maior visibilidade, expressão que vem destacar a ocorrência da violência no âmbito doméstico e diz respeito aos conflitos familiares, perpetradas pelas relações conflituosas de gênero, ou seja, a violência doméstica como violência de gênero é apresentada pelas desigualdades existentes entre as pessoas.

Greenspun (2002) lembra que foi a partir dos esforços das mulheres que haviam sofrido abusos de seus maridos que o “Movimento das Mulheres Vítimas de Violência Doméstica” evoluiu, contribuindo para o aumento do número de abrigos que acolhem mulheres em situação de risco e para o fortalecimento da luta por mudanças na legislação. Mais recentemente, os casos de violência doméstica envolvendo mulheres têm chamado a atenção dos meios de comunicação e do público em geral, trazendo dados estatísticos de homicídios de mulheres.

Conforme Oliveira (2004), a violência contra a mulher pode ser vista como um problema relacional em que a mulher não se encontra, necessariamente, como passiva nessa relação, mas, ao contrário, ela está ao mesmo tempo “dentro” e “fora da ideologia de gênero”,

pois fora da posição de oprimida enxerga para além da ideologia que a oprime. Porém, na violência do homem há uma tentativa de confirmar seu poder, já que se sente ameaçado em perdê-lo.

Na perspectiva de Silva (2003), em situações de violência dentro do ambiente doméstico, todos participam dessa dinâmica, mas somente o agressor é habilitado a parar a violência. Muitas mulheres que são espancadas recebem numerosas orientações para mudar seu comportamento, na esperança de resolver a problemática vivida, o que não acontece. Mudanças nos membros da família não levam o agressor a ser menos violento, pois a violência doméstica não é usualmente um evento único, um incidente isolado. Uma vez que a violência começa em uma relação, tende a aumentar e se tornar mais frequente com o tempo.

Schraiber e D'Oliveira (1999), ao pesquisarem esta temática, indicam alguns aspectos que aprofundam a compreensão quanto aos motivos que impedem algumas mulheres de abandonar a violência sofrida no âmbito doméstico. Relatam que muitas mulheres não revelam a violência sofrida porque se sentem envergonhadas e humilhadas; sentem-se culpadas pela violência ou têm medo de assim serem; temem pela sua segurança pessoal e pela segurança dos filhos e filhas. As autoras elencam, ainda, um conjunto de fatores que podem contribuir para a manutenção desta posição, a saber: essas mulheres tiveram más experiências no passado quando contaram suas situações e sentem que não têm controle sobre o que acontece nas suas vidas; esperam que o agressor mude como ele prometeu; creem que suas lesões e problemas não são importantes; querem proteger seus companheiros por razões de dependência econômica ou afetiva; têm medo de perder seus filhos e filhas, entre outros.

Em pesquisa realizada com profissionais que atendem mulheres em situação de violência, Porto (2006) levanta alguns questionamentos acerca desse fenômeno, indagando os motivos que levam estas mulheres a serem agredidas, por vários anos e de diversas formas, enquanto outras, da mesma classe social, idade, cor/descendência, escolaridade, não permitem

ser violentadas. Embora esse campo de problematização venha sendo objeto de inúmeras pesquisas, acredita-se que não é demais retomá-lo, sobretudo porque a visibilidade deste fenômeno pode levar à falsa impressão de que sabe-se muito ou tudo sobre a violência.

Espíndola, Bucher- Maluschke e Santos (2004) destacam que o Brasil é o país que mais sofre com a violência doméstica, perdendo cerca de 10,5% do seu PIB com gastos no sistema de saúde, com a polícia e o poder judiciário, com órgãos de apoio à mulher e com a própria saúde da mulher, pois a violência causa uma série de danos à sua qualidade de vida e à saúde física e emocional.

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres² revela que a cada 15 segundos uma mulher é espancada no país. Em 2008 foram registrados, no Brasil, 24.523 casos de violência contra as mulheres, representando um aumento de 22,3% em relação a 2007, em que foram registrados 20.050 casos. No que se refere à procura do serviço do Centro de Atendimento à Mulher através da chamada telefônica 180, constatou-se que em 2008 esta procura subiu em 32% com relação aos anos anteriores, atingindo 65 mil atendimentos. Das 269.900 ligações realizadas, 117 mil solicitavam informações Lei Maria da Penha³ e 24.523 (9,1%) relatavam casos de violência. Destes, 56,2% foram denúncias de lesão corporal de 26,5% de ameaças, seguidos de difamação (1.448), perseguições (729), 298 estupros, 261 tentativas de homicídio e 14 assassinatos de mulheres. Quanto à caracterização da população feminina que procura por este serviço, constatou-se que a maior parte das mulheres é negra (39,2%), tendo entre 20 e 40 anos (53,2%), casada (24,8%), tendo cursado parte ou todo o ensino fundamental (33,3%). As mulheres do Distrito Federal foram, proporcionalmente, as que mais entraram em contato com a central, com 351,9 atendimentos para cada 50 mil

² **Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres** – Disponível em: www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sepm/, acessado em 29 de janeiro de 2009.

³ **MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO. Lei Maria da Penha:** o Ministério Público e o combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. (Coord.) CAOP Cidadania, Recife: Procuradoria Geral de Justiça, 2007.

mulheres. Em segundo lugar está São Paulo (220,8) e Goiás em terceiro (162,8). Amazonas (42,1) e Piauí (31,1) aparecem nas últimas posições.

No Estado de Pernambuco, detentor do maior índice de violência contra a mulher em 2008, foram assassinadas 268 mulheres, já em 2009 foram 298. Atualmente, dos 187 municípios do Estado, apenas dois possuem centro de referência e casa abrigo (Recife e Olinda) e somente quatro cidades possuem delegacias especializadas. Os serviços de atendimento às vítimas de violência sexual estão centralizados na capital, o que dificulta o acesso às moradoras de outras regiões, como é o caso das cidades situadas no sertão do Estado.

Dos casos de denúncia de violência contra a mulher que chegam às delegacias no Estado de Pernambuco, 40% não costumam ir adiante, pois em metade deste percentual as mulheres voltam à polícia e retiram a queixa. Esta é uma realidade que também acontece em todo o Brasil. Para Portella (2005), esses dados, em Pernambuco, diferem de outros Estados brasileiros, porque a violência em Pernambuco é mais severa, ocorrendo mais hospitalizações e tentativas de homicídios. As mulheres pernambucanas, por sua vez, demoram mais a sair da situação de violência e a procurarem ajuda, comparando-as às mulheres de outros Estados como, por exemplo, as paulistas. Segundo a autora, este fenômeno ocorre porque em Pernambuco se concentra mais pobreza, menos informação, mais armas, menos serviços especializados oferecidos pelo poder público e menos rede de solidariedade, principalmente vinda da própria população que, muitas vezes, banaliza a violência colocando a mulher numa situação de culpa por não conseguir sair da violência. Entretanto, não se pode ignorar que as mulheres, ao tentarem resolver o conflito, não têm sua segurança garantida por falta de políticas públicas que valorizem o direito a uma vida segura e longe da violência.

Ferreira (2005) acrescenta que, em Pernambuco, há uma forte marca vinda do patriarcalismo e da desigualdade racial, principalmente no que concerne às relações sociais, históricas e culturalmente construídas nas sociedades.

Para Biancarelli (2006), a concentração da violência contra as mulheres vem se dando nas áreas mais abandonadas pelo Estado, por falta de emprego e de políticas públicas que junto à corrupção policial transforma a mulher em presa fácil. De acordo com o Boletim Dados e Análises, do Observatório da Violência⁴, os bairros do Ibura, Nova Descoberta (bairro em que residem as participantes dessa pesquisa), Imbiribeira, Iputinga, Santo Amaro e Casa Amarela, todos da cidade do Recife, foram aqueles que registraram maior número de mortes de mulheres entre 2002 e 2005. São também aqueles em que vivem as populações menos assistidas e que mais carecem dos serviços públicos. As moradias são precárias, sem água nem esgoto, com difícil acesso a escolas e postos de saúde. A falta de serviços públicos, aliada à fragilidade das moradias decorrente da pobreza, torna a mulher ainda mais exposta, retirando dela qualquer possibilidade de defesa.

Outra questão, segundo Biancarelli (2006), é a violência que ocorre com mulheres que vivem em regiões distantes como o Sertão Pernambucano (palco onde vive algumas mulheres que também participaram das entrevistas). As mulheres estão sendo assassinadas e são enterradas como se fossem vítimas de morte natural. A mulher do sertão tem dificuldades de denunciar a violência sofrida, pois como reside habitualmente na zona rural, afastada da zona urbana, dependendo da frequência do transporte público que disponibiliza, pode levar de quatro a cinco dias para chegar a uma cidade onde há delegacia da mulher.

A maioria das mulheres que vivem em municípios no Sertão reproduz com tons mais duros a realidade que predomina em boa parte do Nordeste. Dentro do contexto da cultura do campo, as agressões contra as mulheres são tidas como naturais. Nessa região, longe de ser

⁴ SOS-CORPO – Instituto Feminista para a Democracia. **Boletim de Dados e Análises**. Recife. Ano III, nº 5, maio de 2007.

uma ofensa ou um desrespeito, um homem ser considerado e chamado de ‘cabra-macho’, um ‘cabra da peste’ valente, enaltece e valoriza o exercício da masculinidade. Nesse contexto, as próprias mulheres recebem a violência como um fato dentro da normalidade. O agressor convive sem ser denunciado nem punido. Em alguns casos, diante dessa impunidade, a própria comunidade coloca em prática suas ‘regras’, espancando e até matando estupradores e assassinos.

Ferreira (2006) destaca também que a inexistência de informações sobre a violência contra a mulher no que tange a dados mais atualizados sobre perfis de vítimas e agressores, torna um entrave à qualificação da atuação pública sobre a questão, seja no nível do planejamento de ações e da resolução dos casos pelas instituições públicas, seja da visibilidade da questão junto à sociedade, e ao mesmo tempo revela a invisibilidade da questão nestas mesmas instituições.

Dezenas de crimes contra as mulheres ainda estão impunes, pois, em grande medida, os assassinos fogem após executarem as mulheres. As causas motivadoras têm em sua grande maioria, motivo passional, seguidos de crimes provocados por ciúmes ou relacionamentos desfeitos, embora tenham também alguns registros de latrocínios e execuções do tráfico. Segundo o Ministério da Justiça⁵, no Brasil, 54,3% dos crimes cometidos contra a mulher são os chamados crimes de proximidade, que são praticados por pessoas das relações dessas mulheres, sendo que 72% desses crimes foram cometidos por companheiros conjugais das vítimas. No entanto, dois milhões de mulheres são agredidas por pais, maridos ou parentes, por ano. Desses casos, 55 mil são denunciados à polícia.

Frente a dados tão alarmantes e por pressão de instâncias internacionais de direitos humanos, foi criada a Lei Maria da Penha - Lei 11.340/2006. Ela prevê mecanismos de

⁵ REVISTA JC. In **Jornal do Comércio**. ANO 2, Nº 54, 13 DE AGOSTO DE 2006, p. 01-08

punição mais imediatos em relação ao crime de violência doméstica e familiar contra a mulher e assim denominada, em homenagem à Maria da Penha Maia, vítima de violência.

Conforme Portella (2007), a Lei Maria da Penha, apesar da sua importância na luta contra a violência, ainda precisa de mais força no que diz respeito a sua prática, visto que a violência contra a mulher se trata de uma questão social mais ampla. Apesar das conquistas realizadas nos últimos vinte anos junto ao enfrentamento da violência contra a mulher, ainda há muito que fazer, mesmo porque o movimento de mulheres compreende que enquanto existir violência vai ficar inviável alcançar direitos iguais entre homens e mulheres, bem como relações sociais justas e solidárias.

2. O LUGAR DA MULHER: “ANTIGAS” E “NOVAS” POSIÇÕES

Se isso não bastasse, ainda poderíamos nos perguntar: para que serve a história das mulheres? E a resposta viria, simples: para fazê-las existir, viver e ser. (Mary Del Priore)

Segundo Berman (1997), o primeiro alicerce da construção da ideologia da superioridade do homem, e, conseqüente subordinação da mulher, tem pelo menos dois mil e quinhentos anos.

Na Alexandria romanizada do século I d.C., Filon, filósofo helenista, lançou as raízes ideológicas para a subordinação das mulheres no mundo ocidental. Ele uniu a filosofia de Platão, que apontava a mulher como tendo a alma inferior e menos racionalidade, ao dogma teológico hebraico que mostra a mulher como insensata e causadora de todo o mal, além de ter sido criada a partir do homem. A mulher com alma sensual e carnal, cheia de vaidade e cobiça, era inferior ao homem racional e espiritual, constitucionalmente superior.

Wilshire (1997) ressalta que o modelo cultural na Grécia Clássica é sintetizado por Apolo, divindade do céu, Deus do Sol, da Luz e da Razão. A razão, algo de maior valor, moderada, controlada, objetiva, era associada à Verdade e ao Conhecimento e considerada como característica masculina. O oposto do Conhecimento era a Ignorância – no sentido de desconhecido – um estado inferior a ser evitado, considerado como característica feminina. Para Berman (1997), as almas superiores da classe dominante tinham a capacidade de se dirigirem ao bom, belo e racional, enquanto os escravos, os estrangeiros e as mulheres seriam inferiores desde o nascimento e não tinham muita racionalidade em sua alma.

Ainda conforme Wilshire (1997), Aristóteles escreveu que o conhecimento racional era a mais alta conquista humana e, assim, os homens, mais ativos, seriam superiores e mais

divinos que as mulheres, descritas como monstros desviados do tipo genérico humano, emocionais, subjetivas, enfim, uma espécie inferior. O mundo de Aristóteles é caracterizado por dualismos hierarquizados e polarizados, com clara dominação de um lado sobre o outro. Assim, a Alma tem domínio sobre o Corpo, a Razão sobre a Emoção, o Masculino sobre o Feminino.

Azevedo (1985) afirma que a medicina renascentista incorpora vários desses ensinamentos sobre a mulher.

Assim, de acordo com Aristóteles, por exemplo, o homem é aquele que tem o poder de gerar a vida em outra, enquanto a mulher é aquela que gera em si mesma. A mulher é incompleta, passiva, seus humores dominantes são frios e úmidos e ela traz o desejo de completude através de uma relação com o homem [...] Quanto a Galeno, o que se divulgou sobre suas idéias do Renascimento foi principalmente a sua idéia de que a mulher também possuía sêmen da mesma forma que o homem, apenas que o sêmen da mulher era mais frio e menos ativo que o do homem. Este ponto se torna importante quando se considera que este foi um argumento muito usado para se dar um cunho de “natural” à inferioridade atribuída à mulher. Decorrentes deste pressuposto surgem nesta época dúvidas curiosas como: “pertenceria a mulher à raça humana, ou seria ela uma anomalia, um monstro?” (AZEVEDO, 1985, p. 50)

Segundo Priore (2004), na visão de muitos médicos no período colonial, a mulher era apenas uma criação divina para servir à reprodução. Porém, os médicos reforçavam a ideia de que o estatuto biológico da mulher (parir e procriar) estaria ligado a um outro, moral e metafísico: ser mãe, frágil e submissa, ter bons sentimentos, entre outros.

O desconhecimento anatômico, a ignorância fisiológica e as fantasias sobre o corpo feminino abriram espaço para que a ciência médica construísse um saber masculino pautado na força e na superioridade e um discurso de desconfiança em relação à mulher. O corpo da mulher era visto por médicos e teólogos como um palco nebuloso no qual lutavam Deus e o Diabo e o sangue menstrual era concebido como causador de alucinações tendo ligação com o demônio. No final do século XV, o discurso muda de foco. A mulher seria inferior não mais no plano físico apenas, mas, também, no plano psicológico, em decorrência da própria inferioridade física.

Segundo Azevedo (1985), Rousseau desenvolveu uma teoria colocando a mulher como sendo, por natureza, inferior ao homem. Ele retoma, ainda, dois arquétipos femininos da tradição judaico cristã, em que coloca a mulher como Maria – a “virtuosa”, e outra como Eva – a “sedutora”. Nesse sentido, observa-se que esses dois modelos reforçam o mito da bondade feminina (sexo redentor) e o mito da maldade feminina (sexo perigoso), os quais foram sendo revigorados na construção da representação social do feminino. “Ser mulher para Rousseau é ser sedutora e virtuosa. Virtuosa, consistindo sua virtude principalmente na sua castidade. Porém, ela deve, também, saber agradar ao homem, ser sempre sedutora” (p.51).

No período colonial a mulher que cometesse adultério estava condenada à morte pelo próprio homem. A própria lei permitia que se o homem casado encontrasse sua mulher em adultério, lícitamente poderia matá-la. Para Araújo (2004), a mulher podia ser mãe, irmã, filha, religiosa, mas de modo algum amante. A Igreja Católica, por sua vez, colocava a mulher como sujeita ao homem, assim como ao Senhor. “O homem é a cabeça da mulher, como Cristo é a cabeça da Igreja” (p. 46). A mulher estaria então condenada eternamente a pagar pelo erro de Eva que levou Adão a cometer o pecado.

Rocha-Coutinho (1994) assegura que na modernidade, a Eva pecadora cede docemente seu lugar à santificada. A mulher não é mais identificada como a serpente do Gênesis ou a uma criatura sábia, astuta e diabólica – como milhões de mulheres (as bruxas) que, durante os séculos XV e XVIII foram queimadas pela Inquisição simplesmente pelo crime de serem mulheres orgásticas e possuir um saber próprio. Transformam-se, agora, em um ser doce e sensato, de quem se espera moderação e indulgência. No entanto, entre os anos de 1850 e 1914, o direito da mulher ao orgasmo, segundo Muszkat e Muszkat (2003), revolucionou as práticas sexuais e estimulou as uniões baseadas na mútua atração, possibilitando a erotização da vida do casal e deixando o caminho livre para a busca do par amoroso.

De acordo com Wilshire (1997), os dualismos hierárquicos com o privilégio para a mente masculina e preconceito contra o corpo e a matéria feminina estão na base do pensamento e da cultura ocidental. As imagens positivas e negativas que acompanham os conceitos de masculino e feminino acumulam muitos milênios, tendo sido culturalmente apreendidos. Representam alicerces, tijolos e cimento de uma sólida construção de papéis de gêneros estabelecidos e baseados nos princípios de autoridade e superioridade do homem em relação à mulher. Porém, a autora chama a atenção para o fato de que “masculinidade” e “feminilidade”, muitas vezes nada têm a ver com o fato de ser um homem ou uma mulher. O mais importante e a questão central é o comportamento social.

Quintas (2005) ressalta que desde cedo a socialização determina à menina a se portar como menina, o que quer dizer ser submissa, aumentando a possibilidade de opressão. “Quanto mais inconscientemente for internalizado o papel, maior a solidez da resposta. Educar na direção da submissão corresponde ao traçado sociológico feminino”. (p.48)

No que diz respeito à mulher brasileira, esta vem sendo, desde o século XIV, educada sob o prisma da opressão em um sistema escravocrata-monocultor-açucareiro, em que se privilegiava o homem, “o todo poderoso senhor de engenho” – *o patriarca*.

Saffioti (2005), mostra que para “empoderar”⁶ as mulheres, é necessário que elas busquem o conhecimento sobre sua história, permitindo, desse modo, uma apreensão do caráter histórico do patriarcado, o que é de fundamental importância para que se tenha a dimensão histórica da dominação masculina. Por outro lado, completa a autora, não basta que algumas mulheres ocupem posições econômicas, políticas, religiosas, tradicionalmente

⁶ **Empoderar** é o mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida, de seu destino, tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir e criar e gerir. O empoderamento das mulheres representa um desafio às relações patriarcais, em especial dentro da família, ao poder dominante do homem e a manutenção dos seus privilégios de gênero. Significa uma mudança na dominação tradicional dos homens sobre as mulheres, garantindo-lhes a autonomia no que se refere ao controle dos seus corpos, da sua sexualidade, do seu direito de ir e vir, bem como um rechaço ao abuso físico e a violação sem castigo, o abandono e as decisões unilaterais masculinas que afetam a toda a família. **Fonte:** Disponível em: www.agende.com.br. Acessado em: 20 de janeiro de 2009.

reservadas aos homens, mantendo a natureza do patriarcado. É preciso, também, compreender que o patriarcado é, “[...] um conjunto de relações sociais que tem uma base material e no qual há relações hierárquicas entre homens, e solidariedade entre eles, que os habilitam, a controlar as mulheres” (p. 41), pensamento corroborado por Negrão (2004, p. 221), ao afirmar:

O patriarcado não pode ser entendido apenas como dominação binária macho-fêmea, mas como uma complexa estrutura política piramidal de dominação e hierarquização, estrutura estratificada por gênero, raça, classe, religião e outras formas de dominação de uma parte sobre outra.

Nesse sentido, reforça Saffioti (2005), o patriarcado não representa necessariamente, o poder dos homens individualmente sobre as mulheres, mas sim da categoria social homens. Ou seja, não é exercido apenas por indivíduos do sexo masculino, pois a ordem patriarcal de gênero é tão difundida que é exercida por outros agentes sociais, como uma mulher, por exemplo, podendo também afetar a outro homem. Portanto, a supremacia masculina não está em sua força física, mas na aceitação coletiva de um sistema de valores androcêntricos. A violência contra as mulheres, crianças, adolescentes e idosos, é uma consequência da cultura patriarcal que valoriza a agressividade masculina. Assim, o valor que perpassa todas as áreas da convivência social, no que diz respeito à cultura de exploração-dominação patriarcal, é o controle, gerador muitas vezes da miséria e das injustiças humanas, incluindo a competição, a agressão e a opressão de raça, de classe e etnia. Apesar de todos os avanços que a sociedade e a ciência alcançaram, há ainda uma pesada herança do patriarcado, cuja presença é claramente percebida pelo preconceito e pela opressão de gênero, fundamentando e legitimando a desigualdade.

2.1. A MULHER E A FAMÍLIA:

A história das mulheres não é só delas, é também aquela da família, da criança, do trabalho, da mídia, da literatura. É a história do seu corpo, da sua sexualidade, da violência que sofreram e que praticaram da sua loucura, dos seus amores e dos seus sentimentos. (Mary Del Priore)

No início da colonização, a família – baseada em uma união legalizada – era praticamente inexistente no Brasil e foi somente com o cultivo da terra que a família começou a ganhar importância. Surge a família de organização patriarcal, formada por um núcleo central, legalizado, composto pelo casal branco e por seus filhos legítimos e um núcleo periférico nem sempre bem delineado, constituído de escravos e agregados, índios, negros, mestiços, no qual estavam incluídas as concubinas dos chefes e seus filhos ilegítimos.

Segundo Rocha-Coutinho (1994), a configuração comum da família brasileira, o *pater família* era caracterizado pelo autoritarismo e o domínio do chefe da família sobre a economia, a sociedade, a política, seus parentes e agregados, seus filhos e sua esposa submissa. Esta teria se transformado em uma criatura indolente, passiva, mantida em casa, gerando seus filhos e maltratando os escravos.

Paker (2001) ressalta que a família patriarcal tornou-se a unidade social dominante, essencial aos processos de integração social, bem como de socialização individual. Devido à natureza de sua organização, sua estrutura dual e sua grande dependência ao poder aparentemente ilimitado do próprio patriarca, as distâncias entre seus vários membros eram rigidamente marcadas e ordenadas em termos de uma hierarquia quase absoluta. Esta estrutura hierárquica foi baseada, sobretudo, no exercício da força pelo patriarca: seu direito a apelar para a violência. A autoridade do próprio patriarca repousava na distância social que este

potencial para a violência estabeleceu entre ele e seus continuadores – entre o senhor e os seus escravos, o pai e seus filhos, o macho e a fêmea. Então a dominação patriarcal, na sua estrutura hierárquica, foi assim cristalizada tanto na imagem como na realidade da violência. Na verdade, o símbolo de violência é crucial para a completa compreensão das relações entre homens e mulheres no Brasil Patriarcal.

Do mesmo modo, nesse sistema, as relações entre os sexos eram baseadas no princípio de extrema oposição e diferença. “Também é característico do regime patriarcal o homem fazer da mulher uma criatura tão diferente dele quanto possível. Ele, o sexo forte, ele o sexo nobre, ela o belo”. (PAKER, 2001, p. 58)

Ainda para o autor, o homem era caracterizado em termos de superioridade, força, virilidade, atividade, potencial para a violência e o legítimo uso da força. Suas atividades eram dirigidas para o mundo social mais amplo da economia, política e interações sociais, além do âmbito da família. A mulher, dada à sua evidente inferioridade, é percebida, em todos os sentidos, como o mais fraco dos dois sexos. É bela e desejável, mas de qualquer modo sujeita a absoluta dominação do patriarca. As atividades da esposa e suas filhas eram rigidamente restringidas e limitava-se ao mundo doméstico da própria família.

[...] muitos brasileiros internaram suas mulheres, sem plausível razão, durante anos, num claustro, simplesmente a fim de viverem tanto mais ao seu gosto na sua casa com uma amante. A lei presta auxílio a este abuso: quem se quer livrar da própria esposa, vai à polícia e faz levá-la ao convento pelos funcionários, desde que pague os custos de suas despesas (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 73).

Durante todo o Brasil colônia, nos anos do Império e da República que se seguiram, perdurando quase que até os dias atuais, a autoridade do marido e do pai era reforçada, permanecendo social e juridicamente suprema e intocável. Foi assim que muitos pais e maridos puderam internar suas filhas e esposas em conventos, por terem elas lhes dado um motivo, aparente ou não, de desgosto, ou para impedir casamentos que não eram do seu agrado, com o encobrimento e, até mesmo, apoio da justiça.

As relações entre o patriarca e suas mulheres eram produzidas na socialização de seus filhos e filhas. Para Paker (2001), a filha ficava sujeita a um conjunto de controles muito mais rígido do que os da sua mãe. No interesse de proteger-lhe a virgindade, a honra e, por conseguinte, a honra do pai, sua liberdade de movimento era quase completamente restringida. No caso do filho, era estabelecida menor vigilância paterna e educação sexual básica, sendo este iniciado ainda muito jovem na maturidade sexual.

Nenhuma casa-grande do tempo da escravidão quis para si a glória de conservar filhos maricas ou donzelões. O folclore da nossa antiga zona de engenhos de cana e de fazenda de café quando se refere a rapaz donzelo é sempre em tom de debique: para levar o maricas ao ridículo. O que sempre se apreciou foi o menino a que cedo estivesse metido com raparigas. Raparigueiro, como ainda hoje se diz. Femeeiro. Deflorador de mocinhas. E que não tardasse em emprenhar negras, aumentando o rebanho e o capital paternos (PAKER, 2001, p. 61).

Ao contrário das rígidas proibições sexuais impostas à menina, cuja virgindade era um bem de troca sob o sistema patriarcal, essa iniciação precoce do menino era esperada e estimulada como prova de masculinidade e, até, como uma contribuição potencial para força de trabalho da fazenda.

A visão socialmente constituída da família patriarcal, conforme Paker (2001), continuou a afetar o pensamento brasileiro, as maneiras pelas quais os brasileiros concebem, não apenas sua própria história, mas, também, seu papel social. E talvez, o impacto da ideologia patriarcal tenha sido mais poderosamente sentido e expresso nas construções/representações de gênero, marcadas por interpretações de masculinidade e feminilidade e tentativas de modelização de relacionamentos entre homens e mulheres. Embora estas construções tenham sido transformadas, de diversas maneiras, no curso dos anos, permanece, ainda, a matriz patriarcal no bojo das representações de gênero.

Para Priore (2004), no século XVI as mulheres brancas ficariam sujeitas, primeiro, aos pais e logo depois aos maridos. Eram as sinhás e sinhazinhas, submissas e todas invariavelmente punidas, em caso de falta grave, com o rigor da lei patriarcal. As mulheres

índias eram as amantes dos portugueses que desembarcavam no Brasil. “As índias eram as ‘negras da terra’, nuas e lânguidas, futuras mães de Ramalhos e Caramurus, todas a desafiar, com seus parceiros lascivos, a paciência e o rigorismo dos jesuítas” (PRIORI, 2004, p. 115-116).

Segundo Quintas (2005), a mulher portuguesa vivia para procriar, não podia externalizar os seus desejos sexuais. A índia, ingênua e atraída pelo fascínio do português, oferecia o seu corpo que, ordinariamente, era utilizado para o prazer. A mulher negra, tal qual a índia, sobrelevava-se pelo mesmo útero fértil, além de ser associada ao orgasmo, proibido à mulher branca.

É sugestiva a predominância de mulheres negras nesta pesquisa, oriundas de camadas populares, cuja temática é a violência doméstica. Nesse sentido, é pertinente tecer algumas considerações sobre a história da mulher negra, marcada por conflitos raciais, de gênero, sociais, políticos e econômicos.

Para Hahner (1978), ser ao mesmo tempo mulher e negra, já estabelece uma desvantagem em nossa organização social, pois apesar dos avanços e espaços já conquistados pelas mulheres, as mulheres negras ainda continuam a ocupar as posições mais desfavoráveis na sociedade, situação que advém do período colonial, marcado por um sistema patriarcal e escravocrata. Na condição de escrava, a mulher negra era vendida, trocada como mercadoria entre os senhores fazendeiros. Segundo Andrade (2001), desde a infância, a mulher negra já era negociada por baixo preço para os serviços domésticos, bem como para se transformar em objeto sexual dos homens brancos – o senhor, seus filhos e visitantes, sem falar que a vida familiar entre os escravos praticamente não existia. Tratados como “coisas”, não tinham uma vida familiar, uma vida privada. Segundo Giacomini (1988, p.29), “construir uma família, ter uma prole é algo inacessível àqueles que não possuem nem a si próprio”.

Para esta autora, não se usava a expressão “família escrava”, mesmo porque era tirado do homem negro e da mulher negra o direito de construir uma família, já que os filhos e as filhas, ao nascerem, eram separados das mães e dos pais para serem vendidos como mercadorias. Logo, não se falava em família escrava, mais sim de “filhos de escrava”, “mãe de escrava”, ou seja, a noção de família era estabelecida, exclusivamente, na relação mulher escrava-filhos/filhas, ao passo que as relações entre pai e filhos e filhas e entre irmãos escravos não eram sequer mencionadas. Porém, tudo leva a crer que a relação parental possível entre escravos passaria pela figura da mãe, e, sobretudo, pela relação mãe-filho/filha nos primeiros anos de vida da criança, tornando a questão da paternidade quase ou totalmente inexistente.

Ainda segundo Giacomini (1988), o homem negro-escravo não podia desempenhar os mesmos papéis que um homem branco em relação à família, pois o poder e a autoridade absoluta só eram privilégios do homem branco e, ainda, os homens negros tinham que suportar o abuso sexual dos senhores para com suas companheiras. Muitas vezes os escravos se utilizavam da violência para com suas companheiras devido ao sentimento de “macho traído”, mas, ao mesmo tempo, gerava-se uma ambiguidade de comportamento, pois mesmo usando de violência vinha, em seguida, uma compreensão solidária de igual, já que a mulher negra, também escrava, estava sujeita a qualquer atrocidade dos senhores, ou melhor, do homem branco.

Ao que tudo indica não se alterou o status da mulher negra no Brasil, apenas a sua face se apresenta de outra forma: baixa escolaridade, profissões menos qualificadas, “chefes de família”, ou seja, de trabalhadoras do eito e mucamas a trabalhadoras rurais e empregadas domésticas, e de objeto sexual à mulata sensação. Segundo Gonzalez (1982), as mulatas fazem parte de um tipo especial de “mercado de trabalho”, em que os seus corpos explorados pelos turistas e representantes da burguesia nacional, especialmente das escolas de samba,

onde são manipuladas como objetos sexuais sem perceberem, bem como são provas da “democracia racial”, já que são consideradas de uma beleza exótica; se muito pobre, a beleza constitui uma saída promissora do seu estado de pobreza. Dessa forma contribuem para a nova interpretação do velho ditado racista: “preta pra cozinhar / mulata pra fornicar / e branca pra casar”.

Seguindo esse pensamento, a autora ressalta que ainda hoje existem “patroas” que contratam jovens negras para trabalharem em suas casas como empregadas domésticas, mas com intuito dessas jovens negras serem exploradas pelos seus filhos, principalmente para iniciar-se sexualmente com elas. Na época escravista, também acontecia de senhores, seus filhos e parentes abusarem sexualmente as escravas, tidas como sensuais e donas de um corpo que despertava prazer, o que, sem dúvida, caracterize-se como superexploração econômico-sexual.

Para Hahner (1978), depois de se livrar do regime da escravidão, onde era relegada à condição de servilismo ou à situação de falta de perspectivas das serviçais e domésticas das cidades, a mulher negra foi a viga mestra da família da população negra. Nestes primeiros tempos de “liberdade”, ela foi forçada a arcar com o sustento moral e com a subsistência de todos os outros, tornando-se o amparo da família.

Nesse contexto, as escravas deixaram as senzalas pelos cortiços das cidades, trabalhando em serviços domésticos; ao invés de servir às sinhás, passam a servir às patroas e a serem perseguidas pelos patrões ao invés de senhores. Aqui, novamente, a mesma matriz está presente e, de novo, com outra face.

Conforme Vazant (2005), mesmo com a chegada de um novo milênio, a mulher negra continua a vivenciar das mesmas violências da época da escravatura, as quais mudaram apenas de cara. Hoje, a mulher negra ainda é estuprada, violentada, na “casa grande moderna”, pelos patrões e seus filhos; não pode cuidar dos seus porque tem que trabalhar

dobrado e arduamente para alimentá-los; sua sexualidade tem sido traduzida em política de turismo sexual e tráfico de mulheres e meninas, sem falar que é, constantemente, discriminada por ser negra, mulher e pobre.

Carneiro (1985) reforça a ideia de que, no Brasil, ser negra e mulher indica o mais alto nível de opressão, enquanto que o homem negro é objeto de repressão, perseguição e violência policial, pois, perante a sociedade, o homem negro, principalmente quando se encontra desempregado, é chamado de bandido, de marginal. Nesta mesma perspectiva, Vazant (2005) chama a atenção para o homem negro que é submetido a uma política perversa encontrando-se como vítima preferencial do desemprego, ganhando apenas para a mulher negra.

Por outro lado, é importante destacar a organização familiar das classes populares. Para Soihet (2004), no Brasil do século XIX, a família de classe empobrecida era chefiada por mulheres que viviam sós, sem a presença de um companheiro, indicando as condições econômicas, sociais e culturais das classes populares como um dos fatores na configuração deste fenômeno. Além disso, para aqueles que defendiam concepções de honra e de casamento, as mulheres pobres eram consideradas perigosas à moralidade da nova sociedade que se organizava.

As mulheres populares tinham características muito peculiares nas suas condições de existência. Apesar das semelhanças existentes entre as mulheres de outras classes sociais, as das camadas populares não possuíam os atributos universalmente considerados femininos: delicada, frágil e submissa. Em posição subalterna, eram mulheres que trabalhavam muito, o casamento não se dava nos moldes formais e tinham suas vidas expostas, pois a vida familiar era destinada apenas às camadas mais elevadas da sociedade. Além de estarem sujeitas à exploração sexual dada a sua condição social, econômica e racial.

Ainda para Soihet (2004), o homem pobre estava longe de assumir o seu papel de mantenedor da família devido à sua condição de vida. Embora fosse influenciado pelos padrões culturais, em sua prática de vida revelava uma situação bem diversa. A questão da violência surgia quando não podia mostrar sua força e poder sobre a mulher, revelando, assim, sua fraqueza e impotência. Possivelmente esta situação possa ser compreendida ao atentarmos para o fato de que não conseguindo exercer seu poder e autoridade no espaço público, ou seja, na política e no trabalho, estes seriam assegurados no espaço privado – na casa e sobre a família. Com isso, qualquer ameaça dessa autoridade no âmbito doméstico é acompanhada de forte reação, muitas vezes fazendo uso da violência, já que esta seria uma maneira de compensar o que não pode exercer no espaço público.

Embora as configurações familiares venham se modificando consideravelmente a partir da segunda metade do século XX, no que se refere a organização das famílias das classes empobrecidas percebe-se que vários aspectos desta organização não modificaram. Segundo Muszkat e Muszkat (2003), geralmente são famílias carentes de educação e informação, discriminadas e desrespeitadas pela sociedade, em que na falta e/ou na dificuldade de terem condições básicas de sobrevivência, permanecem em relações “matrimoniais” pouco estáveis.

As mulheres, mesmo casadas, têm inúmeras vezes que se responsabilizar pelo orçamento familiar, além de serem inteiramente responsáveis pelas tarefas domésticas, reforçam as autoras. Muitas delas perdem várias horas por dia viajando, da periferia onde moram para os seus locais de trabalho, não podendo dedicar aos filhos e filhas a atenção que se esperaria na lógica do matrimônio convencional. Embora a mulher, mais do que nunca nos dias atuais, ocupe lugar de “chefe da família”, é comum o modelo tradicional de organização familiar baseado na divisão sexual, base da representação do gênero feminino. O homem

acaba numa pseudo-hierarquia, que lhe permita ocupar o lugar de autoridade junto à mulher e aos filhos e filhas, lugar este que ele não irá encontrar no espaço público.

Com isso, é possível observar que ainda hoje está longe de ser erradicada a dominação masculina nas famílias populares. Segundo Muszkat e Muszkat (2003), há uma representação simbólica em que o homem internaliza como sendo a figura de autoridade e o responsável pela respeitabilidade da família, e é em torno dessa representação que a família vai se organizando e negociando seus poderes. E como garantia dessa respeitabilidade, a mulher mantém simbolicamente uma posição de submissa.

Diniz e Coelho (2005) reforçam, ainda, que não se deve confundir a família brasileira com a patriarcal. Para as autoras, a família brasileira era composta por uma vasta parentela, o que torna limitado pautar a análise da família brasileira tomando como base famílias-padrão, família-patriarcal e as famílias-burguesas. Estas configurações familiares devem ser compreendidas levando-se em consideração a diversidade étnica e cultural do país e os dilemas e paradoxos para incluir tal diversidade nos projetos políticos e sociais. Nesse aspecto, devemos lembrar que a família patriarcal dos engenhos nordestinos diferenciava-se das famílias do Sudeste do país e que o papel da mulher, nas esferas familiares, variava consoante a região, a classe social, econômica, racial e cultural.

Nesse sentido, Quintas (2005) ressalta que entender a onipotência da família colonial é condição *sine qua non* para se estabelecer a origem de qualquer estudo que objetive destacar as especificidades da composição do grupo básico da sociedade. Mas é preciso entender que a noção de posse e questões de poder estará sempre vinculada à origem e evolução do grupo familiar.

No Brasil do século XX, começaram a influir, na ordem familiar, significativas mudanças sociais. Muszkat e Muszkat (2003) indicam que uma das principais características da família contemporânea é a diversidade e a ambiguidade. A própria Constituição Brasileira

de 1988 teve que se adequar e atender a realidade que se constituía na organização familiar já vigente naquela época.

Por outro lado, Osório (2002) enfatiza que, no limiar do século XXI, nunca houve tantas e significativas mudanças nas relações familiares no que se refere ao reconhecimento dos direitos das mulheres, estes não se restringindo às questões da maternidade.

A família continuará sendo um laboratório de relações humanas em que vão sendo construídos os modelos de convivência frente a mudanças em diversos setores: em relação à sexualidade humana, ao reconhecimento dos direitos da mulher e da criança, aceitação da homossexualidade, avanços tecnológicos, mudanças de valores éticos, insegurança financeira, instabilidade profissional, aumento da violência, entre outras situações. “[...] as transformações por que passa a família contemporânea e se projeta no futuro sob a forma de um novo padrão relacional entre homem e mulher, no qual a força física deixa de funcionar como fator de desequilíbrio” (OSORIO, 2002, p. 20).

É interessante destacar o papel e o lugar das mulheres nas famílias, em que a história delas, muitas vezes, se confunde com a história de suas vidas familiares. Para Diniz e Coelho (2005), muitas mulheres perdem a noção de sua identidade e necessidades pessoais, confundindo, assim, seu projeto de vida ao da família ou a de seu cônjuge. Muitas vezes se sentem culpadas e/ou responsáveis por esse projeto fracassar ou ficam ressentidas quando não têm o reconhecimento e gratidão dos outros membros da família pelo seu sacrifício. Logo, podemos observar que “a história de cada um afeta e é afetada pela história de todos” (DINIZ; COELHO, 2005, p. 139).

2.2. A MULHER NA CONTEMPORANEIDADE

Segundo Rocha-Coutinho (1994), atualmente a mulher vem conquistando seu espaço no campo profissional, bem como ocupando postos de prestígio no espaço público. Porém, mesmo tendo ocorrido transformações no espaço político, econômico e social, não se pode superestimar a profundidade dessas mudanças e nem acreditar que as desigualdades entre homens e mulheres tenham sido totalmente erradicadas. Cabe enfatizar que essas transformações influenciam o comportamento social e criam padrões específicos de relações entre homens e mulheres. A autora considera que na psicologia social, o estudo das identidades e subjetividades mostra que o papel de cada ator social é sempre desempenhado em interação com o outro, numa relação de reciprocidade e troca. O feminino é, antes de tudo, uma construção na qual se interpenetram práticas sociais, discursos e representações dos universos, tanto femininos quanto masculinos.

Ser mulher e ser homem são categorias socialmente construídas e, portanto, o ser mulher, da mesma forma que o ser homem, é resultado de uma intrincada rede de significações sociais [...]. O que é ser mulher diz respeito a mulheres de diferentes grupos étnicos e sociais (ROCHA-COUTINHO, 1994, p.17).

Estudos sobre gênero questionam a visão convencional dos lugares/atributos do masculino e do feminino, segundo os quais a divisão social do trabalho situava o homem no espaço público e confinava a mulher no espaço privado do lar. Esses estudos também indicam que esses lugares/atributos e essa divisão não são resultantes de forças naturais, mas, antes, são partes de todo um complexo de fenômenos culturais e historicamente determinados. Embora a sociedade afirme que a mulher é incapaz e pouco importante, uma observação cuidadosa dos seus tipos de escolhas, das relações que estabelecem e dos objetivos que

alcançam indica que mesmo em situações patentes de desigualdades, a mulher possui muito mais poder do que teoricamente se tem admitido.

Esta mesma autora certifica que as representações sociais que os homens e as mulheres têm do sexo está intimamente ligada as suas vivências. A história social, as diferentes instituições políticas, familiares, educacionais e legais de um respectivo país, bem como a posição que se ocupa nessas instituições tornam distintas as experiências e percepções que uma pessoa tem de si e de seu mundo.

Segundo Bassanezi (2004), nos anos 50, com o fim da Segunda Guerra Mundial, o Brasil passou por um período de ascensão da classe média. O país assistia ao crescimento urbano e à industrialização proporcionando aumento das possibilidades educacionais e profissionais para homens e mulheres. No entanto, as distinções entre os papéis femininos e masculinos ainda continuaram nítidas; a moral sexual diferenciada permanecia forte e o trabalho da mulher era cercado de preconceitos. De certa forma, se o Brasil acompanhou as tendências internacionais de modernização e de emancipação feminina, também foi influenciado a pregar a volta das mulheres ao lar e aos valores tradicionais da sociedade.

Durante os anos 50 e início dos 60, a mulher brasileira foi bombardeada por toda uma ideologia que pensava a identidade feminina a partir do marido, da casa e da criação dos filhos. Para Rocha-Coutinho (1994), a mulher da década de 50 foi levada, em grande parte, pela culpa e pela vergonha. Era dela a responsabilidade por tudo que não andasse bem com a casa, o marido ou os filhos, responsabilidade que foi por ela internalizada, levando-a a dedicar sua vida a casa e à família. Uma casa impecável, um marido bem sucedido e filhos fortes, felizes e saudáveis eram tudo o que uma mulher poderia desejar na vida. Portanto, na prática, a moralidade favorecia as experiências sexuais masculinas enquanto procurava restringir a sexualidade feminina aos parâmetros do casamento convencional.

A mulher devia, enfim, ser sempre motivo de orgulho para o marido e, para tanto, deveria se manter delicada, gentil e atenciosa, mas sóbria, austera e discreta, reservando as manifestações de carinho e afeto para a vida em família.

A nítida delimitação de papéis e a aparente harmonia em que viviam as famílias de então não impediram, contudo, que certo incômodo, um descontentamento, um sentimento de insatisfação tomasse conta da existência de muitas mulheres. Tal insatisfação, no entanto, era impensável para alguém que, segundo a sociedade da época, tinha tudo ou supostamente tudo – uma bela casa, um “bom” marido e filhos saudáveis.

Com a ajuda e o impulso dos movimentos feministas, que eclodiram nos países do primeiro mundo, no final da década de 60, produziram-se mudanças no papel e na posição da mulher na sociedade brasileira. Para Quintas (2005), os anos 60 trouxeram transformações fundamentais à vida da mulher. A descoberta da pílula anticoncepcional, os movimentos de contracultura, a abertura do mercado de trabalho, a invasão feminina nas universidades, o conhecimento maior do corpo, a capacidade de controlar a fecundação, a entrega ao prazer sexual sem as incertezas de uma concepção indesejada, por exemplo, sacudiram a mentalidade vigente e contribuíram para mudanças eficazes na balança macho-fêmea. A mulher começa a se posicionar num mundo até então controlado por homens.

Rocha-Coutinho (1994) considera que as ideias de que um modelo feminista único responderia pela nova mulher vêm sendo abandonada. A transformação que se preconiza hoje, e parece ser mais ampla, é a transformação da sociedade como um todo, colocando-se um fim a qualquer forma de dominação. Mas, acrescenta-se, apesar das várias conquistas obtidas, a maioria das mulheres, bem como a sociedade, não foram capazes, ainda, de abandonar o antigo modelo de mulher, responsável pela casa e pelos filhos. No entanto, para Souza (1997), a mulher atual está mais consciente da dimensão histórica que lhe toca na construção de um novo mundo, na eliminação dos obstáculos para transformar a sua condição jurídico-social em

direitos iguais, por maior liberdade e mais justiça, ao mesmo tempo em que estão apreensivas quanto à garantia e à efetivação das leis que as beneficiam, principalmente no mercado de trabalho.

O feminismo funcionou, sobretudo, para dizer não a toda uma ordem patriarcal que dava à mulher um lugar secundário e, nesse sentido, pode-se dizer que, de modo geral, o movimento alcançou êxito, modificando consideravelmente as relações homem-mulher e o papel desempenhado por esta na sociedade. Hoje em dia um número cada vez maior de mulheres ocupa uma fatia importante do mercado de trabalho, chegando a alcançar posições de destaque e prestígio na sociedade. Da mesma forma, elas são em grande parte, no momento, responsáveis pela sua sexualidade, podendo, inclusive, optar por ter filhos ou não. Além disso, a maior parte das mulheres de hoje se pergunta o que quer da vida e não mais cumpre o destino que lhe é dado pelo simples fato de ter nascido mulher.

De acordo com Quintas (2005), o século XX estabeleceu a arrancada da mulher para o espaço público; várias foram as conquistas de espaço, seja no âmbito educacional com a inserção na universidade e qualificação profissional, seja na família, que vem sofrendo inúmeras mudanças em sua configuração. Com a sua conquista do mundo público, o perfil da mulher dentro da família modificou-se, reformulando, assim, uma situação histórica sedimentada em vários milênios.

No que refere à família houve uma tendência em “naturalizá-la”, o grupo conjugal era visto como uma realidade com características naturais. Segundo Quintas (2005), o modelo de família pode se apresentar semelhante em várias sociedades, sem que, com isso, coloque-se um padrão de família a ser seguido. É preciso observar que as famílias também se diversificam, e que a organização do espaço doméstico/residencial sofre ajustamentos a partir das incertezas da cultura, segundo os momentos históricos de cada sociedade. Para a autora:

Todas as sociedades se organizam em torno de uma divisão sexual do trabalho, que tem sua origem na família e se alonga pela sociedade, apresentando uma mutabilidade expressiva. Não há nada estático no mundo social. Tudo é dinâmico, a girar nos circunlóquios da rota cultural. As diferenças se multiplicam, criando especificidades que em muito enriquecem as peculiaridades de cada povo. [...] Nada importam as diferenças se as sociedades produzem vínculos que satisfazem plenamente as suas redes relacionais (QUINTAS, 2005, p.33).

Rocha-Coutinho (2003) destaca que mesmo com as importantes transformações nos papéis e posições que homens e mulheres exercem na sociedade ocidental, ainda prevalece, com maior ou menor grau, talvez com uma nova roupagem, a antiga segregação entre as esferas de produção e reprodução que emergiram com o advento da sociedade industrial moderna. O discurso da igualdade entre homens e mulheres convive, ainda, mesmo que de forma velada, com o antigo discurso de que ‘mãe é mãe’ e de que só a ‘mãe sabe cuidar melhor de seus filhos e filhas’.

Esse discurso de igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres na sociedade dita moderna, convive com as dicotomias dos papéis sociais, algumas com certa dificuldade de serem erradicadas, calcadas pelas diferenças biológicas, a exemplo disso tem-se o caso da maternidade e as atribuições a ela relacionadas, bem como a própria jornada de trabalho que duplica e, muitas vezes, triplica, colocando a mulher, ainda, no papel de responsável pela casa e os filhos.

Segundo Pinto e Amazonas (2006), o modelo de mulher submissa e subserviente passa a ser questionado com as transformações sociais ocorridas nos últimos tempos, mesmo porque passou a necessitar da mão-de-obra feminina, principalmente após a participação dos homens nas duas Grandes Guerras Mundiais. Com isso, as atribuições da mulher começam a ganhar força no mundo público, ou seja, ela passa a ganhar visibilidade social, o que repercute sobre a sua subjetividade e a ressignificação da sua identidade. Neste sentido, “definir a mulher atual seria aprisioná-la, mais uma vez, a um modelo, a um conceito. A mulher, do mesmo modo que o homem é um ser de inúmeras possibilidades” (PINTO e AMAZONAS, 2006, p. 34).

Para estas autoras, a mulher de hoje acabou por acumular inúmeras responsabilidades: cuida da casa e, conjuntamente ou não com o homem, sustenta a família, ou seja, ela acaba ainda aprisionada a um modelo tradicional feminino, ao mesmo tempo em que tem que assumir novas posições na sociedade. Essas mudanças também atingem todos aqueles que estão ao seu redor, bem como propicia outros arranjos familiares.

Quintas (2005) reforça que a opressão à mulher se solidificou numa sociedade modelada em antagonismos de gênero, ou seja, o homem manda e a mulher obedece. A opressão é ampla e abrange várias culturas. A cultura é um dos agentes responsáveis pela “manipulação” do biológico que traça linhas divergentes entre os sexos, fortalecendo um sexo sobre o outro, enquanto os elementos socioculturais tentam “naturalizar” esta sujeição. A mulher se subordina à dependência do homem para se desenvolver ficando sem muitos horizontes; com isso, o processo de redução de um sujeito à condição de coisa gera grande violência.

Conforme estudos realizados por Diniz e Coelho (2005), é impossível darmos conta das experiências das mulheres ao longo da história, devido a sua complexidade e à diversidade dessas experiências. No entanto, é importante levar em consideração as discussões sobre gênero, pois é a partir do seu lugar no mundo que homens e mulheres vão vivendo e contando as suas histórias.

Para Saffioti (2005), o conceito de gênero surgiu no final da década de 80, início de 90, com o movimento feminista, para questionar o caráter natural dado às relações desiguais entre os sexos, a partir da percepção de que não são os caracteres sexuais que determinam o modo de ser e de agir das pessoas. Outra questão é que a temática do gênero põe em relevo o aspecto relacional de definições normativas de feminilidade, chamando a atenção para as relações homem-mulher. Porém, situar o conceito de gênero como relacional implica em

entendê-lo como dizendo respeito às relações de dominação e de opressão que transformam as diferenças biológicas em desigualdades sociais e de exclusão.

[...] gênero envolve quatro elementos interrelacionados: primeiro, símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações múltiplas. Segundo, conceitos normativos que estabelecem interpretações dos significados dos símbolos, que tentam limitar e conter suas possibilidades metafóricas. Esta análise deve incluir uma noção de política e referência a instituições e organizações sociais – o terceiro aspecto das relações de gênero. O quarto aspecto é a identidade subjetiva (SAFFIOTI, 2005, p. 45-46).

Gênero, portanto, é compreendido como fazendo parte da identidade do sujeito, o que representa muito mais do que o simples desempenho de papéis. Nesta perspectiva, a identidade de gênero consiste numa construção social, histórica e cultural e são a partir das relações sociais, atravessadas pelos discursos, símbolos, representações e práticas, que os sujeitos vão se constituindo como femininos ou masculinos e ocupando diferentes lugares sociais, de maneira transitória e em transformação contínua.

Vale salientar, segundo Saffioti (2005), que gênero é aqui entendido como um termo mais amplo do que o patriarcado, em que neste as relações são hierarquizadas e socialmente desiguais, enquanto gênero compreende também as relações igualitárias. Desta forma, o patriarcado é um caso específico de relações de gênero.

No que se diz respeito ao fenômeno da violência, percebe-se o quanto este se encontra atravessado por essa perspectiva de gênero na medida em que, também, normatiza quem são as pessoas que violentam e quem são as pessoas que sofrem violência. Portanto, é nesse sentido que, apesar das transformações do conceito de mulher na sociedade e de sua funcionalidade no que tange ao papel de ser mãe-mulher, perpassa, na história, algo da dominação “do macho”, de dependência e submissão, tolerância frente às posturas da obediência. Diante da tentativa de re-construção do casamento a mulher admite ser violentada e espancada ou se submete a vários tipos de violência, muitas vezes não perceptíveis, pois a

violência não deve ser conceituada somente como ação física, mas, também, psíquica, moral, simbólica e até mesmo patrimonial, temas que serão desenvolvidos no capítulo seguinte.

3. A MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Para compreender a mulher em situação de violência doméstica faz-se necessário abordar como a humanidade foi se posicionando frente ao fenômeno da violência, fonte de conflitos entre homens e mulheres de diferentes raças e etnias.

A violência tem diferentes significados e sentidos, dependendo do grupo e do momento histórico no qual se insere. Segundo Azevedo (1985), a violência praticada contra a mulher tem suas raízes nas contradições da sociedade patriarcal, capitalista e escravista, bem como nas situações do cotidiano familiar que impõem papéis sociais de desigualdades entre homens e mulheres levando-os a estabelecer relações de violência entre os sexos.

Dessa forma, é possível supor que uma postura hierarquizada e legitimada durante milênios tem, em suas bases, pressupostos válidos e aceitos por homens e mulheres. Parece ter havido, nos primórdios da civilização, uma concordância generalizada de que era necessária para a sobrevivência da espécie a valorização das características de força e dominação. Isso permitiu o surgimento de uma exaltação do masculino, observada no sistema familiar doméstico hierárquico, caracterizado por obediência a uma ordem pré-estabelecida em que homem e mulher eram considerados intrinsecamente diferentes. O poder masculino – o *pater familias* – era extremamente forte e sua autoridade, incontestável, fundando-se no poder econômico. Nesse sistema, a mulher ocupava um segundo plano disfarçado por seu “reino doméstico”.

Azevedo (1985) afirma que durante séculos prevaleceu essa visão, demarcando e

definindo os papéis de gênero na sociedade ocidental, envolvendo uma educação que cumpriu e continua a perpetuar os lugares ocupados pelo masculino e feminino, aprisionando e escravizando homens e mulheres em estreitas faixas de papéis sociais.

Para Schraiber e *at al* (2005), a violência é um fenômeno social e cultural existente em diversas partes do mundo implicando em valorizações culturais que incitam comportamentos violentos que, via de regra, são identificados com uma forma de exercer a masculinidade.

Azevedo (1985) ressalta que a violência doméstica é uma realidade que atinge mulheres desde a antiguidade. Elas são vítimas da violência dentro dos seus próprios lares. Cabe à sociedade, de forma conscientizada, contribuir com a erradicação e/ou minimização desse problema, pois ela atinge qualquer pessoa e não simplesmente à pessoa que está sofrendo a violência.

Segundo Santos (2004), é um erro tentar definir a violência, pois esta é um fenômeno multifacetado que assume diversas formas e sentidos de acordo com a cultura e o momento histórico, como também são diferentes as suas vítimas. Porém, concordamos com Schraiber e d'Oliveira (1999, p.07) quando definem violência como:

São atos e comportamentos dirigidos contra a mulher que correspondem a agressões físicas ou sua ameaça, maus-tratos psicológicos e abusos ou assédios sexuais, e desrespeito aos direitos na esfera da vida reprodutiva ou da cidadania social. Consistem em agressão verbal, física e psicológica cometidas por um membro da família ou pessoa que habite ou tenha habitado o mesmo domicílio. As mulheres podem estar envolvidas nas situações de violência doméstica como agredidas ou como agressoras. Algumas são mesmo a um só tempo envolvidas em ambas as situações, quando, por exemplo, sofrem violência do marido e batem nas crianças.

Para Schraiber e *at al* (2005), as mulheres experimentam vários tipos de violência, como destaca bem um dos artigos da Lei Maria da Penha, podendo assumir as seguintes formas: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Geralmente a violência parte de agressões vindas de companheiros (em sua maioria), ex-companheiros, familiares, conhecidos ou estranhos e, até, por instituições públicas ou pelo Estado. A autora reforça, ainda, que esse tema deveria ser colocado no plural: “*as violências de que são alvo as mulheres*” (p. 14).

Morrison e Biehl (2000) observam que a violência física é o tipo mais óbvio de violência doméstica; incluem tapas, empurrões, sufocamento, chutes, entorses nos braços, queimaduras propositais, cárcere privado e lesões provocadas por instrumentos perfurantes. No entanto, a violência psicológica é bem mais comum do que a física ocorrendo quando o indivíduo é vítima de agressões frequentes, é ameaçado, tem seus pertences pessoais destruídos ou é submetido a gritos como meio predominante de resolver conflitos. E também a violência sexual que ocorre quando um homem da família – em geral o parceiro – obriga uma mulher a praticar atos sexuais contra sua vontade. Vieira (2003) afirma que a violência psicológica é a mais perversa, pois ela permeia também todas as outras modalidades da violência, ou seja, o acúmulo desse tipo de violência faz elevar os índices de frequência de mulheres aos hospitais psiquiátricos, bem como elevar os índices das estatísticas dos casos de homicídio.

Segundo o Ministério Público de Pernambuco (2007), há ainda, a violência patrimonial, expressa em atitudes que impliquem na retenção indevida, subtração desautorizada, inutilização parcial ou total de objetos – documentos pessoais, bens, valores, direitos ou recursos econômicos – de posse legítima da mulher. A outra é a violência moral que é qualquer forma de agressão à dignidade da mulher – crimes de calúnia, difamação ou injúria.

Conforme Pitanguy (2004), o Brasil e as demais sociedades latino-americanas traçam um mapa bastante perverso que tem sido historicamente qualificado como violento. Para Oliveira (2004), não há como negar que a violência atinge todas as mulheres, de todos os graus de escolaridade, classes sociais e grupos étnico-raciais, mas é importante observar que as mulheres negras e as indígenas, além da violência física, moral, patrimonial, sexual e psicológica sofrida, são vítimas da violência racial, o que pressupõe, portanto, atenção diferenciada em sua abordagem, em seu enfrentamento e na busca de soluções.

Brito (2004) destaca, ainda, que a prática da violência contra a mulher ocorrida no Brasil não é recente, ela vem do período colonial escravista, em que as mulheres negras eram estupradas e serviam de objeto sexual para os senhores e seus filhos, tomadas, até hoje, como objeto de uso e prazer, como é o caso das mulatas, já citado em capítulo anterior. São mulheres que, constantemente, são excluídas, discriminadas e violentadas pela sociedade pela sua condição de mulher, negra e pobre.

Segundo Souza (1997, p. 58), há uma fala refletida no senso comum que “em briga de marido e mulher não se mete a colher”, ou seja, a violência que acontece no âmbito doméstico, entre casais, não deve ser encarada como um problema social nem tampouco jurídico, mas como um “probleminha de ordem familiar”.

De acordo com Bucher- Maluschke (2004), a família é um local onde se pode encontrar aconchego, amor, é onde nascem e amadurecem os afetos, mas, também, é um local onde se podem encontrar conflitos, violações, raiva, medo, ódio, sofrimentos, frustrações, culminando, assim, com atos de violência. Falar em violência doméstica é falar de relações violentas que envolvem pessoas com as quais se construíram laços afetivos ou de parentesco.

É interessante destacar que a violência, para Schraiber e *at al* (2005), provoca uma gama de transformações à vida de uma família, destacando-se os conflitos que se dão a partir das diferenças que são construídas nas relações entre homens e mulheres, definidas socioculturalmente.

Zinker (2001) considera que no sistema familiar ou de casal é ingênuo concluir que um dos parceiros é o culpado, o causador de problemas, ou seja, na família humana nenhum personagem causa problema ou é responsável por uma situação determinada. Todos os membros agem conjuntamente para organizar ou desorganizar suas vidas de modo que contribuem para a felicidade e seu bem-estar ou para sua insatisfação e seu sofrimento.

Espíndola, Bucher- Maluschke e Santos (2004) observam que nem sempre a mulher agredida é apenas vítima pacífica nas relações com seus companheiros, apesar de que nos conflitos domésticos são mais vítimas do que os homens, mas isso não quer dizer que elas sofram passivamente as manifestações da violência. Posto isto, Saffioti (2005) chama a atenção de que a mulher acaba atuando quando e como pode de modo a minar a legitimidade da dominação com os recursos de que dispõe. Um exemplo simplório disso é sabotar uma calça do companheiro descosturando-a, na tentativa de expô-lo ao ridículo ao usar a calça para ir trabalhar no outro dia. Nessa direção, Saffioti (2006) ressalta que é errôneo não enxergar no patriarcado uma relação na qual atuam as duas partes e ignorar que na ordem de gênero patriarcal, as mulheres não detêm nenhum poder.

Espíndola, Bucher- Maluschke e Santos (2004) consideram que a violência, principalmente a conjugal, parte de um processo inter-relacional resultante de necessidades complementárias dos parceiros para manter padrões homeostáticos. Ressaltam que entender a própria relação ou o porquê de as mulheres ficarem presas nessa situação de violência perpassa pela história da construção dos afetos ainda na infância e no desenvolvimento nas formas de comunicação. Relatam que as mulheres em vivência de violência podem apresentar um padrão de dependência emocional, o que implica no investimento da mulher para manter a relação a qualquer custo.

Narvaz e Koller (2006) reforçam, ainda que, algumas pesquisas científicas indicam controvérsias no que refere às discussões voltadas para o tema da violência doméstica, colocando as mulheres como contribuidoras para permanecer no ciclo da violência, além de serem passivas nessa situação. Essas discussões podem levar a compreensões voltadas para processos invisíveis e simbólicos, nos quais se pode denominar de “violência simbólica”. Para estas autoras a violência simbólica é àquela que *“exerce com a cumplicidade tácita daqueles que a sofrem e também daqueles que a exercem na medida onde uns e outros não têm*

consciência de exercê-la ou de sofrê-la” (p.09). Para elas, esse tipo de violência não se limita a relações que envolvam a questão do uso da força física, mas sim no que pode está oculto nessas relações abusivas de força, que vão se mostrando de forma invisível através de vias simbólicas da comunicação e do desconhecimento de seus atores.

Para entender as mulheres que, de alguma forma, permanecem na situação de violência, Narvaz e Koller (2006) compreendem que é preciso desvelar essa realidade oculta que oprime a mulher no seu cotidiano mantendo-a no pólo da subordinação. As mulheres não podem ser responsabilizadas pelas violências sofridas, não sentem prazer com essa situação e nem sempre silenciam diante dos abusos sofridos. Assim, não se deve colocar a mulher apenas como vítima da situação de violência doméstica, pois *“submissão e resistência sempre fizeram parte da vida das mulheres”* (op.cit, p.10)

Conforme Mattar e Carreiro (2003), é preciso, também, que as instituições levistem discussões sobre a participação da mulher na manutenção ou na ruptura da violência. A falta dessa discussão pode levar a mulher a uma despotencialização de suas possibilidades de mudar e sair da violência, bem como de negar outras possibilidades de se pensar, prevenir e atuar sobre estas situações. Dessa maneira, pode-se propor uma atenção maior ao conjunto de dinâmicas que envolvem a situação de violência, incluindo a construção subjetiva que faz com que mulheres e homens naturalizem o fato de serem violentadas e violentarem de várias formas.

Segundo Schraiber e D’Oliveira (1999), apesar da alta magnitude da questão, é raro a violência tornar-se visível. Quando mulheres que estão sofrendo violência procuram os serviços de saúde, dificilmente revelam espontaneamente esta situação. Isso ocorre porque é bastante difícil a mulher falar sobre a violência, dada a cultura da submissão, bem como não tem sido experiência das mulheres o crédito e o acolhimento diante dessa revelação. Deve-se lembrar que a palavra violência pode não corresponder à experiência vivida por algumas

mulheres que não reconhecem os atos agressivos cometidos pelo marido como violentos, mas, sim, como “ignorância”, “estupidez”, entre outros termos parecidos.

Diniz e Pondaag (2004) indicam que a submissão aparece como uma forma de evitar mais conflitos e possíveis atos violentos por parte do parceiro, tornando-se desta forma, uma estratégia para manter o relacionamento. A mulher acaba se sujeitando a um tipo de violência para evitar outras.

Percebe-se, portanto, a construção de um ciclo perverso da violência no qual a mulher fica submetida e, muitas vezes, com dificuldades de quebrá-lo. Espíndola, Bucher- Maluschke e Santos (2004) descrevem três fases vividas neste processo pelas mulheres: A primeira manifesta-se por um acúmulo de tensão, em que surgem brigas, ameaças, humilhação, intimidação; a segunda fase é o próprio episódio violento e é nesse momento que muitas mulheres pedem ajuda; a terceira fase do processo se expressa pela busca de reconciliação, em que geralmente o agressor se arrepende, pede desculpas e faz promessas. Nesse momento muitos casais retomam a relação na esperança de que esses episódios de violência não mais ocorram, iniciando, então, a fase de “lua-de-mel”, na qual o casal faz as pazes e fica novamente enamorado. Com certo tempo, como não houve mudanças no modo de se relacionarem, a fase da tensão volta a se acumular e, mais uma vez, o processo da violência é acionado. É importante observar que muitas mulheres ficam nesse ciclo por vários anos; outras conseguem dar um basta no primeiro ato de violência e, outras, realmente não conseguem sair deste ciclo perverso, o que pode levá-las à morte.

Homero (2004) ressalta que em comunidades pobres, a mulher que denuncia seu homem é vista como traidora e acaba sendo desprezada por sua comunidade, sendo, muitas vezes, preciso a sua retirada do local para abrigos por causa das ameaças de morte. Para as mulheres negras a situação não é diferente ou, talvez, é bem pior, pois a delegacia impõe medo, na medida em que é percebida como associada à repressão, sobretudo em populações

negras e pobres. A violência policial contra o negro é amplamente reconhecida e, neste caso, denunciar o seu companheiro negro que a violentou implica em submetê-lo a uma tripla estigmatização: pobre – negro – marginal.

A autora reforça a ideia de que a mulher que sofre violência doméstica está denunciando alguém com quem construiu um projeto de vida, de intimidade, de sonhos, fantasias e desejos e com quem dividiu uma relação de afeto, e tornar pública essa situação é constrangedor, lhe dá vergonha, medo e destruição de seu próprio projeto de vida.

É importante destacar que o fenômeno da violência contra as mulheres apresentam características que demandam um esforço da nossa parte para análise e compreensão. Pesquisas realizadas por Portella (2005), em Pernambuco, mostram a complexidade e o desafio de entender os crescentes casos de homicídios de mulheres em um Estado que vive fortemente marcado pela confluência de uma cultura patriarcal, profundas desigualdades sociais, estagnação econômica e enraizamento de redes criminosas nacionais e internacionais. Muitas mulheres que estão sendo assassinadas também se encontram vulneráveis por conviverem com o mundo do tráfico em áreas onde são “ocupadas” pelo crime, em geral, nas periferias e bairros empobrecidos. Esta vulnerabilidade reduz a possibilidade de enfrentar a violência sofrida. Por outro lado, enfatiza a autora, o Poder Público de Pernambuco não se responsabiliza, de fato, pelo problema posto em questão, apenas atua de maneira reativa, parecendo minimizar ou negar sua existência, deixando vítimas e seus familiares desprotegidos.

A violência contra a mulher tem sido tema de estudos e pesquisas, tanto no nível nacional como internacional, os quais apontam diversos sofrimentos e danos à saúde física e emocional da mulher em decorrência dessa situação. Ainda assim, existe uma baixa efetividade de atendimento e tratamento, como também contextos difíceis de comunicabilidade. A violência se contrapõe ao diálogo, a um agir ético – no sentido da

preocupação com o outro que se desenvolve na resolução dos conflitos e na manutenção das relações. A violência nas relações interpessoais encerra uma violação dos direitos humanos fundamentais e, nesse contexto de vida, as perdas e danos podem, muitas vezes, culminar com a morte. Nesse sentido, há a necessidade de reconduzir as relações interpessoais para uma forma não violenta, uma forma dialogada de enfrentar os conflitos, levando-se em consideração a complexidade do fenômeno violência e o campo de forças que o envolve, sobretudo aquele que reforça e legitima representações sociais e de gênero fundadas na “lei” do mais forte sobre o mais fraco.

Para Greenspun (2002), a violência é determinada por uma multiplicidade de fatores. Ela é resultado tanto do abuso da força por parte do homem quanto do agravamento da dinâmica da relação conjugal. Porém, os homens praticam atos de violência e ameaças a fim de intimidar e controlar as mulheres, ao mesmo tempo, que sentem que o uso de violência significa perda de controle. Para o autor, é necessário que exista uma compreensão por parte de profissionais que lidam com pessoas em situação de violência doméstica, da variedade de fatores que levam à violência e das diferentes formas de abordá-la.

Segundo Schraiber e D’Oliveira (1999), estudos e pesquisas realizadas com homens e mulheres em situação de violência doméstica, indicam um fator que consistentemente aumenta a probabilidade de ser violento: o fato de a pessoa haver sido testemunha de violência doméstica na infância. Entendem que, apesar do álcool e da pobreza favorecer a violência, estes não podem ser considerados como causas diretas do problema.

De acordo com Azevedo (1985), estudos antropológicos mostram que nem sempre no mundo dos homens as mulheres têm sido “cidadãs de segunda classe” ao longo da história. A mulher quando se coloca numa condição de inferior – de segundo sexo, ela acaba se tornando vítima e cúmplice da violência sofrida, experimentando uma sensação de desamparo e aprisiona-se à desesperança quanto à capacidade de libertar-se para exercer sua autonomia.

Ainda para a autora, a violência é caracterizada pela dominação e pela “coisificação” – resultante e complementar – referente a sua relação de força. Toma como pressuposto para essa definição a ideia de liberdade desenvolvida por Spinoza:

[...] a liberdade não é a escolha voluntária ante várias opções, mas a capacidade de autodeterminação para pensar, querer, sentir e agir. É autonomia. Não se opõe à necessidade (natural ou social), mas trabalha com ela, opondo-se ao constrangimento e à autoridade. Nesta perspectiva, ser sujeito é construir-se e constituir-se como capaz de autonomia numa relação tal que as coisas e os demais não se ofereçam como determinadores do que somos e fazemos, mas como o campo no qual o que somos e fazemos pode ter a capacidade aumentada ou diminuída, segundo nos submetamos ou não à força e à violência ou sejamos agentes dela. Para usar uma expressão de Merleau-Ponty, a liberdade é capacidade para transformarmos numa situação dotada de sentido, uma condição de fato, dando-lhe um significado que não teria sem nós e sem os outros. (SPINOZA in AZEVEDO, 1985, p. 18)

Chauí (1984) distingue a relação de força da relação de violência. A pura relação de força visa, em última instância, aniquilar-se como relação pela destruição de uma das partes. Assim, violência é sempre e necessariamente uma violação do direito à liberdade, do direito de ser sujeito constituinte de sua própria história.

Violência é toda iniciativa que procura exercer coação sobre a liberdade de alguém, que tenta impedir-lhe a liberdade de reflexão, de julgamento, de decisão e que termina por rebaixar alguém ao nível de meio ou instrumento num projeto, que o absorve e engloba, sem tratá-lo como parceiro livre e igual. A violência é uma tentativa de diminuir alguém, de constranger alguém se renegar a si mesmo, a resignar-se à situação que lhe é proposta, a renunciar a toda a luta, a abdicar de si. (AZEVEDO, 1985, p.19).

Morrison e Biehl (2000) mostram que um meio de tornar visível o problema da violência doméstica é trazê-lo da esfera privada para a esfera pública, lançando luz sobre uma realidade que tem sido ignorada. A comunicação pode ter aí papel importante e pode, também, ajudar a situar a violência doméstica como um problema social que merece a atenção dos líderes políticos e das pessoas que convivem com ela.

Azevedo (1985) considera que a violência contra a mulher, além de ter suas raízes nas contradições da sociedade patriarcal capitalista, tem, também, nas situações do cotidiano familiar. À medida que a condição da mulher for de subalternidade, vinda de uma educação

diferenciada e ideologizante, que incorpora o mito da superioridade masculina versus inferioridade feminina, ela ficará sem força econômica, política e psicológica. Com isso, a autora destaca que a mulher ficará numa condição permanente de “desamparo aprendido”, desempenhando um papel de vítima nos episódios de violência, fruto das relações sociais e de gênero não-igualitárias.

Todavia, para Oliveira (2004), enfrentar a violência doméstica, sexual e racial, exige entender que sem demolir os padrões culturais que a sustenta, a mulher se encontrará na condição de sequelada, que é a marca das sobreviventes. Por outro lado, Bucher- Maluschke (2004) enfatiza que o grande desafio para as famílias e para a sociedade é descobrir a lógica da violência, um sistema de estruturas e dinâmicas próprias.

Em que pese as inúmeras contribuições para se compreender a violência doméstica contra a mulher, pode-se perceber que este fenômeno é uma construção sócio-cultural inscrita nas subjetividades das próprias mulheres vítimas da violência. Essa inscrição pode ser pensada como um dos fatores que perpetua o ciclo da violência e a submissão de mulheres (inclusive as consideradas independentes) a esta situação.

3.1. CONSTRUÇÃO SUBJETIVA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Observamos que a violência doméstica contra a mulher tem suas raízes em um sistema de dominação que é exercido historicamente do homem sobre a mulher, sistema que predetermina uma identidade feminina e a assunção de papéis, dentre eles, o de submissão e obediência ao homem.

Percebemos, também, que poder e hierarquia são categorias inseridas no ciclo da violência, atravessado por valores culturais enraizados no patriarcado. Este poder patriarcal sedimentado produz domínios e rituais percebidos como “naturais”, com a intenção de

adestrar, de impor uma "docilidade-utilidade" visando à manutenção da própria dinâmica social. É sob este recorte da violência que surge a discussão sobre as suas manifestações no âmbito doméstico, tendo como principais atores sociais as mulheres e os homens. Este trabalho se interessa pela violência, seja como ação ou omissão, que atinge não só a autonomia da mulher como sujeito, mas, sobretudo, sua integridade física e psíquica.

Este fenômeno "cristaliza" uma hierarquia, fortalecendo-a e proporcionando uma internalização da desigualdade que a caracteriza como o modelo das relações entre os sexos. A desigualdade, longe de ser natural, é posta pela tradição cultural, pelas estruturas de poder, pelos agentes envolvidos na trama de relações sociais construindo, por sua vez, subjetividades de dominação e submissão.

A violência doméstica se mostra particularmente complexa, pois agressor e agredida estão ou estavam ligados por laços de intimidade e afetividade que, muitas vezes, fazem essa situação de violência ser estendida a todo âmbito familiar. Nesse sentido, a mulher acaba, de certa forma, cedendo às pressões tanto externas como internas que justificam, pelo menos para ela, as atitudes de seu agressor.

Portanto, com o objetivo de enriquecer a discussão voltada a uma compreensão da permanência dessa mulher na relação agressiva, é interessante abordarmos, também, os processos de subjetivação dominantes numa determinada cultura, pois será a partir deste referencial que poderemos entender como, em cada indivíduo, em cada sociedade e cultura, essa violência se organiza e se expressa.

Assim, o discurso e a prática da violência estão marcados por um contexto social complexo e pela subjetividade dos grupos e indivíduos. De acordo com Almeida (2002), a violência está presente nas subjetividades das mulheres envolvidas nesta situação, independente da modalidade em que se apresenta e o seu protagonismo tem lugar tanto na esfera familiar como social. Com isso, podem-se discutir as apropriações subjetivas da

violência a partir da inserção dos sujeitos nas relações constituídas.

Ainda para a autora, a violência vivenciada por diferentes sujeitos, permeia suas memórias, suas histórias de vida, bem como a história do seu tempo.

... no processo de reelaboração da violência como morte e como extensão de determinada forma de inserção do seu singular em relações de classe, gênero e étnico-raciais – as mulheres subjetivam-se, vivendo de forma dramática a invasão da vida privada pelo mundo público. Estas relações são o filtro através do qual os sujeitos se situam no mundo e dão sentido à experiência”. (ALMEIDA, 2002, p. 47)

Aprofundando-se nessas reflexões, a mulher traz sua preocupação em torno das novas formas de sociabilidade, na medida em que para ela é através da sociabilidade que uma subjetividade é modelada e plasmada. Nesse sentido, a cultura da violência é plasmada na vivência e na luta cotidiana penetrando desde os espaços mais íntimos aos mais coletivos da vida social, o que torna esta cultura uma das formas de sociabilidade dominantes no mundo contemporâneo.

Para Gonzalez Rey (2003), a teoria da subjetividade se manifesta na dialética entre o momento social e o individual, construída por um processo de práticas, de reflexões e de sentidos subjetivos. O indivíduo resulta de momentos de contradição e confrontação, não apenas com o social, mas também a partir de sua própria constituição subjetiva, geradoras de sentidos. A esse processo, o autor denominou como uma *ordem de sentido* para enfatizar uma realidade em movimento, que não se enquadra a nenhuma ordem estática e limitada.

De modo semelhante, Almeida (2002) ressalta a necessidade de se pensar em que medida o campo da subjetividade pode englobar o conjunto dos processos pelos quais o indivíduo, em estreita relação com as estruturas simbólicas da cultura, tenta assumir e abrir um acesso à forma genérica do seu ser. Pode-se pensar, ainda, na necessidade de identificar as condições materiais da constituição de sujeitos políticos, capazes de tematizar dimensões centrais à afirmação de suas identidades enquanto classe ou categoria e de suas subjetividades, o que não exclui – ao contrário, supõe – a vivência de suas singularidades.

Segundo Gonzalez Rey (2003), como resultado das diversas formas de expressão

subjetiva do ser humano, dadas pela sua complexidade individual e inserção social, compreendem-se os sentidos e significados das diferentes formas de relação e de atividades.

O sujeito é o indivíduo comprometido de forma permanente em uma prática social complexa que o transcende, e diante disso tem de organizar sua expressão pessoal, o que implica a construção de opções pelas quais mantenha seu desenvolvimento e seus espaços pessoais dentro do contexto dessas práticas. O sujeito tem uma função auto-reguladora, que eu vejo não só na organização de sistemas de informação, mas também na produção de sistemas de estratégias que lhe permitam integrar 'zonas diferentes' de suas práticas sociais, zonas estas que se expressam em diferentes espaços e que co-existem em tempos diferentes. (GONZALEZ REY, 2003, p. 238-239)

O sujeito vai, então, a partir de uma maior complexificação, em busca da conquista de novos espaços e estratégias de ação pessoal, não se limitando somente a compreender as situações nas quais se encontra. Nesta busca de novas alternativas, o sujeito entra em conflito com sua identidade, pois em alguns momentos rompe sua localização tempo-espacial. O sujeito vai definindo espaços de integração pessoal, representados a partir de uma opção criativa e geradora de sentidos, contraditórios ou não, em espaços sociais nos quais ele atua.

Este autor destaca, ainda, o indivíduo como autor de suas próprias decisões, capaz de exercer o direito autodeterminado de sua liberdade e, neste sentido, o sujeito aparece como ativo e criativo, capaz de enfrentar as diferentes situações que surgirem.

Rodrigues (2002) reforça que o homem é um ser-no-mundo, agindo ativamente sobre ele e o transformando, do mesmo modo que é pelo mundo afetado. Desde esta perspectiva, o indivíduo não pode ser concebido isoladamente; estará sempre em um contexto onde um conjunto de forças estará atuando e atingindo-o, de uma forma inteira, como um todo. A realidade é mutável, processual, fluindo continuamente em novas situações que levam o sujeito a um processo permanente de desterritorialização, territorialização e reterritorialização.

Nesta mesma direção, Guattari e Rolnik (2000), fazem referência à subjetividade como sendo uma produção social – essencialmente modelada e fabricada – e de natureza maquínica, ou seja, situada no campo dos processos sociais e materiais; pressupõem, portanto, uma subjetividade cuja construção é ampla.

A subjetividade é produzida por agenciamentos de enunciação. Os processos de subjetivação, de semiotização – ou seja, toda a produção de sentido, de eficiência semiótica – não são centrados em agentes individuais (no funcionamento de instâncias intrapsíquicas, egóicas, microssociais), nem em agentes grupais. Esses processos são duplamente descentrados. Implicam o funcionamento de máquinas de expressão que podem ser tanto de natureza extrapessoal, extra-individual (sistemas maquínicos, econômicos, sociais, tecnológicos, icônicos, ecológicos, etológicos, de mídia, enfim sistemas que não são mais imediatamente antropológicos), quanto de natureza infra-humana, infrapsíquica, infrapessoal (sistemas de imagens, de valor, modos de memorização e de produção idéica, sistemas de inibição e de automatismos, sistemas corporais, orgânicos, biológicos, fisiológicos, etc.). Toda a questão está em elucidar como os agenciamentos de enunciação reais podem colocar em conexão essas diferentes instâncias. (GUATTARI E ROLNIK, 2000, p. 31)

Nesse sentido, a subjetividade está em circulação nos conjuntos sociais, assumida e vivida por indivíduos em suas existências particulares. O indivíduo vive essa subjetividade numa relação de alienação e opressão, bem como numa relação de expressão e criação, podendo produzir processos de singularização⁷. Sendo assim, “*o indivíduo está na encruzilhada de múltiplos componentes da subjetividade*” (p.34), que podem pertencer a diferentes domínios: o do inconsciente, o do corpo, situar-se nos “grupos primários” (o clã, o bando, a turma, etc.) e outros no domínio da produção e do poder. “*É preciso que cada um se firme na posição singular que ocupa; que a faça viver, que a articule com os outros processos de singularização, e que resista a todos os empreendimentos de nivelção da subjetividade*”. (p. 50).

Guattari e Rolnik (2000) ressaltam, ainda, que existem dois planos diferentes que compõem a subjetividade. Um plano da ordem invisível, também denominado plano molecular e outro, da ordem do visível ou plano molar. No plano invisível, não existe ordem, estrutura, identidade, modelo, tampouco gênero, mas sim fluxos que, segundo os movimentos do desejo, buscam *constituir máscaras*, engendrando diferentes formas de agir, de ser e,

⁷ ‘O termo ‘singularização’ é usado por Guattari para designar os processos disruptores no campo da produção do desejo: trata-se dos movimentos de protesto do inconsciente contra a subjetividade capitalística, através da afirmação de outras maneiras de ser, outras sensibilidades, outra percepção, etc. Guattari chama a atenção para a importância política de tais processos, entre os quais se situariam os movimentos sociais, as minorias, enfim, os desvios de toda a espécie. Outros termos designam os mesmos processos: autonomização, minorização, revolução molecular, etc.’ (GUATTARI E ROLNIK, 2000, p. 45)

inclusive, de desejar. O plano visível é o da ordem, da forma, da consciência, das representações e do imaginário. Neste plano há fronteiras definidas, delineando valores e crenças coletivas ao longo da história.

A ordem do visível engendra, a partir de cristalizações, por vezes, uma homogeneização, que produz um certo tipo de subjetividade, a qual diz respeito a um mercado de valores onde a pessoa tem um preço, é força de trabalho e de consumo. Esta homogeneização produz o achatamento do desejo e da subjetividade, que se efetua segundo mecanismos de segregação, infantilização e culpabilização.

Para Saffioti (2009), a subjetividade é construída por meio das relações sociais, ou seja, sujeito e objeto são historicamente situados, construindo-se na e pela relação social. Seja individual ou coletivamente, o ser humano se apropria do resultado de sua práxis, tornando-se sujeitos que, por sua vez, se objetivam por meio de sua atividade. Assim, a história das pessoas consiste na história de suas relações sociais. A subjetivação, enquanto movimento inseparável da objetivação, ganha novo estatuto na história biográfica e na história social.

Portanto, o campo da subjetividade engloba o conjunto dos processos pelos quais o indivíduo, em estreito contato com as estruturas simbólicas da cultura, tenta assumir e abrir um acesso à forma genérica de seu ser. Nesse sentido, tanto pode haver uma dialética entre o singular e o coletivo, quanto, nas relações coisificadas, uma alienação do sujeito.

A autora traz para discussão a ideia de “metamorfoses da subjetividade”, expressão que vem destacar os diversos modos de subjetivação: a dinâmica do ser singular e do ser genérico; movimento de apropriação/alienação; de humanização/reificação. Todavia, o encontro entre o ser singular e o ser genérico exige um grau de consciência, a fim de que o primeiro possa desenvolver atividades realizadoras do segundo. É este movimento que caracteriza a constituição do sujeito coletivo, o que parece eficaz para se detectarem certas unidades de sentido e, assim, evitar os descaminhos da fragmentação.

Cabe destacar que os processos de subjetivação/objetivação estão constantemente sujeitos à capacidade/incapacidade de apropriação dos frutos da práxis humana por parte de seus sujeitos, não apenas pelo fato de a sociedade brasileira ser dividida em classes, mas também, por ela ser atravessada pelas contradições de gênero e raça/etnia. Segundo Saffioti (2009), podemos falar de três identidades sociais básicas: a de gênero, a de raça/etnia e a de classe social. A primeira, sendo objeto de estudo da autora, é marcada por políticas das mulheres e das práticas sociais e é definidora da diferenciação da classe social a que pertencem. Entretanto:

A identidade de gênero equaliza todas as mulheres, de um lado, e todos os homens, de outro. Todavia, nenhum indivíduo é igual a outro, nem no contingente feminino, nem no masculino. Analogia e diferença integram, portanto, o sentimento pessoal e o reconhecimento da sociedade de pertinência de alguém a uma categoria social (gênero e raça/etnia) ou a uma classe social. Mais do que isto, analogia e diferença instauram-se na própria psique. (SAFFIOTI, 2009, p. 68).

No caso específico da violência masculina praticada contra a mulher, é provável que o agressor parta da ideia que a mulher é tão-somente o objeto de suas ações e, nesse sentido, a mulher passa, então, a ser vítima passiva dessa violência, segundo as correntes vitimistas. *“Vitimizar-se significa perceber-se exclusivamente enquanto objeto da ação, no caso da violência, do outro, isto não quer dizer que a mulher, enquanto sujeito, seja passiva, ou seja, não-sujeito”* (p.70). As mulheres, como mostram as pesquisas, são vítimas dessa violência, mas nem por isso, passivas. *“o sujeito é sujeito porque é capaz de interagir com outros seres humanos e de se apropriar dos frutos desta práxis”* (p.70). Assim, na violência, os homens dispensam às mulheres um tratamento de não-sujeitos, o que colabora para a representação que elas têm de si mesmas como tais.

Conforme Saffioti (2009), em muitas ocasiões, independente da prática da violência, pessoas são tratadas como coisas. Há uma rotinização da violência nas relações violentas. Se efetivamente, um pólo da relação fosse reduzido à coisa, a própria relação se extinguiria em

termos de práxis, não podendo continuar a existir senão no imaginário e de modo passageiro. A questão aqui posta consiste na práxis, pois é nela e por meio dela que se forjam as identidades, ou seja, a práxis é responsável pela construção da identidade. Contudo, “(...) *não há um pólo passivo e um pólo ativo, mas dois pólos ativos numa correlação de forças em permanente luta pela hegemonia*”. (p.75).

Portanto, a autora concorda com a concepção de sujeito múltiplo que permite a apreensão de grande parte de sua riqueza. O sujeito metamorfoseia-se dentro dos limites constituídos em classe, em raça/etnia e em gênero, três identidades sociais do sujeito, todas igualmente importantes para que ele atue na construção de uma sociedade sem desigualdades e violência.

3.2. ATUALIZANDO UMA HISTÓRIA

Azevedo (1985) lembra que a história da violência doméstica permite recapitular como a humanidade foi se posicionando face ao fenômeno, ao longo de sua história. Para a autora, a Idade Média foi uma época violenta, em que poderes civis e eclesiásticos legitimavam os castigos físicos, a flagelação e as torturas, assim como também o direito que os homens teriam de bater em suas mulheres.

A autora ressalta que no século XIX, as leis e os tribunais deixaram de reconhecer o direito do marido de castigar a mulher e passaram a reconhecer o direito de castigar o marido espancador de mulher. Esta mudança de perspectiva é de suma importância, pois reconhece a violência contra a mulher como um comportamento criminoso com direito a punição legal. Em consonância com este dispositivo legal, alguns países começaram a modificar suas leis no que diz respeito a mulheres que sofrem violência por parte do marido. Nos Estados Unidos, em 1871, um tribunal do Alabama decidiu que os homens não tinham mais o direito de bater

em suas esposas. Em 1882, Maryland promulgou uma lei que punia os espancadores de esposas com quarenta chibatadas ou um ano de prisão.

Segundo Schraiber e *at al* (2005), nos anos 60, as primeiras publicações internacionais, se voltavam ao estudo da ‘violência intrafamiliar’, ressaltando-se que a criança que sofria agressões e/ou era abusada sexualmente, muitas vezes tinha a mãe como agressora. Conclusões desta natureza não levava em consideração a condição individual na qual a mulher se encontrava no contexto da violência e sua condição no arranjo familiar existente. Com isso, as questões de gênero, base dos conflitos e da violência, não eram levadas em conta.

E é nesse processo de individualização da mulher que, em 1970, surge o movimento feminista internacional, criando o termo “*violência contra a mulher*”, denominação que indica que a violência não perpassa simplesmente à família, mas vai sendo agregada a outras situações como tráfico de mulheres, estupro, assédio sexual no trabalho, entre outras. Desta forma os estudos passam a perceber a violência como uma violação dos direitos da pessoa, ganhando, assim, espaço no campo das instituições jurídico-policiais.

A partir do final da década de 70 foram iniciadas as manifestações dos movimentos de mulheres no Brasil. Para Schraiber e *at al* (2005), as mulheres lutavam, nessa época, contra a absolvição dos companheiros e ex-companheiros culpados pelos homicídios das suas companheiras. Com isso, nos anos 80, foram criadas as primeiras Delegacias de Defesa da Mulher – DDM, em São Paulo, e as DEAM (Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher) em outras regiões do país.

Diniz e Pondaag (2004) apontam que é na década de 80 que a violência doméstica passa a ter visibilidade na sociedade e que diversos são os estudos realizados sobre este tema. Entretanto, as autoras trazem preocupações quanto à amplitude destas pesquisas, pois elas

podem passar uma falsa impressão de que já sabemos muito e de tudo sobre a violência, minimizando-se a compreensão de sua complexidade e do quanto merece ser aprofundada.

Conforme Schraiber e D'Oliveira (1999), o movimento de mulheres no Brasil inicia parcerias com o Estado no sentido da implementação de políticas públicas para combater as diferentes formas de discriminação e violência contra a mulher. Em 1983 é criado o Conselho Estadual da Condição Feminina e em 1985 são criados o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e a primeira Delegacia de Defesa da Mulher (DDM), no Estado de São Paulo. A instituição das DDMs permitiu que delegacias especiais para crimes contra mulher, com funcionárias exclusivamente mulheres e devidamente treinadas, fossem implantadas, dando enorme visibilidade ao problema. O Brasil foi o primeiro país no mundo a propor este tipo de intervenção. Hoje em dia já são mais de cem DDMs só no Estado de São Paulo, mais de 180 em todo o país, e inúmeras delegacias do mesmo tipo em diversos países da América Latina.

As DDMs foram o primeiro e grande recurso no combate público à violência contra a mulher e especialmente à violência conjugal no país. Seu caráter é basicamente policial: detectar transgressões à lei, averiguar sua procedência e criminalizar a violência doméstica. (SCHRAIBER & D'OLIVEIRA, 1999, p.07).

Schraiber e *at al* (2005) destaca, ainda, que é nos anos 80 que surge a denominação “*violência doméstica*”, objetivando promover uma intersecção entre a violência contra a mulher e a intrafamiliar, mostrando que as agressões contra as mulheres eram vividas em diversos contextos, inclusive a doméstica, ou seja, a ideia de família violenta dá lugar à violência que é praticada no âmbito doméstico.

Já nos anos 90 surge outra expressão: “*violência de gênero*”, para destacar que a violência que ocorre no âmbito doméstico e diz respeito aos conflitos familiares é decorrente da violência de gênero, ou seja, a violência doméstica como violência de gênero expressa as desigualdades existentes nas relações entre homens e mulheres.

Ainda para a autora, logo após a década de 90, os estudos desenvolvidos começaram a enfocar os vários pontos de vista das mulheres em relação à violência sofrida; surgem, então, pesquisas interessadas em compreender as interfaces entre o masculino e o feminino, procurando mostrar com mais profundidade os matizes da violência de gênero; esses dados favorecem a refletir sobre as formas de enfrentamento da violência que muitas mulheres vivem ou viveram. Nesse sentido surge outra expressão: “*as mulheres em situação de violência*”.

Essas diferentes denominações que o termo violência recebeu mostra a dificuldade de encontrar termos bastante específicos e apropriados. Com isso:

[...] o problema da violência também é difícil de lidar pelos muitos significados que esse termo “violência” possui. Se houvesse um significado consensual em relação à expressão “violência contra a mulher”, esta não pareceria estranha a ninguém. Ao contrário, todos compreenderiam de que se trata, em vez de, como ocorre até hoje, suscitar a dúvida: Por que certas formas de lidar com os conflitos entre marido e mulher seriam uma “violência”? E por que certas violências seriam “contra a mulher”? Afinal, o que usualmente reconhecemos como violência é um assalto ou uma tentativa de homicídio, e isso pode acontecer contra qualquer um. O parceiro íntimo que “perde a cabeça” não se parece em nada com um assaltante [...] (SCHRAIBER, 2005, p. 32-33)

Trabalhar com os acontecimentos sociais, as desigualdades a partir de uma visão de gênero, não é uma tarefa simples; não há fácil adesão por parte da sociedade e mesmo entre as mulheres, na discussão desta problemática enraizada através de uma longa história. Além disso, lidar com sua condição de subordinada, nas sociedades, requer uma visão crítica difícil de obter, pois envolve um movimento contracultural voltado ao questionamento da escala de valores em que a mulher está situada.

Para uma compreensão melhor das formas de violência que acontecem no âmbito da casa, Schraiber e *at al* (2005) reforçam que é necessário lançar um olhar sobre dois aspectos para as mudanças ocorridas nas últimas décadas na família: o primeiro refere-se aos arranjos domésticos – sua estrutura e organização e, o segundo, diz respeito ao valor atribuído à família. Ou seja, é preciso compreender a forma como as pessoas coabitam num mesmo

espaço e como são organizados os deveres e os direitos, visando ou não manutenção do grupo familiar, como também as relações entre as pessoas na casa, no sentido do valor e do lugar que cada membro da família ocupa.

Cabe destacar aqui que a família sofre influência de instituições sociais, como o Estado, a religião, a economia, a política, entre outras. Ela é histórica e socialmente constituída.

A autora ressalta, ainda, que a violência que ocorre entre homens e mulheres reflete rupturas nos tradicionais padrões culturais de base patriarcal presentes na maioria das sociedades em que, grosseiramente, correspondem ao controle e domínio da mulher pelo homem, a partir do maior poder que as sociedades conferem aos homens, exercido no interior da casa e da família. A violência seria um dos possíveis resultados das profundas mudanças que se processaram nas últimas décadas nos atributos da mulher na sociedade e na família e tem conexões com as transformações econômicas e políticas vividas pela sociedade. Nesse sentido, é importante mapear as mudanças na família e a inserção das mulheres na sociedade.

No que diz respeito às famílias das “camadas populares” são suas condições precárias de vida que informam como vão se estruturar e organizar, ou seja, os arranjos familiares vão sofrer influência do contexto econômico e social no qual estão inseridas. Já nas “camadas médias”, os arranjos familiares diferenciados resultam das mudanças nos valores das pessoas que propõem formas alternativas de compartilhar a vida.

Na sociedade brasileira, o modelo de “família nuclear”, tanto nas camadas pobres como nas médias, que tende a apresentar uma divisão rígida de atribuições para os homens, as mulheres e os filhos, vem perdendo força nas últimas décadas, revelando um quadro em que surgem mulheres chefes de família, famílias conviventes, famílias unipessoais, entre outras.

De acordo com Schraiber e *at al* (2005), há quatro fatores que impulsionam mudanças nas relações entre mulheres e homens no interior da casa-família: o primeiro diz respeito aos

processos de individualização e autonomia das mulheres, rompendo com a tradição de que a autoridade é exclusiva dos homens, provocando, assim, maior instabilidade nas relações interpessoais da família tradicional e criando situações de tensão. Ao mesmo tempo abre para novas possibilidades de expressões individuais alternativas, o que nem sempre é visto como aspecto positivo para aquele que perdeu seu estatuto anterior. O segundo fator refere-se à separação entre sexualidade e reprodução, pois as atribuições da mulher como cuidadora e responsável pela família vem perdendo lugar para atribuições de mulheres que desempenham funções nos espaços públicos. Como consequência, o terceiro fator diz respeito à inserção da mulher no mercado de trabalho, que não ocorreu de forma igual para todas as mulheres, o que revela que as condições sociais são importantes nas relações mulher-trabalho-família. Finalmente, o quarto fator refere-se ao modo como a inserção da mulher no mercado de trabalho interfere na organização da família, alterando-se, assim, as relações de gênero.

Portanto, para as autoras, a vida familiar não está sendo afetada apenas por processos econômicos, mas, também, por processos demográficos e culturais. “As relações familiares não podem ser vistas como organizadas por normas fixas ou em evolução linear, mas como fruto de contínuas negociações e acordos entre seus membros” (SCHRAIBER E AT AL, 2005, p.89). Assim, não se deve compreender a violência doméstica contra a mulher como produto direto de mudanças processadas nas famílias, mesmo sabendo que essas mudanças trazem profundas alterações nas relações entre homens e mulheres, mas é de suma importância que os arranjos existentes nas casas-famílias, devam ir ao encontro do apoio às mulheres e a suspensão da violência.

3.3. DIREITOS HUMANOS E DAS MULHERES

A natureza humana, a religião, a cultura e a existência de direitos historicamente construídos são diferentes fontes de fundamentação dos direitos humanos. Conforme Piovesan (2003), em cada uma dessas possibilidades de fundamentação, dois elementos aparecem como constantes: a igualdade e a dignidade.

Pela igualdade, entende-se que os direitos humanos são prerrogativas de todos os indivíduos pelo mero fato de sua humanidade: é importante ressaltar que o estudo dos direitos humanos trata a questão da igualdade diretamente ligada à ideia de dignidade. Essa concepção de igualdade permite o reconhecimento de diferenças, tais como aquelas relacionadas ao gênero, à raça, à idade, entre outras. Logo, a igualdade de dignidade concede a qualquer ser humano o caráter de fim em si mesmo e não de mero meio para outros fins. De acordo com a corrente naturalista, a igualdade está na capacidade potencial do ser humano em fazer escolhas sobre o que é certo ou errado, sobre o dever ser e o agir conforme essas escolhas.

Piovesan (2003) ressalva que perante a lei todos são iguais, levando-nos a repensar o valor da igualdade diante das especificidades e diferenças, que precisam ser respeitadas e observadas nas diversas relações dos sujeitos seja qual for o sexo, a origem étnico-racial, a classe social, a idade. Surge o sujeito de direito, concreto, historicamente situado, com suas especificidades e particularidades. Consolida-se, dessa forma, tanto no Direito Brasileiro quanto no Direito Internacional, o valor da igualdade com respeito à diferença e à diversidade.

Segundo Maia (1999), é notória a existência de preconceito e discriminação em relação ao sistema de trabalho, bem como aos papéis públicos e privados que são reservados a homens e mulheres. Mas é observável a luta das mulheres em ampliar seus espaços na busca de direitos de igualdade entre todos e todas. Considerando que são mudanças que causam resistência em alguns homens e aceitação entre outros que incentivam a luta pela igualdade

entre os sexos, é preciso lembrar que também existem mulheres que perpetuam e reproduzem a discriminação.

O citado autor destaca que existe outra questão, relacionada à discriminação contra a mulher, que é a violência contra a mesma, bem como a violência doméstica: dados oficiais apontam para o fato de que 07 de cada 10 agressões foram praticadas no espaço doméstico e os agressores são pessoas do seu relacionamento afetivo.

Para Barsted (2006), é em meados da década de 70, que o movimento feminista no Brasil começa a compreender a importância de uma ampla discussão e formalização das demandas surgidas no que refere aos direitos das mulheres. Foi assim que iniciaram os primeiros contatos com o Poder Legislativo, com o propósito de estabelecer leis que complementassem a cidadania feminina paralisada, em grande parte, pelas disposições do Código Civil de 1916.

A última metade do século XX foi marcada pela construção de um protagonismo das mulheres em busca de cidadania. Conforme Barsted (2006), na década de 80, o movimento de mulheres conseguiu dar um caráter político às suas demandas e foi esse processo que levou ao reconhecimento as mulheres como sujeito de direitos, norteados pelo paradigma dos direitos humanos.

Como resultado desse processo político, foi na Constituição de 1988 que a cidadania formal das mulheres foi por fim completada, pois, além de criar novos direitos, tratou também de todas as formas de discriminação contra a mulher, principalmente no âmbito da família. Integrando-se à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1979 e ratificada pelo Estado brasileiro em 1984. É importante ressaltar que o movimento de mulheres teve uma participação ativa na construção da Constituição Federal de 1988 que reconhece e garante a igualdade de direitos entre homens e mulheres, na vida pública e privada.

Ainda para Barsted (2006), em 1993, foi aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, através da Resolução nº 48/104, a *Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres*, fruto de denúncias dos movimentos de mulheres em todo o mundo e que em 1994, com seus princípios e orientações, culmina com a elaboração, pela OEA, da *Convenção para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra as Mulheres, conhecida como Convenção do Belém do Pará*; instrumento internacional, que foi ratificado no mesmo ano pelo governo brasileiro para intervir sobre a violência de gênero.

De acordo com as Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento – AGENDE – (2002), a Convenção atenta para a questão de que as responsabilidades, na casa e na família, devem ser compartilhadas igualmente entre mulheres e homens e que o direito ao emprego e ao salário também deve ser igual. Então, para alcançar a igualdade, a Convenção reforça que é preciso mudar as formas como as pessoas pensam e se comportam em relação aos papéis que foram determinados entre homens e mulheres, em relação as suas vidas. Como afirma a Constituição Brasileira:

Homens e mulheres são iguais em direitos e deveres, que o governo deve promover o bem de todos sem preconceitos de origem de raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art. 5º, I e art. 3º, IV), e a lei tem que punir qualquer discriminação contra os direitos humanos fundamentais – vida, dignidade, saúde, educação, trabalho, moradia, (art. 5º, XLI). (AGENDE, 2002, p.24)

Ainda sobre esse prisma, Piovesan (2003) reforça que a *Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Contra a Mulher*, no seu artigo 1º diz que:

Toda distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo, exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e das liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo. (PIOVESAN, 2003, p. 207).

Para esta autora, mulheres, crianças e pessoas pertencentes a minorias raciais tinham maior vulnerabilidade, eram sujeitas a serem mais discriminadas e careciam de proteção. Foi

essa necessidade de proteção específica que impulsionou a elaboração de tratados especiais para crianças, mulheres e minorias raciais, aprovados pela Assembleia Geral da ONU e pela *Convenção pela Eliminação de Todas as formas de Discriminação Racial*, em 1965. A este respeito, reza o primeiro parágrafo que:

Qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tem por objetivo ou efeito anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício num mesmo plano, (em igualdade de condição), de direitos humanos e liberdades fundamentais no domínio político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro domínio de sua vida.

Segundo Agende (2002), no sistema de proteção internacional de direitos humanos, no início, as pessoas protegidas não eram vistas a partir de suas características próprias, em suas dificuldades, fragilidades e em suas diferenças, ou seja, protegia-se o ser humano de forma abstrata, sem levar em consideração as circunstâncias concretas que a pessoa se encontrava e como vivia. Só posteriormente é que as especificidades e diferenças quanto à raça, sexo e faixa etária passam a ter um tratamento de proteção específico e especial.

Todos os acordos e protocolos tirados das Convenções reafirmaram uma grave violação aos direitos humanos e ofensa à dignidade humana que historicamente revela relações desiguais de poder entre homens e mulheres. Para Piovesan (2003, p.215), a violência contra a mulher se define como “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública, como na privada”.

Em 1995, foi realizada, em Beijing, a Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, a qual aponta para contínua violência contra a mulher e sua generalização de exclusão das esferas de poder, bem como para a feminilização da pobreza, em que se constata os efeitos da recessão econômica sobre o trabalho feminino. Barsted e Pitanguy (2001) ressaltam que a exclusão social se dá através da desigualdade na distribuição da renda nacional, como, também, pelas discriminações em razões de sexo, raça/etnia, idade, condição social, dentre outras. Apesar de existir uma legislação que proclama o reinado da igualdade

perante a lei, a sociedade convive em um país que se diz democrático, com muitas discriminações e exclusões sociais, sendo a mulher a maior vítima da desigualdade.

Duarte (2004) destaca que em 1995 surgia a Lei de nº 9.099/95 que enquadra a violência doméstica contra a mulher como um crime de ameaças ou de lesões corporais leves, aplicadas para os crimes de menor gravidade. Até então não havia na legislação brasileira um termo que mobilizasse o direito da mulher como direitos humanos, em confronto a uma normativa internacional que coloca o direito da mulher na posição de demandante de um sistema especial de proteção.

No entanto, Schraiber e D'Oliveira (1999) afirmam que essa lei a princípio foi feita para ser aplicada a todas as relações interpessoais, observando-se muitas dificuldades ao tentar aplicá-las na esfera das relações conjugais, familiares e íntimas. O crime de lesão corporal leve, por exemplo, tem características e sentidos muito diversos quando se trata da briga de dois desconhecidos em um bar ou das relações cotidianas de um casal, mas a lei brasileira não considera este último fato na definição e apuração do crime e na determinação da pena. Esta posição não significa que um crime seja mais legítimo que o outro, mas, sim, que assumem significados diversos.

Como destaca Santos (2004), a pena aplicada pelos Juízes contra os homens que violentam mulheres no âmbito doméstico é, de no máximo, uma cesta básica para uma instituição de caridade, não levando em conta os traumas e as lesões deixadas no corpo da mulher pelo agressor, impedindo-a de sair às ruas e de ir ao trabalho, ou ser obrigada a sair de óculos, cobrir as manchas, etc. Ou seja, essa lei, na verdade, veio a beneficiar o agressor em detrimento das mulheres agredidas, sendo muito mais uma aberração jurídica no caso da violência doméstica, estimulando a omissão das vítimas em representar queixa contra seu agressor.

Para Oliveira (2004), os sofrimentos infligidos às mulheres têm suas origens numa cultura universal que lhes nega a igualdade de direitos. Longe de garantir uma proteção adequada às mulheres, os Estados são coniventes com essa violência, acobertando-a ou ocultando-a e permitindo que se perpetue, sem encontrar obstáculos, onde a cada ano a violência destrói a vida de milhões de mulheres, dentro de seus lares e comunidades.

Ainda para esta autora, há necessidade de ter políticas públicas voltadas para a questão da segurança (delegacias), da Justiça (luta contra a impunidade) e de acolhimento (abrigos) e dos serviços e profissionais de saúde, para as mulheres vítimas da violência. As políticas públicas não saem do papel e só ficam nas promessas, contribuindo para a manutenção dos padrões culturais patriarcais. Com esta omissão os governos desrespeitam as leis nacionais e os compromissos assumidos via instrumentos internacionais.

Por outro lado, destaca Barsted (2006), foi preciso lutar por uma elaboração e implementação de uma política nacional de enfrentamento a esse tipo de violência. Dentre as demandas do movimento de mulheres estão as questões voltadas para o enfrentamento da violência doméstica que historicamente vem atingindo as mulheres em nosso país, limitando suas vidas e os seus direitos.

Barsted (2006) lembra que com a aprovação em 07 de agosto de 2006 da Lei 11.340/06, com nome simbólico Lei Maria da Penha, coíbe-se a violência doméstica e familiar contra a mulher. Essa Lei surgiu a partir de uma luta do movimento de mulheres por políticas públicas para responder, de forma efetiva, às necessidades das mulheres em situação de vulnerabilidade e violência no âmbito doméstico/familiar.

Portanto, é de reconhecimento mundial a situação desigual – econômica, social e cultural – em que vivem as mulheres. E quanto mais pobre o país, pior é a situação das mulheres. Daí a importância de proteger, através de leis nacionais e internacionais seus direitos humanos, pois:

Os direitos humanos das mulheres são partes inalienáveis, integrais e indivisíveis dos direitos humanos universais. Não há direitos humanos sem a plena observância dos direitos das mulheres, ou seja, não há direitos humanos sem que metade da população mundial exerça, em igualdade de condições, os direitos mais fundamentais. Afinal, “sem as mulheres os direitos não são humanos”. (PIOVESAN, 2003, p.219).

É importante ressaltar que o tema da violência doméstica embora tenha aumentado quanto ao número de pesquisas e produção teórica, ainda é uma temática que não se esgotou. Muitas pessoas que atendem mulheres em situação de violência doméstica não têm, muitas vezes, acesso a estes debates e em situações concretas ficam sem saber como se comportar. Essas situações demandam, com urgência, intervenções eficazes, pois esses prestadores de serviços precisam ter um olhar diferenciado para esse público, na medida em que a violência doméstica é uma situação que ocorre em meio às relações familiares, parentais ou matrimoniais, envolvendo afeto e amor. Se as próprias instituições não considerarem estas especificidades poderão estar reforçando o preconceito em relação às mulheres em situação de violência doméstica, como a negação do problema em si.

Bandeira e Almeida (2006) questionam o número significativo de mulheres que continuam na violência, mesmo sabendo que existe uma seara de direitos que garante-lhes uma vida sem restrições e privações e uma condição de cidadania igual a dos homens. Segundo Godinho e Costa (2006), há uma grande parte de mulheres que vive situações de violência em silêncio e sem buscar ajuda e, quando isto é feito, é motivado por uma violência que envolve arma de fogo e espancamentos.

Para as autoras, há, ainda, a ideia e a aceitação conservadora, por parte das práticas e representações sociais, no que refere às novas relações entre homens e mulheres que, muitas vezes, evidenciam-se em casos cotidianos que entram em conflito com tais avanços, a despeito dos investimentos e esforços do âmbito governamental, do legislativo e da sociedade civil.

Segundo Bandeira e Almeida (2006), não se pode tratar o ser homem e o ser mulher separadamente, eles fazem parte de uma definição de papéis identitários, de imagens idealizadas construídas ao longo da história e que foram sendo imputadas socialmente. Pode-se falar, então, das relações de gênero, que demarcou as relações entre homens e mulheres, tendo sua origem numa antiga tradição patriarcal. É um discurso que ainda predomina, apesar dos avanços como, por exemplo, que a violência é uma manifestação da virilidade masculina e da posição de superioridade e dominação dos homens frente às mulheres.

[...] essa gama de violências sempre surge como ‘produto’ de uma relação – vivida ou imaginada entre sujeitos diferentes e desconhecidos ou entre sujeitos comuns e conhecidos. Para compreendê-la, é necessário decifrar as relações existentes, por intermédio de numerosas aproximações empíricas entre e intra esses indivíduos, perguntando-nos sobre o papel desempenhado pelas simbolizações hegemônicas de homem e mulher na estruturação do cotidiano privado, da família, assim como das instituições. (BANDEIRA E ALMEIDA, 2006, p. 23)

É válido ressaltar que nas organizações familiares e nas relações conjugais da sociedade patriarcal ocorrem cenários de violência de gênero, cenários que violam os direitos individuais e coletivos das mulheres. São nas relações de gênero que estão a “célula elementar” de todas as formas de violência, fortalecidas nas desigualdades entre homens e mulheres no universo familiar, sendo a violência moral a argamassa que sustenta o sistema hierárquico, funcionando de modo ilegítimo no seio familiar.

Nesse ‘modelo de família’ o/a parceiro/a não é aceito/a como ele/a é, pois aí o que impera é um relacionamento baseado em ameaças, ciúmes, desqualificação, traição e competição.

Na violência que acontece entre homens e mulheres, Bandeira e Almeida (2006) ressaltam que se deve considerar a importância do espaço relacional, *locus* causal de fenômeno de gestos e pensamentos de violência no dia-a-dia:

Os atos violentos contêm em sua própria natureza a característica do segredo, que é de manter a agredida em uma espécie de cárcere privado, prisioneira de si mesma. No entanto, aquele que transgride o relacionamento de forma violenta, isto é,

violando outro ser humano de culpa, pelo rechaço alheio e seu pelo afastamento. (BANDEIRA E ALMEIDA, 2006, p.24)

Segundo Portella (2005), as feministas trazem duas maneiras de pensar a violência. Em primeiro lugar a violência é concebida como um componente das relações desiguais de gênero, ou seja, é vista como um produto e um elemento estrutural na subordinação das mulheres, que perdem a sua condição de sujeito. Um segundo argumento dirige-se à ideia de como as mulheres lidam com a situação de violência, recuperando a sua autonomia e saindo dessa situação pelos seus próprios esforços. No que concerne à ação do Estado e da sociedade, a tarefa seria deslegitimar a violência contra as mulheres, tornando-a um problema público de justiça e cidadania e, ao mesmo tempo, que envolva ações de defesa e proteção às mulheres em situação de violência, oferecendo-lhes apoio direto e construindo suportes institucionais.

De maneira geral, Portella (2005) destaca que para contribuir junto ao enfrentamento da violência contra as mulheres é necessário que haja ações políticas e específicas de prevenção e combate voltadas para a promoção da igualdade entre homens e mulheres, da superação da pobreza e da construção da democracia em todos os planos da vida social, o que inclui a vida privada.

4. À ESCUTA DA VIOLÊNCIA: CAMINHO PERCORRIDO

Este trabalho buscou compreender a experiência de mulheres em situação de violência doméstica e o modo como subjetivam (percebem/compreendem) esta violência. Para tanto, foi realizada uma pesquisa qualitativa, na medida em que esta permite uma abordagem descritiva, procurando introduzir um rigor que não é o da precisão numérica dos fenômenos passíveis de serem estudados quantitativamente.

Sendo assim, observa-se que o ser humano existe sempre em relação a algo ou alguém e compreende as suas experiências, ou seja, lhes atribui significados. Rampazzo (2002) ressalta que a identificação com o problema e sua delimitação pressupõe uma imersão do pesquisador na vida e no contexto dos indivíduos, no passado e nas circunstâncias presentes que condicionam o problema. Neste sentido, busca-se uma compreensão particular daquilo que se estuda, onde o foco da sua atenção é centralizado no específico, no peculiar, no individual, almejando sempre a compreensão e não a explicação do fenômeno estudado.

Este autor reforça, ainda, que na pesquisa qualitativa todos os fenômenos são igualmente importantes e preciosos: a constância das manifestações e sua ocasionalidade, a frequência e a interrupção, a fala e o silêncio na procura de compreender a experiência que todos os ‘sujeitos’ têm. Neste contexto, os dados da pesquisa qualitativa não são coisas isoladas, acontecimentos fixos captados em um instante de observação. Eles se dão em um contexto fluente de relações: são fenômenos que não se restringem às percepções sensíveis e aparentes, mas se manifestam em uma complexidade de oposições, de revelações e de ocultamentos.

Para a consecução do objetivo proposto, foram convidadas mulheres para narrar suas experiências em situação de violência doméstica, residentes na cidade do Recife e em Afogados da Ingazeira que procuram os serviços do Grupo Mulher Maravilha - GMM,

entidade não-governamental. Esta organização, segundo o seu regulamento interno, tem como missão “lutar pela promoção dos Direitos Humanos numa perspectiva de gênero, raça e etnia, pelo acesso à cidadania da população vítima da exclusão social e pelo empoderamento das mulheres para a construção de uma nova sociedade”. Criada em 1975, o GMM atua no bairro da periferia da cidade do Recife e no território do Semi-árido, Sertão do Pajeú.

O Grupo Mulher Maravilha marcou presença no Movimento Popular e Feminista em 1975 – Ano Internacional da Mulher, por algumas militantes já engajadas nas lutas por justiça social. Naquela época, o Brasil vivia ainda mergulhado num contexto de grande repressão política com leis de exceção e perseguição aos movimentos libertários; as mulheres passaram a discutir a sua situação no lar e na comunidade e a refletir sobre os problemas do país, questionando as relações de poder, as formas de opressão e de exploração e a se integrar a outros movimentos e grupos na luta pela conquista de direitos negados e/ou violados, propondo mudanças sociais. Ao longo desses 33 anos, o GMM vem trabalhando com educação popular, enquanto prática voltada para as transformações sociais e para a cidadania.

A continuidade do trabalho de formação para a cidadania, gênero e direitos humanos originou a formação profissional com as mulheres, visando a elevação da auto-estima, autonomia e emancipação. Logo em seguida foram surgindo às campanhas educativas/preventivas, principalmente de prevenção das DST/HIV/AIDS, de enfrentamento à violência de gênero, da violência contra crianças e adolescentes e de combate ao racismo. Vários programas voltados para as mulheres e jovens foram sendo realizados durante todos esses anos, objetivando a formação política, a organização comunitária e formação de agentes de multiplicação social. Nos últimos anos foram realizados cursos de formação de Promotoras Legais Populares e formação em Direitos Humanos, no Recife e no Sertão, fortalecendo mulheres e jovens da cidade e de comunidades negras rurais quilombolas.

Embora o número de mulheres pesquisadas não tenha sido definido de antemão, foi ouvida a experiência de 10 mulheres, em situação de violência doméstica na busca da

compreensão do fenômeno, tratando-se, portanto, de uma amostra intencional. É importante ressaltar que esse quantitativo não corresponde ao número de mulheres que foram convidadas para participar da pesquisa, visto que algumas delas não estavam preparadas para falar da sua experiência, demonstrando o quanto é difícil a abordagem desta temática. A não delimitação, a priori, do número de participantes, fundamenta-se em critérios próprios da pesquisa qualitativa, pois como afirma Turato (2003):

Devemos ter em mente que o pesquisador qualitativista não cabe raciocinar como apriorista [...] no sentido de definir, já a priori, o número de sujeitos de um campo escolhido. (p.359). A saturação é o critério mais comumente utilizado em pesquisa qualitativa, isto é, o pesquisador fecha o grupo quando, após as informações coletadas com certo número de sujeitos, novas entrevistas passam a apresentar repetições em seu conteúdo. (p.363)

As 10 mulheres participantes da pesquisa apresentaram idades variando entre 29 e 54 anos sendo, na sua maioria, casadas, uma divorciada, uma solteira e outra vivendo união estável. As entrevistadas possuem de 1 a 5 filhos. No quesito raça/cor, seis delas se identificam como pretas, três como pardas e uma como morena. A maioria é católica, mas as religiões protestantes e espíritas também aparecem. Em termos de escolaridade, 3 possuem Ensino Fundamental Incompleto, 2 Ensino Médio Incompleto, 3 Ensino Médio Completo e as 2 restantes possuem Ensino Superior Completo (sendo uma pós-graduada). O nível de ocupação das participantes variou bastante, sendo uma diretora escolar municipal, outra professora e supervisora municipal, uma empregada doméstica, duas educadoras sociais, uma vendedora, uma dona de casa, uma trabalhadora de serviços gerais, uma autônoma (não especificada) e uma desempregada. As participantes residem em bairros e comunidades da periferia, sendo 6 delas na cidade de Recife/PE e 4 em Afogados da Ingazeira - Sertão do Pajeú/PE (VER QUADRO - ANEXO 4).

Para a identificação das participantes da pesquisa foi adotada nomes fictícios escolhidos de acordo com a representatividade de mulheres na história de luta contra qualquer forma de violação de direitos humanos. Para tanto, a escolha destes nomes foi pesquisada no

“Dicionário Mulheres do Brasil de 1500 até a atualidade biográfico e ilustrado”,* conforme se segue:

➤ **Alceri Maria Gomes da Silva (1943-1970):**

Operária e ativista política, vítima da ditadura militar. Começou sua vida participando do movimento operário. Era sócia do sindicato de Metalúrgicos de Canoas. Foi vítima da repressão militar, em que foi sumariamente metralhada. A sua morte foi uma das quais que se sucederam ao Ato Institucional nº 5 (AI-5), de 13 de dezembro de 1968, no qual a face mais violenta dos chamados anos de chumbo do Brasil se expressou.

➤ **Brandina (séc. XIX):**

Abolicionista. Negra, atuou no movimento abolicionista na cidade de Santos (SP), na segunda metade do século XIX. Era proprietária de uma pensão na antiga rua Setentrional, atual Praça da República. Apesar de não ser uma mulher de posses, usava o dinheiro de seu trabalho para dar comida, fumo e remédios aos negros fugitivos que se refugiavam na baixada santista.

➤ **Germana (1819-?):**

Escrava conquistou a liberdade na Justiça. Vivia em Salvador (BA) e era casada com Manoel Pinto de Oliveira, escravo forro. Assim, quando ela estava com 60 anos de idade, entrou com ação na justiça, na qual se queixava do rigoroso cativo a que era submetida por seu senhor, que continuava negando-lhe a alforria. Argumentava que já tinha idade avançada e continuava a sofrer castigos físicos.

➤ **Inês Sabino Pinto (1853-1911):**

Feminista, escritora e abolicionista. Nasceu em Salvador (BA), mudou-se com a família para Pernambuco ainda menina. Fez parte da sociedade abolicionista pernambucana Ave Libertas composta por somente mulheres. Além de seu envolvimento com a causa abolicionista, Inês demonstrava preocupação com a invisibilidade e condição das mulheres na sociedade brasileira. Em suas obras ressaltou o papel da mulher na história, sendo seu trabalho mais importante o livro “Mulheres Ilustres do Brasil” (1899).

* Fonte: SHUMAHER, S. (Org). **Dicionário Mulheres do Brasil de 1500 até a atualidade biográfico e ilustrado**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000.

➤ **Josefa Paulino da Silva (1924-1999):**

Líder camponesa. Nasceu em São Miguel do Campo (AL), filha de trabalhadores rurais. Com a morte dos pais ficou responsável em cuidar da irmã que era parálitica. As duas ficaram sem domicílio certo, vivendo na casa de amigos, até que Josefa foi entregue por um tio a uma família do Recife, para a qual trabalhou dos 10 aos 16 anos de idade como doméstica, submetendo-se a uma jornada dura de trabalho e sendo, freqüentemente, submetida a maus-tratos físicos e a humilhações. Com 18 anos casou com José Pureza e foi morar no Rio de Janeiro, onde trabalhou como costureira. Com a falência da fábrica, 1949, forçou Josefa a juntar-se ao marido na roça. Em 1955, Josefa se filiou ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e em seguida foi representar o movimento de trabalhadoras rurais brasileiras em Congresso na Hungria. Participava do departamento feminino do Sindicato dos trabalhadores Rurais de Itaboraí.

➤ **Justina (séc. XIX):**

Escrava, apelidada de “Medeia Negra”. Negra nascida no interior do Rio de Janeiro. Tinha como principal função auxiliar Bibiana nos trabalhos domésticos. Mãe de dois filhos, Justina ainda criava a filha de uma escrava que fora vendida sem a criança. Na véspera de uma viagem que Antônio Paes faria para vender escravos, Justina, temendo ser vendida e separada dos filhos, afogou as três crianças e tentou suicidar-se cortando a garganta. Descoberto o crime, foi presa e condenada a 42 anos de prisão.

➤ **Luisa d’Almeida (séc XVI).**

Senhora de engenho, vítima de estupro. Em 1589, o poderoso senhor de engenho, Fernão, no Recôncavo Baiano, coagiu sua comadre Luisa a fazer sexo com ele na capela do engenho. Luisa na época tinha 26 anos de idade, procurou dissuadi-lo argumentando que era casada, além de ser sua comadre. Fernão continuou na sua investida, rindo dos seus argumentos e dizendo “que com uma bochecha d’água se lavava tudo”. Luisa resistiu, o que o irritou e acabou estuprando-a. Luisa denunciou o caso, não falando do estupro na capela, mas acusando Fernão de ter afirmado que o compadrio que havia entre eles não era impeditivo canônico para o ato sexual. Esse é um dos mais antigos relatos sobre estupro sofrido por uma mulher branca no Brasil de que se tem notícia.

➤ **Maria da Piedade e Castro (séc. XIX):**

Vítima da violência doméstica. A fim de se livrar do marido violento, Maria da Piedade fez um requerimento à Santa Casa de Misericórdia no Rio de Janeiro, solicitando ser ali recolhida. No período colonial, a reclusão feminina era um mecanismo masculino de dominação para resolver conflitos familiares. Tempos depois, escreveu para a Interdependência da Santa Casa solicitando permissão para ir viver com seu pai, uma vez que ali estava apenas para se livrar dos maus-tratos do marido e se curar das doenças “vergonhosas” que havia contraído através dele. Sua argumentação foi considerada suficiente para sustentar um pedido de separação e sua solicitação foi atendida.

➤ **Mariana Coelho (1857-1952):**

Escritora, educadora e feminista. Nasceu em Portugal, mas emigrou para o Brasil, fixando em Curitiba (PR). Integrou-se a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e esteve presente nos congressos feministas de 1922, 1933 e 1936, como representante do Paraná. Foi uma das principais responsáveis pela criação do Centro Feminista de Cultura. Em 1933, escreveu o livro “A evolução do feminismo”, um dos primeiros trabalhos de análise e reflexão sobre a trajetória das mulheres brasileiras.

➤ **Marli Pereira Soares (1954-):**

Símbolo da luta contra a violência. Nasceu na favela da Praia Pinto, zona sul da cidade do Rio de Janeiro, onde morava com seus pais. Mulher, negra, corajosa, denunciou os criminosos (policiais) que assassinaram seu irmão na sua frente. Empregada doméstica peregrinou por delegacias e quartéis, lutando para ser ouvida. Em 1980, o juiz decretou a prisão preventiva dos cinco matadores do seu irmão. O caso virou manchete na imprensa em todo o país, e até o presidente da República se manifestou em seu favor, através de seu porta-voz. Pressionada, Marli manteve escondida por muito tempo. Ainda nos anos 80, foi chamada para trabalhar como auxiliar de escritório na sede do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Anos mais tarde, teve um filho assassinado pela polícia e desde então seu paradeiro é desconhecido, seu gesto de coragem permanece na memória das mulheres fluminenses.

Quanto ao recurso utilizado para a colheita das narrativas, trabalhou-se com entrevistas semi-dirigidas (ANEXO 5), realizadas individualmente, tomando como questão norteadora a compreensão das mulheres sobre a violência doméstica vivida, independente da forma como ela se apresentava. A partir deste “disparador”, à medida que o relato era trazido,

a temática pôde ser aprofundada e, neste sentido, solicitamos que as participantes caracterizassem a violência a que estavam submetidas, bem como expressassem a experiência de viver a violência e as motivações para continuar nela; Buscamos, ainda, compreender a percepção que tinham do agressor e, por fim, as tentativas de enfrentamento da violência sofrida.

Estas entrevistas, agendadas de acordo com horário e local conveniente às participantes, foram realizadas após a apresentação dos objetivos da pesquisa, mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ANEXO 1). A duração média das entrevistas foi de cerca de 1 hora e para o registro dos dados foi usado gravador de forma a apreender a totalidade da narrativa com suas pausas e silêncios.

As entrevistas foram transcritas e literalizadas tentando manter o máximo de fidelidade com relação ao que foi dito e expresso (ANEXO 6). Após este processo, adotou-se a análise de conteúdo temática tal como proposto por Gomes (2007), em que se destacam duas etapas para análise. **A primeira etapa** refere-se a uma leitura compreensiva do material selecionado, na qual se busca ter uma visão de conjunto. Esta visão implica numa apreensão das particularidades do conjunto do material a ser analisado, bem como busca elaborar pressupostos iniciais que servirão de baliza para análise e a interpretação do material a partir dos conteúdos teóricos que orientaram a análise. **A segunda etapa** compreende uma exploração do material, ou seja, é a análise propriamente dita. Neste sentido, procuramos: 1) distribuir trechos, frases ou fragmentos de cada texto de análise pelo esquema de classificação inicial; 2) fazer uma leitura dialogando com as partes dos textos da análise, em cada eixo temático; 3) identificar, através das inferências, os *núcleos de sentido* apontados pelas partes dos textos nesses mesmos eixos temáticos; 4) reagrupar as partes dos textos por temas encontrados; 5) elaborar uma redação por tema, de modo a dar conta dos sentidos dos textos e de sua articulação com os conceitos teóricos que orientam a análise.

Portanto, para a exploração das narrativas colhidas, optou-se por apresentar fragmentos de fala que pareceram significativos a cada temática abordada. O objetivo foi o de apresentar uma leitura dos núcleos de sentido elaborados de forma a permitir dialogar, posteriormente, com o conteúdo teórico que fundamenta este trabalho de pesquisa. Espera-se que ao final desse processo possamos apreender a experiência da violência doméstica vivida pelas mulheres tal como se manifesta.

5. A EXPERIÊNCIA DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Com a finalidade de sintetizar os aspectos relevantes emergidos a partir das narrativas sobre a experiência da violência doméstica vivida pelas participantes dessa pesquisa, esboçamos um quadro sintético, relacionando, para cada eixo temático, os conteúdos que foram abordados.

5.1. ANÁLISE DE CONTEÚDO

EIXOS TEMÁTICOS	ANÁLISE DE CONTEÚDO
Compreensão da violência doméstica pela mulher;	<ul style="list-style-type: none"> -Covardia, humilhante, decadente, monstruoso; - Deprimente, maltratar; - É descartar a mulher; - É muito feio; - Agressão física e psicológica; - É o que acontece nos espaços de convivência; - É gastar o que a mulher ganha.
A experiência a que é submetida;	<ul style="list-style-type: none"> - Violência sexual – carinho e dinheiro em troca de sexo, Sexo sem preservativo; - Agressão física; - Maltratar, bater; - Agressão com palavras; - Tentar matar; - Ameaça de morte; - Violência patrimonial; - Vender objetos pessoais em troca de bebida; - Fazer de escrava; - Bater por ciúme; - Violência moral; - Desconfiança; - Não há diálogo; - Violência psicológica; - Dominar a mulher.
Modos de subjetivar a violência sofrida	<ul style="list-style-type: none"> - Humilhada, constrangida, desmoralizada; - Realizar vontades do agressor; - Envergonhada; - Mágoa, vazio, raiva, ciúmes, cansaço; - Perdida, desconfiança;

	<ul style="list-style-type: none"> - Medo de morrer; - Luta, coragem, vencer o medo; - Direitos da mulher; - Conquistar o mundo; - Perceber mais mulher; - Divórcio; - Conseguir falar; - Falta emprego, renda; - Não viver para o povo; - Ser mais independente; - Mudar; - Não condenar mulheres; - Revidar; - Lentidão da Justiça; - Sacrifícios (filhos); - Pena do companheiro (alcoolista, doente, desempregado).
A percepção que se tem do agressor;	<ul style="list-style-type: none"> - Pessoa doente; - Alcoolista; - Bom pai; - Cuidadoso; - Agressivo; - Violento; - “Língua solta”; - Ótima pessoa; - Triste e revoltado; - Respeita ninguém; - “Bruto”; - Debochado; - Dono da verdade; - Ignorante; - Dominador; - Irresponsável; - Mal humorado.
Tentativas de enfrentamento da violência sofrida.	<ul style="list-style-type: none"> - Coragem para denunciar; - É constrangedor denunciar; - Nunca denuncie – medo de morrer; - Bater no agressor; - Medo de perder os direitos: - Vencer o medo; - Covardia; - Denúncia na delegacia; - Divórcio; - Buscar conhecimento – Conhecer os direitos; - Pedir ajuda em ONG-s; - Gravar o que ele fala; - Levar o agressor ao “AA”; - Revidar; - Ministério Público. Defensoria Pública; - Tentativa de suicídio.

5.2. NARRATIVAS DA VIOLÊNCIA

Neste capítulo, como já mencionado, apresentaremos os núcleos de sentido apreendidos a partir de cada eixo temático trabalhado ao longo das entrevistas. Utilizamos, apenas, fragmentos de fala que nos pareceram significativos para o desvelo de cada eixo temático desenvolvido.

5.2.1. NÚCLEOS DE SENTIDO

5.2.1.1. Compreensão da violência doméstica pela mulher

Eu acho que é uma covardia muito grande dos homens. (...) Assim... covardia se prevalecer... porque, principalmente porque eles vêem que a mulher gosta muito dele... é apaixonada por ele... ele gosta muito de maltratar... principalmente descartar a mulher na relação... por exemplo, faz os gostos dele, depois muda completamente. (...) Eu digo agora por mim, pelo fato de já ter acontecido comigo, eu me sinto feito às outras... **(Choro)**... É difícil falar, eu não vou conseguir falar... (Luiza)

Eu não sei se a resposta que vou dá é a que deveria ser dada. Mas eu acho... como sou vítima dessa violência... é muito humilhante... é decadente... eu acho que em outras palavras não poderia ser uma covardia sem tamanho. Eu acho que a gente passa a vida inteira se dedicando a alguém e essa pessoa que você se dedica tanto te despreza... te humilha... te maltrata... então eu acho que você deve abandonar. Não tem uma palavra certa para eu dar a isso. É muito monstruoso... é humilhante demais. Você viver essa situação é deprimente. Eu não sei nem falar direito sobre o que é, só sei que não é uma coisa boa. (Josefa)

As narrativas, atravessadas pela angústia, expressam o quanto à violência é uma situação de humilhação, decadência e covardia, acompanhada de estranhamento, sobretudo, vinda de alguém a quem tanto se dedicou. É possível que esse estranhamento revele a dificuldade de dar contorno à violência sofrida, sobretudo quando essa violência não tem rosto e corpo – é uma violência psicológica.

Eu entendo assim, o agressor ele é um monstro. Porque a mulher faz tudo, tudo. Basta falar algo que não agrade que ele vem logo agredir... falar palavras... às vezes as palavras agridem mais do que uma tapa. Às vezes a palavra dói mais que uma tapa... E eu acho assim... sei não... eu acho assim como o povo inventou essa Maria da Penha eu acho que muitos dos casos pode até ter dado um basta nisso e muitos pioraram... porque agora eles não querem mais bater, querem matar. Porque quando vem em cima da gente... se você vir eu 'dou uma parte', aí que diz: então é melhor matar, se eu for preso quando eu sair, eu lhe mato. (Alceri)

O que eu entendo é que essa violência tá demais, todo dia mata uma mulher ou por droga, ou pela violência com o marido. Ela se separa, ele vai atrás insiste, entendeu? E eu acho que essa violência em minha opinião já era pra ter dado um fim. (...) Quer dizer, violência de modo geral, principalmente contra mulher, tá demais... todo dia morre uma mulher... por droga... por nada o marido vai atrás e mata... a mulher amanhece morta não sabe o motivo. E a justiça não tem como... não dá direito para mulher... como é que posso dizer... assim uma defesa. A gente vai para delegacia da mulher procurar defesa, aí a gente demora pra receber uma resposta, fica assim. Acho que é precário até demais, o serviço que tem para mulher. Acho que era pra ser uma coisa melhor em favor da mulher... ter uma pessoa especial pra tá ali a todo o momento que a mulher necessitar de qualquer um atendimento. Eu acho que deveria... seria... tinha que ser uma coisa melhor, na minha opinião. (Piedade)

Em outras narrativas, a violência é percebida como excessiva e praticada por motivos “fúteis”, havendo um profundo sentimento de desamparo pela falta de políticas públicas que possam dar suporte às mulheres, seja para minimizar o fenômeno seja para protegê-las. Mesmo cientes de que há uma lei que as protegem, referem um medo de serem mortas como forma de vingança dos seus companheiros.

Eu acho isso muito feio, eu acho que a relação sem violência é melhor, com mais carinho, mais amor é sempre melhor, do que com violência. Principalmente quando bebe, desconsidera a família, os filhos. Quando ele chega à noite assim... em casa fica agredindo... fica me dando homem... coisa que eu não faço... me dando homem, coisa desse tipo. Então, quando bebe que fica querendo quebrar as coisas dentro de casa, aí eu fico assim muito nervosa. Já me trato a 3 anos no psiquiatra, aí eu entro em pânico... eu e os meninos. Passo mal e tudo. (Brandina)

É a violência que acontece no espaço familiar e nos espaços de convivências. (Mariana)

Entendo como violência doméstica todos os atos de agressões físicas ou psicológicas na família. E apesar de participar de movimentos de mulheres... oficinas de direitos humanos... entre outras formações... me considero uma mulher vítima de violência. (Germana)

Os relatos deixam transparecer que o fenômeno da violência não é só dirigido às mulheres, mas estende-se a toda a família, gerando medo em seus membros e provocando

desagregação. A violência parece causar dores e sofrimento, como demonstrado nas narrativas através de expressões como medo e pânico. Muitas veem que a saída encontrada é pela tentativa de suicídio ou mesmo desistência de existir, pela depressão.

Eu acho que é o homem bater, agredir e gastar o que a mulher ganha, dar fim a objetos de casa para beber. Eu penso assim as mulheres não têm como se defender. As mulheres não têm defesa nenhuma. Porque uma mulher... pra um homem... tem delas que já tem mais coragem. Já têm outras que já ficam ali no canto sem fazer nada. (Justina)

A violência parece privar a mulher não só de sua dignidade, mas daquilo que ela, à custa de seu suor, pôde adquirir materialmente. Desamparadas em todas as dimensões do existir, vivem numa força dilapidadora, tal como seu 'patrimônio' moral e material, parecendo não haver saída que dê suporte a essa situação.

Nestas narrativas percebe-se que a compreensão que as mulheres têm da violência remete a fatores psicológicos significativos: violência como covardia, humilhação, decadência, perda de sua identidade e de seu patrimônio. Violência que não só atinge as mulheres, mas se estende a toda a família, gerando medo em seus membros e causando desagregação.

Observa-se que todas as questões trazidas pelas mulheres em relação a atos violentos por parte de agressores, expressam atitudes e comportamentos representados por instrumentos de poder, cujas raízes estão em uma cultura patriarcal, em que a dominação masculina mantém a desigualdade e legitima a violência.

5.2.1.2. A experiência a que está submetida:

Sofri violência sexual... ele me obrigava a ter relação sexual anal sem preservativo, alegando que não podia gozar na vagina para não engravidar... isso aconteceu pela primeira vez aos 17 anos ainda quando a gente namorava. Em uma das vezes que fiz sexo vaginal engravidei... mesmo grávida ele me obrigava a fazer sexo anal e depois de ter tido o primeiro filho também... eu chorava muito... pedia para ele parar... ele dizia que já estava perto de gozar e que queria quebrar todas as 'minhas pregas'. Depois de cada relação me levantava chorando e ia tomar banho... me

lavava com força... pois tinha nojo dele. Uma vez ele me viu fazendo isso e perguntou se tinha nojo dele... eu disse que sim. Às vezes, ele fazia a força e sempre falando palavras obscenas do tipo vou quebrar 'as pregas'... você é minha e eu sou seu. Ainda hoje ele pede para fazer coisas desse tipo. Agora eu já digo não. Ele dizia que se eu passei a morar com ele, tem que fazer o que ele quer". Antes não sabia que isso era violência... só conseguia identificar como tal, depois de ter visto em programas de televisão, matérias de jornais e em palestras no Grupo Mulher Maravilha. (LUIZA)

Quando ele tem problemas comigo fica estúpido com as crianças, só dá mais atenção às crianças quando estamos bem sexualmente e na relação no dia a dia. Um dia quase me matei. Ele só faz carinho em troca de sexo. Argumenta, que só tem relações comigo e não tem mulheres fora. Então, para ele, tem que ser todos os dias... a hora que ele quer tenho que estar pronta para ele. Já fiz muitas vezes sem querer só para agradá-lo... chegando a ponto de sentir dores na vagina... 'baixo ventre' e tinha nojo do beijo dele... quando ele começava com a penetração queria que tudo terminasse logo. Depois de tudo... em alguns momentos... alega que me ama... que sou a mulher da vida dele. Quando converso com ele sobre tudo isso... ele diz que eu não devo viver do passado e sim do presente. Às vezes ele não me deixa dormir quando ele quer fazer sexo. Hoje já não cedo mais as vontades dele... digo não e pronto mesmo quando ele insiste. E quando não consegue fica abusado. Muitas vezes, fica me expulsando de casa... fica dando homens pra mim... dizendo que estou transando com os taxistas que fazem ponto onde trabalho... isso aconteceu recentemente. (LUIZA)

Ele pediu para uma amiga do casal que limpasse a barra para ele em relação a uma vizinha... pois ele a chamava de gostosa e que já tinha tido relação sexual com ela **(esposa)** pensando na vizinha. **(ao contar essa história, chorou muito)**. O meu filho mais velho, mesmo... falava que não era filho dele e queria fazer DNA para saber se realmente era filho dele... isso me magoou muito... pois só transei com ele em toda a minha vida. **(chorou)**. Percebo que ele faz diferença entre o filho mais velho, que fisicamente parece comigo, do mais novo que parece mais com ele. O meu filho mais velho já consegue identificar que o que o pai faz comigo não é bom... não é certo. Quando eu digo que o pai deles vai embora... o filho mais novo diz: "mãe a rua vai ensinar ele a viver. (LUIZA)

Tem vezes quando ele está bêbado fica querendo ter relação... eu não gosto... aí fica difícil, é esse motivo. Aí eu não quero. Aí eu tenho medo. Ele chega 2h ou 3h da manhã... eu sei lá o que ele estava fazendo por aí. Aí eu quero reservar meu corpo... ele não usa camisinha... essas coisas. Aí ele acha ruim. Diz que eu tenho outro e tal. Mas não é isso... a gente tem que se prevenir. Essas mulheres da rua que vivem suja dos homens por aí. **(nesse momento baixou a voz com receio de alguém ouvir - BRANDINA)**

(...) E outra ele chega dizendo o que fez, diz o que fez com outras mulheres. Que eu escutei, conversando com os amigos, falando alto o que tinha feito. Uma vez eu escutei ele dizendo: Eu sair com uma nega e tal. E dizendo umas coisas feias. Aí eu disse isso é uma coisa muito feia, oh Z. quando tu fizer fica pra tu mesmo, não fica dizendo, me magoando não... porque isso aí é chato. Aí eu disse para ele... tu gostaria que eu dissesse isso com tu? **Como você se sentiu ao ouvir isso?** Muita raiva... senti muita raiva. Porque não é fácil... você tem seu marido e está usando as mulheres de fora. Aí pronto... fiquei mais de 3 semanas sem querer chegar perto. Isso aí é chato... a gente se senti suja... eu mesma me sinto suja se eu fizer. Porque já que ele falou que faz essas coisas com essas mulheres da rua. Sei lá o que ele trouxe. (BRANDINA)

(..) tem vez quando ele recebe dinheiro (...) ele me oferece R\$ 200,00, 300,00 pra eu ter sexo com ele. E eu não quero... não aceito. Eu digo a ele eu não quero...

procure outra mulher. Eu acho assim... se eu fizer isso... eu to me fazendo tipo assim de uma prostituta... na minha opinião. Porque tem 5 anos que a gente não tem mais nada... não tem contato. E eu me passar pra isso. Ele pejeja pra mim... entendeu? E ele, assim, em termos de sexo, ele não é mais aquele homem de antigamente... que tinha um sexo bom. Agora não... depois que a gente não tem mais sexo... ele não tem... mais assim... ereção. Porque quando... a última vez que fiz sexo com ele... ele me negou duas vezes. Então, ele não tem problema de hérnia... é o que cresce os testículos... entendeu? (PIEDADE)

Podemos observar nas narrativas que, para essas mulheres, os homens as percebem como objeto sexual para saciar os seus desejos. Diante desse cenário, a mulher fica submetida, mediante coação e suborno a manter uma relação sexual não consentida. Outra questão que merece destaque diz respeito aos danos que a violência pode ocasionar à saúde da mulher, seja mental ou física. Segundo Schraiber e d'Oliveira (1999), a violência sexual traz conseqüências para a saúde que vão além dos traumas óbvios das agressões físicas, ou seja, são problemas de saúde como: queixas gastrointestinais, queixas ginecológicas, gravidez indesejada, doenças sexualmente transmissíveis – DST. Destacamos, também, as conseqüências à saúde psicológica da mulher quando é “obrigada” a realizar atos sexuais contra a sua vontade, por meio de chantagem ou força física. Essa questão nos remete ao Artigo 7º da Lei Maria da Penha (Ministério Público de Pernambuco, 2007), caracterizando a ocorrência de violência sexual quando realizada em forma de suborno ou manipulação.

Quando ele chega à noite assim... em casa... fica agredindo... fica me dando homem... coisa que eu não faço... me dando homem... coisa desse tipo. Então, quando bebe... que fica querendo quebrar as coisas dentro de casa... ai eu fico assim muito nervosa... já me trato a três anos no psiquiatra... aí eu entro em pânico... eu e os meninos. Passo mal e tudo. Na primeira vez que ele me agrediu... me atacou... eu fiquei tremendo... o corpo todo tremendo... ai eu fui para o médico e pedi para ele encaminhamento para o psicólogo. Ai ela conversou... ela me encaminhou para o psiquiatra... eu conversei como o medico (...) e ai eu estou tomando a medicação. (BRANDINA)

... ele nunca bateu em mim... porque se ele bater em mim... eu não fico com ele. Não é obrigado a gente agüentar isso não... eu tenho meus filhos... eu não vou apanhar de homem por causa dos filhos. Isso aí... eu não aceito não... ele bate em mim não. Graças a Deus isso de dá em mim...ele nunca fez isso não... Agride sim, em palavras... Os meninos estão ficando nervosos... ficando doente... minha menina já se trata também e o outro de 14 anos já está com o mesmo problema. Quando escuta ‘zuada’ dentro de casa já começa a ficar nervoso. (...) outro dia começou a

arrumar as coisas dele dizendo que ia embora... meu filho mais velho começou a passar mau... passar mau... assim não tava acostumado a vê o pai sair de casa... começou a passar mau. Ai eu chamei ele e comecei a dizer tá vendo o que bebida traz... seu filho tá passando mau. Bebida só traz isso aí, você tá deixando seus filhos tudo doente... (BRANDINA)

Teve um dia em que ele tava bêbado... aí, ele pegou um facão para me matar... já que ele tinha me ameaçado uma vez de morte. Fiquei morrendo de medo. Ele ficou mais de uma semana querendo me matar. Fico com medo toda vez que ele bebe... já que ele me jurou de morte... fico com medo de ele me matar. (BRANDINA)

Vivi 17 anos com alguém que volta e meia estava me maltratando... me batendo... me humilhando... me agredindo fisicamente... moralmente. Acho que todos os tipos de violência só não sexual, mas o resto eu acho que vivi todas elas, principalmente, àquela psicológica... que é a pior que tem... pelo menos pra mim essa foi a pior. (...) Ficava com aquelas ameaças que talvez se cumprisse... talvez não. Mas sempre existiam aquelas ameaças. Aquelas palavras bestas que eles costumam usar... eu te mato... eu faço isso... faço aquilo... entendeu? Isso não é legal. Cheguei a uma conclusão que não dava mais. Essas palavras... bem baixa mesmo. Mulher sem futuro... de puta... de rapariga... que são as coisas que costumam falar quando eles não têm com o que falar. Eles usam em defesa deles. Pra maioria dos homens, hoje, quando se a mulher por algum motivo não quiser deitar com ele é porque ela já tem outro. Pelo menos para os homens daqui (**refere a mulheres que moram no interior**). Não sei de outras cidades... mas pelo menos os que estou acostumada a vê é sempre assim e eles não pensam que a mulher não só foi feita pra cama não... tem outras coisas também. (JOSEFA)

(...) ele me falava coisas que me magoava. Assim... que ele não gostava mais de mim... quando ele arrumou a mulher também disse que não gostava de mim... que preferia ela do que eu... que eu não era mulher pra ele... essas coisas assim que ele falava. (...) Quando ele tava com uma mulher... ele tinha arrumado uma mulher. Passei a pior fase da minha vida... quando ele arrumou essa mulher... até fome eu passei... necessidade. Agora de me esculhambiar de puta... rapariga... essas coisas ele nunca me esculhambou. Ele nunca me esculhambou. O problema dele todinho é esse... ele é muito... muito mesmo agressivo... tudo dele era querer bater. Já com a filha ele não era assim... mas comigo ele me tratava mais como filha dele do que a própria menina (**filha**). (ALCERI)

... quando comecei a frequentar uma religião (**Espírita**)... ele disse se eu fosse pra aquela religião a noite... eu não entrava em casa e eu ia e voltava e entrava em casa e assim eu fui. Ele não aceitava roupas também... não use tal roupa (...) e assim havia as discussões as agressões verbais, mas eu nunca baixei a cabeça. E física nunca houve... física não. Já tentou... mas eu fui mais forte... lutei... mas de bater mesmo não. (...) As agressões... dizendo que eu saia pra arranjar algum homem e eu fazia sempre questão... eu saia principalmente pra minha religião... Antes quando eu não tinha o conhecimento evangélico eu discutia muito... era ele dizendo uma coisa e eu dizia duas... mas depois que eu conheci a religião. Ai me vi assim... achei melhor calar... não... não aceitar o que ele queria, mas fazia calada... voltava calada. Ele falava... falava... e eu calada. (...) Eu ia pras reuniões (**Centro Espírita**) e convidava... ele relutou por um bom tempo e depois foi. Assim... pra ele vê que não era nada de mais... era uma simples reunião. Mas depois ele começou a criar... ele chegava lá só pra observar os homens... então todos falavam comigo. Então daqueles homens tinha um, que me observava que ele dava interessado em mim. E que aquele eu ia... que eu ia sair com aquele homem. (INÊS)

Ele diz... ele me ameaça... assim, friamente. Porque eu tenho outra pessoa... não vou dizer que não tenho... eu tenho outra pessoa já tem 3 anos. (...) Ele (**ex-companheiro**) não aceita... homem nenhum na minha vida... ele não aceita. Apesar

de que há 4 anos atrás, 5 anos atrás... ele já me pegou com uma pessoa... só que a gente não tava entre beijos e abraços... pegou assim... numa mesinha de bar. (...) Daí em diante, depois que ele me viu assim... em na roda de amigos... ele começou a ser mais violento ainda. (...) Eu não durmo de jeito nenhum... eu não confio nele não. Porque eu tenho medo dele fazer uma travessia comigo... na calada da noite ele me pegar de madrugada... me matar. Entendeu? Me matar. Eu tenho medo... não vou dizer que não tenho medo... porque eu tenho medo. Porque hoje como é que ta a violência. Ai eu não durmo. Eu não consigo ter aquele sono tranquilo... sempre um sono assustado... durmo uma horinha assim... levanto observo ele, entende? Quando ele vê que eu to dormindo... vai no meu quarto. Porque meu quarto não tem porta tem cortina. Ele tem o quarto dele... eu tenho o meu. Ai ele abre assim... a cortina um pouquinho e fica me observando. Ele acha que eu to dormindo. Ai ele começa... vai na cozinha pega faca... eu observando; “eu não sei onde eu tô que não mato essa miserável... partir essa miserável em dois pedaços. Ai eu olho... ai eu vou. Ele fica dizendo... ai eu vou e me mexo... fico tossindo pra ver se ele... pra ele perceber que eu to acordada. Imediatamente ele vai pro quarto... vai e deita. Ai quando eu vejo que ele dormiu mesmo... ai eu durmo um pouquinho... ai eu sempre deixo uma coisa na frente dele... porque que se ele passar e bate eu já to acordada... porque eu tenho sono muito leve. Então, eu não confio nele de jeito nenhum. (PIECADE)

... eu já trabalho nesse ponto aqui... nessa localidade aqui... já há 10 anos. No jogo de bicho... nesse pontinho que to... já tem 6 anos vai fazer. 4 meses atrás... ele chegou pra uma vizinha minha... onde ele tava em outro local... ali perto... ele disse pra ela: Ela agora voltou pra lá... ela fica ali cochilando... ela dorme... ela vacila... eu posso passar a qualquer minuto de moto e mandar um tiro para ela... se eu não fizer, mas eu mando. Ele diz: eu tenho quem mande fazer. Abertamente ele diz a mim ou a qualquer pessoa. (PIECADE)

Essa violência na minha vida assim foi um tipo assim... É assim ele chegava sempre chegava bêbado... às vezes eu tava trabalhando... quando eu chegava, ele fechava a porta até de prego. Batia prego nas portas pra eu não entrar em casa... porque eu tinha saído pra trabalhar... Eu chegava com as meninas... querendo entrar... porque a gente trabalha o dia todo... E sempre era assim... quase a gente não tinha direito de dormir dentro de casa a noite... Ele só não chegava pra me bater... mas, de bater eu quero dizer de lapada... de cassete... assim essas coisas (...) mas na verdade mesmo de palavras horrorosas ele falava dentro de casa. Uma boca daquelas suja que só... acho que nem água sanitária lavava... porque era muita coisa. Ele chamava de caralho... cassete... no sei do quê. Coisas horrorosas. Teve dia... e isso me doeu muito... foi pior do que se ele tivesse me dado... tivesse pegado um cassete e tivesse me dado uma porrada. Ele dizia: Vá tomar no cú você e suas filhas toda. Que eu tinha além das minhas duas filhas... ainda tinha outra que eu criava. Ai isso me doeu tanto Socorro... que isso ainda hoje eu sinto... parece que é uma coisa... assim sei lá. Então, essas coisas ele vinha sempre dizendo e aquilo sempre foi assim me machucando... até o ponto... que chegou o ponto de eu sair de casa. (...) Só que hoje, depois de 8 anos depois, (...) ele ainda vem aqui sempre bêbado. Bom ele vem e ele não diz nada... não fala nada... até pede comida e tal... as meninas tem aquele aconchego com ele. Mas ai... quando ele às vezes ele vem altas horas da noite... querendo porque quer qualquer coisa que ele precisa lá (**refere-se a casa que ele mora**), ele tem que vim aqui... e quer que a gente ceda o que ele ta precisando naquela hora. Ai eu acho que isso é uma violência. Porque às vezes eu tô deitada... ele fica chamando... chamando... eu nem ligo. Só que tem certo momento que ele chama tanto que a gente pensa no vizinho do lado... vizinho do outro... ai tem que atender... Ele diz: vai porra... abre esse caralho... vá num sei que... abre esse cassete. As coisas dele é assim... ele não sabe falar com você. (...) Não... tudo é isso.. é cassete é caralho... é porra... é num sei o que... essas coisas baixíssimas... que não é muito assim do meu nível. (...)Ai... também eu acho que uma agressão. (MARLI)

As narrativas vêm carregadas de experiências de violência psicológica, seja por ameaças, traições, xingamentos, palavras humilhantes, ridicularização seja por vigilância constante, limitando a mulher em seu direito de ir e vir ou de freqüentar qualquer religião. Nesse sentido, a mulher passa a conviver com o abuso psicológico com medo de ser morta, causando-lhe vários danos psicológicos, o que se estende ao equilíbrio e integração da família. Segundo Vieira (2003), em suas pesquisas com mulheres vítimas da violência psicológica, o acúmulo de vivências desse tipo de violência faz elevar os índices de freqüência aos hospitais psiquiátricos, bem como o índice das estatísticas de pessoas que se suicidam. Portanto, é interessante ressaltarmos que a violência psicológica talvez seja a pior situação que uma mulher possa enfrentar, pois essa violência permeia todos os outros tipos, tirando da mulher a possibilidade de expressão da sua própria existência.

Ainda para esta autora, a violência psicológica é comumente camuflada pela sutileza das relações intra-familiares, mas causa sofrimento e conduz a alterações de comportamentos, postura corporal e/ou reações psicossomáticas. Acossada e diminuída em sua auto-estima, repassa para os filhos e filhas, a amargura de sua vida, mesmo que involuntária e inconscientemente. Além, disso, a violência doméstica tende a perpetuar este modelo perverso na medida em que serve de parâmetro de relacionamento aos filhos.

Em síntese, a experiência do abuso psicológico destrói a auto-estima da mulher, expondo-a a um risco mais elevado de sofrimento psíquico, como depressão, fobia, estresse pós-traumático, tendência ao suicídio, entre outros.

(...) sempre no momento que ele chegava assim... dentro de casa... ele conseguiu quebrar algumas coisas depois que ele saiu. Conseguiu quebrar algumas coisas... louça... algumas coisas pequenas assim de casa... DVD... essas coisas assim. Mas bater mesmo não. Ele não bateu.. mas tentou... mas não bateu porque não teve oportunidade. Na hora no momento que chegou a fazer isso... as pessoas vieram e tiraram ele... principalmente o irmão dele, uma pessoa que vive muito lá em casa... ele é muito apegado com minhas meninas e ele sempre tira ele (marido). Os vizinhos também que sempre na hora tira ele... que essas vezes são mais nos finais de semana. São os finais de semana que ele bebe... porque quando ele ta bom ele não tem coragem... ele não vai. Quando ele ta bom passa por mim e faz de conta que nem me conhece. **(tentativa de agressão após a separação – JOSEFA)**

Certa vez eu vendi o meu cabelo.... pra arranjar um trocado... meu cabelo era bem grande. ... A tia das meninas tava atrás de comprar cabelo pra fazer trança. (...) Ai eu perguntei por quanto ela comprava. Ai disse o teu nunca foi pintado. Ai eu disse: não... oh aqui meus cabelos brancos. Ai ela disse: eu compro os dois por R\$ 100,00, o meu e o da menina. (...). Agora... só que tu vem amanhã pra cortar que eu to ocupada agora. Ai isso foi na quinta... ai quando foi na sexta feira eu fui lá mais a menina e ela cortou. Ai ela foi e me deu... parece que ela me deu 60,00 e ficou devendo 20,00 ela disse: eu vou lhe dá os 20,00 de hoje a 15. Ai ele vai... eu acho que ele imaginou assim ela tem dinheiro pra receber ai foi pra rua beber. Ai quando ele chegou em casa... ficou me matando na unha por esse dinheiro dizendo: que a mulher só ia dá de hoje a 15. E ele dizendo: que queria que já tinha pegado emprestado a fulano e quando você receber dela você me paga. E eu dizendo que não ia... que não ia. Ai ele disse: se você não for eu vou pegar o DVD pra vender. O DVD o aparelho. Ai eu disse duvida você pegar. Ai eu comecei a chorar e a dizer coisas. Ai eu fui e mandei um bilhete pra H. mandando contar a ela que ela mandasse o dinheiro. (...) E ele: - vamos eu quero... eu quero. Eu digo: oh homem vai trabalhar rapaz... pra manter teu vicio quando tu quiser beber... num é ficar me atanzando não... tem vergonha nessa tua cara. Ai ele disse: então vou pegar o DVD. Ai eu disse: - pegue... pegue que eu vou na casa do sargento chamar ele agora... ai você vende. (...) eu fui e peguei os 20,00 e dei a ele: toma desgraça... vai pro inferno com esse dinheiro... rrsrrsr. E foi beber... gastou o tostão todinho... os 20 reais. (JUSTINA)

Muitas vezes os agressores têm atitudes que implicam na retenção indevida, desautorização ou destruição de objetos de posse legítima da mulher. É o que mostra as narrativas: objetos conquistados à custa de muito suor acabam sendo destruídos, vendidos e/ou trocados pelos agressores como forma de descarregarem suas raivas e/ou frustrações.

Assim... começou assim que eu fui morar com ele. Assim... não foi no começo do nosso relacionamento a gente ficou um tempo. É porque ele bebe... ele bom... jamais ele vinha me bater. Eu muito nova na época tinha o que... quando eu fui morar com ele tinha 18 anos, 19, 20. Eu muito nova... muito inexperiente... ai quando a gente sai de casa dos pais faz tudo pra não voltar. Então, os primeiros momentos foram horríveis pra mim. Ele com tudo... com tudo me fazia de uma escrava... com tudo ele me batia... ele me tratava como se fosse uma filha... só me via como mulher na hora da cama... sem ser isso me tratava como uma filha. Me batia de cipó... me batia de cinto. (...) Hoje em dia eu uso óculos por causa de um murro que ele me deu nos meus olhos, isso eu passo na cara dele direto. Pelos murros que ele me deu... esse aqui mesmo... esse direito (**apontou com o dedo o olho direito**). Essa semana tava doendo... ele deu o quê... uns 4 a 5 murros no meu olho. A gente tem... eu tenho força pra dá parte mais depois... não vou mentir eu tenho medo... tenho muito medo. Eu “esculhambava” de cabra safado... de tudo que não presta e ainda mais nesse dia, tinha um amigo dele em casa.. um amigo dele era de casa... ele me pegou me colocou dentro do quarto me “lapiou” eu fiquei com isso... roxa... tudo que ele correu atrás de mim corri na escadaria... ai eu virei o pé. (ALCERI)

Ele bateu uma vez em mim... se eu disser que ele não bateu em mim... eu to mentindo. Ele bateu uma vez em mim. Ele deu uma tapa... assim... no pé ouvido. Mas faz tempo... a menina mais velha tem 19 anos, parece que tinha 5 anos. Ele deu uma tapa no meu pé de ouvido tão grande que passei 3 dias que parecia que tinha um bicho dentro do meu ouvido piando. Mas agora ele não bate mais não porque ele tem medo. Esse negócio da Lei Maria da Penha num tem. Eu digo a ele:

- se você bater, você já sabe... você nunca visitou Maria da Penha... você vai visitar dessa vez... (risos). (JUSTINA)

... já tem 4 anos que ele... meu companheiro... ele deu um soco no meu nariz... 4 anos. Fui parar na delegacia... prestei queixa... fomos para justiça. Pra mim... ficou um caso impune. (...) Tem 27, 28 anos que nós estamos juntos... foi essa a primeira vez que ele tirou sangue de mim, 2004, 2h30 da manhã... no ano novo... no dia 1 de janeiro... ele brigou comigo por conta de um ciúme que ele tava lá com o vizinho. Eu disse para ele que iria passar o final do ano na casa da vizinha... ele consentiu, mas aí quando foi mais tarde ele se sentiu enciumado... com ciúmes e a gente veio pra casa e começamos a discutir no quintal de casa e aí na frente da minha menina ele me deu um soco no nariz... daí não vi mais nada. Minha filha me socorreu com a vizinha... o vizinho também, inclusive até o vizinho que me socorreu... quando ele voltou teve um acidente com o carro e acabou que não presta mais pra nada, entendeu? E aí ficou um caso abafado... eu fui pra justiça... fui pra delegacia... prestei queixa. Muitas coisas que eu tenho na justiça... que eu já dei parte dele... já denunciei ele no rádio... no programa de Cardinô há 6 anos atrás. (PIEDADE)

As narrativas expressam um tipo de violência que implica em ofensa à integridade ou à saúde corporal da mulher. Podemos destacar que essa violência é a mais fácil de ser detectada, é a mais visível, pois deixa marcas físicas, muitas vezes profundas e irreversíveis e é nesse momento que muitas mulheres reagem, seja atacando fisicamente o agressor ou denunciando-o em órgãos de defesa da mulher. É importante ressaltarmos que a violência física aparece aqui como instância última de suportar a violência, pois seria ‘mais suportável’ agüentar outros tipos de violência (psicológica, moral, patrimonial, entre outros) do que propriamente o ato violento físico.

Aí ele me julga mal... ele me desmoraliza... me bota pra fora... ele diz nomes terríveis comigo. Todo tipo de nomes ruins ele diz comigo... o que vier no pensamento dele... tudo que for ruim. **(baixa a voz e fala)**. Ele me chama de rapariga... mulher safada... de mulher “gaeira”... mulher quenga... entendeu? Que eu vivo com os machos por aí. Quando eu chego... assim... eu largo as 6h e meia da noite, mas se eu for me encontrar com o meu rapaz que eu tenho... o meu namorado... chego assim... 9h da noite 10h. Então, ele já tava com seu macho... já tava fazendo aquilo... aquilo outro. E isso na frente dos meus dois meninos de menor... e ele não respeita, entendeu? Ai ele... me maltrata. (PIEDADE)

... quando eu saio, ele fazia questão de dizer às pessoas que vinha me procurar que não sabe onde estou... não sabe a hora que vou chegar e sabendo. Quer dizer ele fica passando para os outros, outra imagem de mim. **Que tipo de imagem?** Olhe uma pessoa que não sabe... um marido que não sabe onde a mulher está e a que horas chega em casa. E fica falando muito de mim as pessoas... que eu sou chata que sou isso. Porque eu sou... eu gosto das coisas certas... então o que é certo a pessoa ta fazendo errado eu reclamo... eu falo que não aceito isso aquilo... então ele fica falando... me joga contra os filhos. Se eu comentar alguma coisa... assim... digamos do meu filho... eu comentar pras minhas filhas alguma coisa do meu

filho... digo... mais não comente nada com ele (pai) não. Ele... meu marido... escuta e vai falar pro meu filho: olhe sua mãe falou isso... isso e isso. Entendeu? E aí meu filho fica sabendo e fica magoado. (...) os meninos cresceram achando que o pai era o bonzinho e eu era a ruim.(..) Agora nem tanto porque eles já tão conhecendo... já tão amadurecendo e conhecendo como o pai é. (INÊS)

Observamos na narrativa uma mulher que de alguma forma passa por uma situação de violência que fere a sua dignidade, a sua imagem enquanto mulher, mãe e companheira. É uma forma que o agressor encontrou para agredi-la moralmente frente aos filhos e vizinhos. Esse tipo de violência foi denominada de violência moral que, segundo Ministério Público de Pernambuco (2007, p.18), a entende como “qualquer forma de agressão à dignidade da mulher (Ex: os crimes de calúnia, difamação ou injúria)”, também previstas na Lei Maria da Penha.

Psicológica... por ter ameaças durante dez anos. Atualmente... é psicológica e a verbal continua em forma de sumiços dele e xingamentos comigo e com nossas filhas. Outra é a patrimonial... com vendas e trocas de pequenos objetos e alimentos por bebida... além de pouca colaboração com as despesas. E a violência moral por chamar atenção dos vizinhos e expor a família na cidade... e por não ter responsabilidade com o próprio trabalho. (...) Nos dez primeiros anos, nós já tínhamos duas filhas e ele fazia muitas ameaças de seqüestro das meninas... como ele tem parentes distantes... eu ficava com muito medo... principalmente por ter uma jornada longa de trabalho... e as meninas serem muito apegadas a ele... durante estes anos não me acomodei... pois ele pagou pena alternativa... foi detido várias vezes... após estes procedimentos ele resolveu ir para o AA. Agora ele não quer mais voltar para o AA por vergonha. Durante 07 anos ele ficou sem beber. (MARIANA)

Percebemos que a narrativa mostra uma mulher consciente dos tipos de violência a que está submetida. É um somatório de violências vividas e vivenciadas, causando dor e sofrimento também para a família.

Sou casada há 14 anos... e meu marido tem vício de embriagues. Ele bebe praticamente todos os dias e apesar de não agredir fisicamente a mim e a minha filha... ele fica muito alterado quando está bêbado... ele tem dificuldades para dialogar e fica fazendo ameaças para impedir que a gente o critique ou o corrija. O que mais me irrita no comportamento dele... é quando ele... por se sentir inferior a mim... tanto culturalmente... como financeiramente... quer reverter à situação tentando fazer as pessoas entender que ele me domina... e domina a casa. E assim, esse é o principal motivo das nossas brigas... sem falar que ele também tem ciúmes dos meus familiares e de outras pessoas que me queiram muito bem, com exceção do meu pai que já é falecido. (GERMANA)

Aprisionada, ainda, por um sistema patriarcal em que o poder do homem prevalece sobre qualquer forma no ambiente doméstico, estamos diante de uma situação em que muitas mulheres, mesmo sendo ‘chefes de família’, que sustentam o marido, a casa, os filhos, ainda se submetem a determinadas ‘regras’ patriarcais, em que o homem é quem manda, a mulher é a que obedece, mesmo sabendo que essa regra se dá apenas no mundo simbólico.

Narvaz e Koller (2006) indicam que a violência simbólica, se dá através de mecanismos sutis de dominação e exclusão social, é utilizada por indivíduos, grupos ou instituições. É uma violência suave, insensível, invisível às suas próprias vítimas e que se exerce pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento e, em última instância, do sentimento. Assim, as relações de dominação decorrentes da violência simbólica são incorporadas pelos dominados sem que sejam questionadas.

Observa-se que as falas das mulheres, identificam, com clareza, a violência sofrida, seja por agressões físicas, sexual, psicológica, moral, patrimonial e até mesmo no nível simbólico. Como já citado, são “as violências de que são alvo as mulheres” (Schraiber e *at al*, 2005, p. 14). Apesar de vivenciarem vários tipos de violência, a psicológica permeia todas elas. Porém, uma mulher que é espancada ou é violentada sexualmente pelo companheiro, provavelmente, apresentará seqüelas em sua saúde mental, atingindo, também, o bem-estar de seus filhos e filhas. Para Vieira (2003), as crianças que presenciam a violência conjugal enfrentam risco mais elevado de apresentarem ansiedade, depressão, baixo rendimento escolar, baixa auto-estima, pesadelos, conduta agressiva e maior probabilidade de sofrerem abusos físicos, sexuais ou emocionais.

O impacto de tipos diferentes de abuso e de múltiplos eventos violentos ao longo do tempo parece ser cumulativo. Para algumas mulheres, o peso destas agressões e sua desesperança parecem tão intoleráveis que podem levá-las a uma tentativa de suicídio.

5.2.1.3. Fatores que impedem a ruptura com a violência

Eu deixava ele fazer tudo isso comigo por que achava que era um dever meu realizar todas as vontades dele em todos os sentidos. Hoje em dia já revido... bato de frente com ele... ele diz uma coisa... eu digo outra... e aí estou revertendo algumas das violências sofridas... considero isso uma arma. Hoje me sinto mais independente... estou trabalhando... estou mais confiante... e posso agora bater de frente com ele... mais mesmo assim... apesar de tudo... não sei ainda o que me prende a ele. Só sei que não amo mais ele... (LUIZA)

A narrativa mostra uma mulher que teve uma experiência de se submeter a determinados comportamentos provenientes de uma cultura patriarcal - como já mencionado em capítulos anteriores sobre a dominação masculina e subordinação feminina, frutos de um sistema patriarcal -, em que era dever da mulher realizar todas as vontades e desejos dos companheiros. Não suportando mais a situação resolveu reverter a violência sofrida quebrando algumas regras de comportamentos puramente machistas e encarando a situação com força e confiança, por se sentir mais independente, fruto de realização pessoal que é o trabalho. Mas mesmo assim, não entende o fato de continuar com o companheiro, ou melhor, de continuar experienciando situações de violência.

Quando ele não me aperreia... aí eu olho assim... eu sinto amizade. Assim... como marido... assim... ainda sinto. Tanto prova que sinto que quando ele está fazendo essas coisas (**sair com outras mulheres**)... ainda tenho raiva... quer dizer se ainda tenho raiva... quer dizer que ainda tenho ciúmes. Não é mais como era no começo eu tinha mais amor. Mas agora tá pouco... diminuiu. Tem hora que sinto uma mágoa sim... (**fica emocionada**)... uma falta... um vazio dentro de mim... eu sinto. (...) Agora é muito ruim você ter que viver com isso... fico com medo dele me matar... é muito ruim mesmo. Mas não posso deixar ele senão eu perco meus direitos e meus filhos também. (BRANDINA)

Talvez levada, ainda, por uma relação afetiva, em que ao mesmo tempo sente raiva, ciúme, mas, também, amor, mesmo este amor não batendo mais forte como era antes, a narrativa expressa uma mulher que apesar de sentir um vazio interior, uma falta, fica à mercê de uma situação de violência, por medo de morrer ou de perder seus direitos enquanto mulher e mãe. Então, devemos compreender, aqui, que se trata de uma dependência emocional? Ou

simplesmente de não conseguir reverter a situação de violência pelo fato de não querer perder seus direitos? E onde fica os direitos que se tem de não sofrer qualquer tipo de violência?

...e quando eu comecei a vê as coisas diferentes que comecei a trabalhar... comecei a vê que tinha um mundo lá fora que eu podia conquistar... pelo menos assim a minha independência... trabalhar para conseguir aquilo que eu queria. Eu acho que as coisas começaram a ir mudando. E de uns três anos pra cá... aí piorou mesmo. Não tava dando mais pra gente se acertar de jeito nenhum... começou com uns ciúmes besta... aquela coisa desconfiando por qualquer coisa... eu não podia ter uma amiga... amiga nenhuma prestava pra mim... entendeu? E sempre me agredindo moralmente... me 'esculhambando'... usando palavras de baixa mesmo... que às vezes eu me sentia a pior criatura do mundo. (JOSEFA)

Você não tem que viver pra você. Você não vive. Você tem que viver pro povo... como se o povo... a sociedade... tivesse alguma coisa... tivesse te ajudando em alguma forma... e você sabe que não é assim. Hoje eu já não ligo mais... uma coisa que tenho convicta dentro de mim é que jamais seja em qual for o momento... jamais eu vou viver pra o povo. De agora em diante eu vou viver pra mim... eu vou viver pra mim e pra meus filhos. Mas não para sociedade... nem pra minha família eu jamais vou viver. (...) eu sofri muito e eu não quero mais isso pra mim chega... não quero. (...) E eu Cansei Socorro. Cansei muito. Eu lutei... com todas as forças que eu tinha... de todas as maneiras que você pode imaginar que uma mulher lutou para sustentar o casamento... eu lutei. Chamei... conversava... dialogava... tentava ajudar da maneira que podia... eu tentei ajudar pra seguir em frente com meu casamento... mas não deu. Porque eu vou ter que continuar vivendo com o casamento... com o casamento que não existe mais... que não existia. Que eu jamais... posso lhe dizer isso convicta do que eu to lhe dizendo... faz muito tempo que eu não me sentia uma mulher. Porque eu tinha vergonha de usar o nome de mulher. E ainda tenho... porque tem muitas situações... muitas situações que eu ainda não tenho coragem de encarar elas... mas eu vou chegar lá. **Que tipo de situações?** Vencer o medo. Essa é uma barreira que ainda tenho que vencer. (...) o medo dele. E não agir com o coração e sim com a razão... entendeu? Isso são coisas que pretendo mudar e eu vou mudar. Coisa que eu tenho que ter é força pra isso... porque em nenhum momento ele pensa em mim. Porque se ele pensasse em mim... ele tivesse os pensamentos que tenho... por exemplo: "eu não vou chamar a polícia no momento que vem agredir por causa dos meus filhos. Para meu filho não ver o pai sendo preso". Mas porque que ele também não pensa "eu não vou lá... porque meus filhos moram lá. Ela não merece que eu agrida ela... que eu faça isso". Em nenhum momento ele pensou em mim... que amor é esse?. Ele ta lutando pelo que? Pra continuar a mesma vida que tinha? Por que é simplesmente isso. Então eu mesma não vejo o porquê de voltar... o porquê de continuar um casamento que não existe. (**medo de dar um desfecho nessa relação**). (JOSEFA)

(...) Você tem um passarinho preso na gaiola... quando você solta ele... abre a gaiola que ele vai embora. **Como é que o passarinho se sente quando é solto?** Perdido. Foi assim que me senti no começo. Me senti perdida... no início que eu comecei a pensar sobre isso. Porque quando eu decidi mesmo separar... já era uma coisa que eu já vinha pensando há muito tempo... há muito tempo que eu já vinha pensando nisso. Só que eu queria dar um passo pra não ter que voltar atrás... então eu tinha que pensar muito no que eu iria fazer. E agora eu me sinto muito bem. Hoje eu to confiante... eu sei que posso tocar minha vida muito bem... posso cuidar dos meus filhos como sempre cuidei... não me deixou falta. A única coisa que eu sinto falta é de um trabalho, pra eu trabalhar, entendeu? Porque pra quem vivi de bico... trabalha essa semana... próxima semana pode não ter trabalho... e é uma coisa que eu tenho necessidade de trabalhar. Eu tenho que trabalhar... eu tenho que ter uma renda...

entendeu? Disso, eu sinto falta. Mas dele ter ido embora... deu ter me separado. Tudo que eu quero agora é me vê livre mesmo... deixar meu nome livre... lutar para me separar... pra me divorciar. O único vínculo que eu quero com ele... é que ele é pai dos meus filhos. Hoje mesmo, eu tô me sentindo bem... porque em outra ocasião foi mais uma barreira que eu venci... porque em outra ocasião eu jamais teria feito isso. Não... não falaria de jeito nenhum. Até porque eu sou muito nervosa... eu começo a tremer e hoje eu vi que... eu chorei... chorei... não tremi. E consegui falar o que mais ou menos eu queria dizer. Pode não ter sido tudo que eu queria dizer... mas acho que partes eu consegui. (JOSEFA)

Ele quer que eu saia da casa. Pelo que dar pra entender é isso exatamente que ele quer. Só que eu não vou fazer isso. Eu posso abrir mão do meu direito que tenha da casa... mas jamais vou abrir mão do direito dos meus filhos. E até porque é um direito que tenho que ajudei ele a construir. Antes ele não tinha nada... então o direito que ele tem é o mesmo que eu tenho e principalmente meus filhos... eu não vou tirar... botar meus filhos na rua... pra dar a casa pra ele... pra ele nem morar... porque ele não ia morar... eu tenho certeza que ele não ia morar na casa. (JOSEFA)

(...) A gente às vezes diz uma coisa e na prática é outra. E às vezes... nem é por falta de conhecimento... a gente não conhecer as coisas... não ler. Eu procuro ler muito... principalmente sobre a lei Maria da Penha... a violência contra mulher... eu sempre procuro ler. Mas tem coisas que é difícil pra gente na prática. Pra botar em prática... é um pouco difícil mesmo. (JOSEFA)

Apesar de ter se separado do ex-companheiro continua, de alguma forma, submetendo-se a determinadas situações constrangedoras pelo fato de não se sentir fortalecida para encarar o medo que se tem do agressor ou por medo de algumas situações deixar de agir com a razão para agir com a emoção. Revela sua dificuldade para pôr em prática seus objetivos de vida, para dar um desfecho nessa relação de violência, motivada, também, por não querer ver seus filhos presenciarem o pai sendo preso ao denunciá-lo à polícia por causa das atrocidades que comete com a ex-companheira. Podemos observar, também, que mesmo se sentindo “um passarinho perdido quando é solto da gaiola”, mostra uma mulher mais confiante e com vontade de conquistar um trabalho que lhe dê estabilidade financeira, depositando nisso sua esperança em dar um desfecho nessa relação de violência doméstica.

Eu não sei. Assim... se eu disser que eu vivo com ele desde o início do casamento até agora... que amo ele... eu nunca amei ele (**fez silêncio**). Eu nunca amei ele. Realmente eu passei 15 anos com ele e aí depois de 15 anos casei na igreja o povo diz: porque tu casou sem amar? Uma... ele me pedia muito pra casar. (...) Vivía com ele porque naquela época eu ainda gostava dele... não vou mentir eu gostava dele. Queria assim depois que eu saísse da casa da minha mãe... queria criar minha filha junto com ele... tá entendendo? Mas hoje em dia eu vivo ainda com ele porque não tenho emprego... eu sempre digo isso a ele... a ele mesmo... eu falo na cara

dele. (...) Aí eu digo a ele... eu sei que eu tô errada... mas eu digo a ele: quando eu arranjar um macho que me botar numa casa eu saio da sua e vou pra casa do macho... mas eu não arrumei ainda. Não vou mentir eu falo isso. Eu sei que isso é um motivo dele vir pra cima de mim... mas hoje em dia ele não vem... ele fica calado... eu sei que eu to errada ao falar isso... mas eu falo. E hoje em dia eu vivo com ele porque eu não tenho emprego... a casa dos meus pais não tem condições de ir pra lá. **Mas o que te fez entrar nesse casamento sem ter um sentimento de amor?** Eu não entendo assim... eu comecei a namorar com ele... aí eu me “perdir” com ele... eu tinha 18 anos. Perdi a minha virgindade com ele. Ai meus pais disse: agora você vai morar com ele. Fui morar com ele. (...) Mas hoje... no momento... assim... eu não abandono logo porque não tenho condições... mas se eu tivesse... se Deus abrisse um porta de emprego pra mim... eu não vivia mais não. É hoje em dia assim... eu não posso sair... é muito ciumento. (...) Ai eu me sinto muito presa... eu sou uma pessoa que gosta muito de brincar... de me divertir... de conversar. Eu me dou com várias pessoas. Às vezes eu quero... eu não me sinto bem em tá numa festa... tá num canto com ele. (ALCERI)

Hoje eu me percebo mais mulher. Assim... tomo decisão da minha vida... tomo decisão do que eu hoje quero... porque antes eu não tomava... antes se ele comprava um móvel em casa... era do jeito... da maneira como ele queria. Hoje não... hoje eu dou opinião e boto ordem, eu quero assim... e é assim. (...) E hoje... eu tô uma pessoa assim... mais calma... tenho mais paciência que antes eu não tinha. Ta entendendo? (...) Hoje eu tenho mais assim voz... até pra falar mais alto do que ele... às vezes ainda falo. Que ele é muito machista, sabe! Mas... às vezes quando é hora de falar alto... de gritar... eu grito antes... eu não poderia... não podia falar pouquinho assim mais alto do que ele não. Hoje eu já não tenho mais medo dele em nada... antes só batava a voz no começo da ladeira... que eu tinha medo... hoje eu não tenho medo... se eu perdia um “biliro” dentro de casa eu tinha medo. (...) Depois que eu dei parte... assim bater... botar pra fora essas coisas assim mudou. Eu acho... eu sinto também que ele hoje tem medo porque ele viu que a primeira vez eu dei parte (...) Ele viu que eu dei parte a primeira vez... ele sabe eu vou dar de novo. Antes ele fazia, eu tinha medo. (ALCERI)

(...) Se eu disser que uma mulher que passou tudo isso se ela ainda vive dentro de casa com ele... ela não ama não. Porque fica uma magoa dentro da gente. Perdoar... não vou dizer a você que não perdoei... eu perdoei ele. Ele já veio de joelho... de joelho me pedir perdão tudo que ele fez comigo hoje em dia, ele ainda pede. (...) Ai minha colega faz... tu perdoou e porque ainda aquela magoa lá dentro do peito? Não sai não... não tem como... não tem borracha do mundo que apague aquela mágoa nunca. Tô sozinha dentro de casa pensando... meu Deus do céu... passo tudo isso... Ai você vê um casal na rua de beijo na boca... parece que estão felizes... mas muitas vezes não estão não... é só fachada... dentro de casa é eles... e Deus sabem o que acontece. Deixa marca... ela fica assim uma cicatriz. Ta ali a todo momento a gente tá olhando e ela tá ali. (...) Essa magoa me fez acabar tudo aquilo que sentia por ele... tudo... tudo... tudo. Não tenho mais aquele amor... não vou dizer que não gosto dele assim. Como pessoa eu gosto... tenho cuidado bastante por ele... não vou mentir... eu tenho muito cuidado quando ele não chega cedo passa da hora de chegar em casa fico preocupada... tá entendendo? Eu acho que aquilo tudo mudou. Ele antes me via como filha... hoje quem vê ele como filho sou eu... não é de bater... de agredir como ele fazia... mas é como um filho que eu tenho cuidado com ele. (...) E eu te digo uma coisa: se hoje ele vivesse aquela vida que ele vivia... eu acho que ou ele tinha me matado ou eu tinha matado ele... porque eu não ia agüentar aquilo não. Eu não ia agüentar nada. (ALCERI)

A narrativa mostra uma pessoa que, apesar de se sentir mais mulher e decidida, continua no casamento porque não tem condições financeiras de se sustentar sozinha por falta

de um emprego. Vive com uma pessoa que diz nunca ter amado, tendo entrado no casamento para não quebrar com as regras de uma sociedade machista quando diz, ‘se perdeu a virgindade’ ou se engravidou’ tem que casar. Com isso acaba se submetendo a situações em que tem que conviver com uma pessoa que lhe dá vergonha ao sair com os amigos, sentindo-se constrangida na frente dos mesmos percebendo o companheiro mais como filho ciumento do que necessariamente como seu marido.

Eu me sinto... eu sei lá... eu fico uma pessoa perdida. Porque ele pode... porque se ele diz que faz. Como diz o ditado cachorro que ladra não morde. Mas quando o homem diz que vai fazer ele faz. Então, eu fico assim amedrontada... a qualquer momento ele pode me pegar. Porque realmente eu cochilo ali... às vezes ele passa... to sentada... ai ele faz: ‘eu passei... tu tava dormindo... tas vacilando?’ Ele diz a mim abertamente. **(relata do medo dele matá-la)**. Eu me sinto muito constrangida... é terrível... terrível... terrível. Me sinto muito mal. Quando eu largo do meu trabalho que eu vou pra casa... que ele está embriagado. Eu já me sinto uma pessoa arrasada. Eu fico arrasada com esse modo de nós dois tá dentro de casa. Não me sinto bem de jeito nenhum... de jeito nenhum. Ai minha filha liga... painho tá bebo. Ah meu Deus do céu tenho que enfrentar? Ai vou embora pra casa... às vezes ele ta no bar ai eu mando chamar ele. Falo com calma... mas rapaz tá bebendo... vai comer... vai dormir. Quando ele vê que eu tô de bom humor com ele... ai ele não diz nada... ele vai se deita. Mas eu fico com medo dele... eu não sinto uma pessoa de confiança dentro de casa... entendeu? Pra mim eu queria que ele se afastasse da minha vida.(...) Procurei uma advogada para que ele desse a despesa dos meninos pra gente se separar... mas aí eu até discuti com ela porque pra poder fazer isso ou um ou outro tinha que desocupar o imóvel. Então, quer dizer que eu ia desocupar? Não tinha como desocupar. Eu tinha 2 filhos... quem deve sair é ele... porque ele tem mais condições financeiras do que eu... porque eu sou o quê? Sou vendedora de jogos de bicho... tanto faz eu ganhar como não e ele não... ele é um funcionário público. (PIEDADE)

Pra que eu tivesse uma paz de espírito... sossego... porque é bom a gente ter sossego. Eu digo sempre pra ele comer um pão de manhã... beber um gole de água a noite... mas eu quero ter paz de espírito. Só tenho no meu trabalho... no meu trabalho eu me sinto bem... pode chegar uma pessoa embriagada... mas que me trate bem... então pra mim ta tudo bem. (...) Ele diz: tas vacilando ali. Ele me deseja mal... que o carro me pegue... que o ladrão atire em mim... que o tarado me pegue... me estupre. Desejando mal a mim. Que as pessoas que eu esteja aconteça acidente... que tenha assalto... tiroteio... tudo de mal... tudo que você imaginar de maldade ele diz comigo. Inclusive agora ele tá com violência com meus meninos. (PIEDADE)

O que me prende a ele são meus filhos. Porque eu não posso pagar um aluguel pra levar eles... porque se eu pudesse eu saia (neste momento ela começa a chorar), eu não posso. Eu queria que ele fosse embora. E desse as despesas como é de direito dele **(ela pára de chorar e fica com a voz trêmula)**. Porque eu tenho meu rapaz **(namorado)**. Se eu sair de casa hoje... eu vou ficar com aquele pensamento de culpa que deixei... abandonei minha casa e deixei meus filhos. Agora que já tão grande 14, 15 anos sabe? (...) Mas eu não queria sair pra deixar meus filhos com ele... eu não confio nele... de jeito nenhum **(ainda continua emocionada)**. (...) Eu gosto muito dos meus filhos até demais... eu faço tudo por eles... eu faço coisas que eu não devo... eu peço dinheiro emprestado... eu compro fiado... eu entro em agiota pra dar aos meus filhos. Ele só dar aos meus filhos alimentação... assim em termos

de roupas... colégios... tudo sou eu. Nunca quis... eu nunca quis casar com ele... nunca quis e eu levo isso até o fim da minha vida. Porque a mãe dele quando era viva ela dizia: meus filhos não casem com mulher nenhuma. Ele já me fez essa proposta. (PIEADADE)

Por não ter condições financeiras de manter o aluguel de uma casa para morar com os filhos, porque o que ganha é muito pouco, Piedade acaba se submetendo a situações que lhe causam constrangimento, convivendo na mesma casa com uma pessoa que percebe como lhe desejando mal, não tendo mais um relacionamento de marido e mulher. A narrativa expressa uma mulher que se sente perdida, arrasada e com sentimento de culpa, por não ter condições de sustentar os filhos sozinha e ter que conviver com uma pessoa que não quer sair de casa, apesar de ter condições financeiras para isso. Situações como essa acabam levando a mulher a sacrificar sua própria vida, em favor, talvez, de um bem maior que são os filhos.

Eu fico triste porque a pessoa conviver anos e anos... eu acho que a gente convive com uma pessoa e não conhece a pessoa. Nas ações da pessoa... a gente tem uma idéia de como a pessoa é. Essa pessoa não... não tem capacidade de fazer isso. E ele acha justamente o contrário que diz assim abertamente: “eu não confio em ninguém principalmente em mulher”. Quando um homem diz isso na frente da sua esposa... tá dizendo o quê? Que não confia nela. Que quando eu saio e diz que não sabe pra onde vou e sabendo e depois chega dizendo: que não confio em mulher nenhuma. E ele... quando ele diz esse não confiar em que sentido... desconfiança. Por que não confiar... é o que? É uma desconfiança. Eu me sinto assim... não é na obrigação... mais eu sinto pena dele... vou fazer o quê? Agora mesmo eu tô percebendo que ele está planejando em viajar de novo... porque ele não encontra nada... nada. De repente, a ultima vez que ele viajou foi o ano passado... ele... ele viajou no sábado a gente só soube na sexta feira a noite que ele ia viajar. É como se eu fosse o inimigo dele. (...) era um alívio que eu me sentia muito feliz...(risos). **(refere quando o marido viaja)**. Mas lá vem ele de volta... porque ele saia dizendo que não ia voltar nunca mais e de repente lá vem. As coisas dão errado por lá... porque onde ele for... as coisas vão dar errado... porque ele chega ‘nos cantos’ pensando uma coisa... e quando chega lá começa a botar defeitos em todo mundo... reclama de tudo. Então, sempre vai dar errado... ai ele volta e não tem pra onde ir... não tem. Ele não tem mãe... ele não tem pai... tem dois irmãos... um mora na Bahia... a irmã mora aqui, mais ninguém quer saber dele por conta dele ser complicado... ai ninguém quer saber dele e ele se sente muito por causa disso. Esse é o motivo. Tenho pena pela situação que ele se encontra hoje. **(motivo pelo o qual não consegue separar do marido)**. (INÊS)

Essa narrativa revela uma mulher que não consegue se separar do companheiro porque tem pena por ele ser “uma pessoa complicada” e por ele ter uma família que o despreza (família de origem). Mesmo se sentindo triste em ter que conviver com uma pessoa que não

conhece, que não confia na mulher que tem em casa, acaba se submetendo a essa situação levada pelo sentimento de pena. Com isso vão surgindo questionamentos: O que faz uma mulher ter que conviver com uma pessoa, simplesmente porque sente pena dele? Será que vale a pena tantos sacrifícios em função de outras pessoas?

Tenho medo de deixar ele e ele me atoaçar e me matar. (risos). Oh mulé! é que eu gosto muito dele. Gosto. E eu tenho medo também. Sabe por quê? Sabe por quê? Porque a casa que eu moro é de aluguel... aí quando ele chega bebo em casa... que ele chega assim... com essas coisas. Eu digo: - pode sair de casa... não é você quem paga o aluguel da casa... pode sair de casa. Eu digo qualquer dia eu vou lá no fórum pedir uma ordem de despejo a juíza pra você sair de casa. Ai tu vê que a maioria dos casos que hoje as mulé, eu vejo, eu assisto direto no jornal da RECORD. É do Recife. Eu vejo os companheiros matando as mulé, assim. (...) O que me impede de deixar ele... é os meninos pequeno... que eu tenho essa menina e o menino de 12 anos. Por a menina não... a mais venha não... é mais por causa dos meninos menores. Porque ele diz que se eu deixar ele... ele carrega os dois meninos pequenos. E ele diz também se eu deixar ele de repente... eu não tô bebendo... se chegar se separar de mim... é da vez que eu vou morrer bebo. (risos). E assim mulher... eu gosto muito dele... apesar de que até já tentei me suicidar por causa dele... mas gosto dele “acho que sou safada mesmo. (JUSTINA)

Péssima... sufocada e sem saber como sair desta situação. Oh mulher! Já me deu vontade de me separar dele. **(como ela se percebe dentro dessa relação violência)**. Eu fico magoada. Assim... o que mais me magoa é ele pegar minhas coisas pra vender que eu arrumo com tanto trabalho... com tanto sacrifício... e ele pegar e vender... pra estourar com cachaça. Ele vai... pega... quando é depois ele chega... quando é de noite... chega com a cara lisa... de sem vergonha em casa. (...) Tem hora que me dá uma revolta assim... eu digo: - meu Deus só queria que Deus me iluminasse... me mostrasse um caminho. Ai minha menina mais velha diz: - é mainha,,, mainha tá passando por tudo isso porque a senhora quer... porque se fosse eu já tinha caído fora... por isso que não quero casar. Ela tem 19 anos. Ai ela diz: por isso que eu não quero casar... por que num dia que eu casar com uma peste e ele chegar em casa bebo... pegando minhas coisas pra vender ou querendo bater em mim... nunca mais ele bate em mim... nem vende o que é meu... que eu deixo ele na hora... pego os ‘panos de bunda’ dele e jogo no meio da rua. Ai eu digo: oh mulé, oia S. não vai dá mesmo não pra viver com teu pai não, eu já agüentei de mais... 20 anos. A vida de mainha é dizendo isso e nunca deixa (risos), é o que ela diz. Eu digo a ela que ela tá certa. Ai é que nem eu vou dizer... é agüentando... até um dia Deus me tirar ou tirar ele. Porque ele é operado de uma úlcera... foi não foi ele tá sentindo dor. (JUSTINA)

Não conseguindo sair dessa situação de violência, a narrativa revela uma mulher que se sente péssima, sufocada e magoada por causa das atitudes do companheiro. O medo de matá-la e de perder os filhos, o fato de gostar muito dele, bem como o sentimento de pena que tem por ele ser uma pessoa doente fazem com que continue nessa relação.

Hoje me sinto humilhada... constrangida... desmoralizada... envergonhada. Durante todos estes anos tenho me fortalecido com as participações em ONGs... pastorais... entre outras. Ultimamente a dificuldade é a lentidão da Justiça em encaminhar as decisões das questões. (...) Outra dificuldade é em relação a minha saúde **(conseqüência de um AVC)**. O que me faz continuar com ele... é por não ter um lugar para abrigar a mim e as minhas filhas... pois ao procurar a defensoria pública o que foi dito é que os bens seriam divididos ao meio... sendo que a minha parte também é a parte das minhas filhas... este patrimônio fui eu que construir... no caso faltou maiores esclarecimentos da defensoria. (MARIANA)

A narrativa, atravessada pelo constrangimento e humilhação, expressa o quanto a falta de esclarecimento do poder judiciário, muitas vezes, atrapalha na resolução de determinados conflitos que envolvem a violência doméstica. Mesmo procurando outras saídas de enfrentamento da violência sofrida, como participações em organizações não governamentais, Mariana acaba se sentindo desmoralizada e envergonhada diante dessa situação, pelo fato de encontrar dificuldades de superação seja por questões de saúde ou por não ter um lugar seguro para viver com as filhas.

Por várias vezes já pensei em me separar do meu marido... mas não é fácil. Minha filha chora e se sente insegura com o pai fora de casa e por incrível que pareça eu também... pois quando ele não está bêbado é carinhoso... companheiro e eu acabo perdoando tudo. Ele fica sem beber quando tem uma crise do seu problema e é com ele doente ou com medo de adoecer que vivemos em paz. Também me sinto um tanto responsável por ele.. é como se ele fosse um filho... acho que ele poderá ficar pior se eu o deixar e não sei por que a idéia dele piorar me preocupa. (...) Não condeno as mulheres que sofrem violência e não deixam seus maridos... porque cada caso é um caso e a solução nem sempre é fácil. Só não concordo com aquelas que se deixam agredir sem nenhuma reação. (GERMANA)

Mesmo que em alguns momentos surjam pensamentos de se separar do companheiro ou de não mais se submeter a situações em que se sente violentada, Germana não consegue sair dessa relação, talvez porque parece sentir a necessidade de agradar ao companheiro, por ter encontrado um homem que a proteja, que cuide dela e que lhe dê segurança. Nesse sentido, vai surgindo em Germana o pensamento de não condenar mulheres que não conseguem dar um basta à violência sofrida. Então, o que podemos compreender dessa situação? Apesar de passar por determinadas situações de violência por parte do companheiro, ainda é possível

encontrar alguns ganhos que promovam o bem-estar da mulher e da família? O que afinal está em questão, a violência sofrida ou ganhos obtidos?

Nesse momento eu me sinto assim irada de raiva mesmo. Dá vontade de pegar e toim (**tipo um cascudo**), empurrar de mundo abaixo e sair enrolando. Mas aí como às vezes eu fico pensando... eu também é mais ou menos uma doença que ele tem... porque ele não trabalha mais. Porque a cachaça é tão forte... que acabou a disposição dele trabalhar. Antes ele era um... como é que se diz... um “trator”, trabalhava como uma beleza... mas hoje ele já não trabalha mais... já não tem ânimo de fazer nada... aí eu acho assim que ele é um doente. (...) Assim... em parte assim eu me sinto violentada... porque se ele... vamos supor... quando eu saí da casa... eu deixei ele... vim morar nessa... aí ele vem sempre aqui. Eu não posso dizer que ele não venha... porque ele alega que tem as duas filhas... que as filhas gostam dele. Aí porque... pelo meu gosto mesmo era pra ele não vim aqui... ficava na casa dele... se ele precisasse de alguma coisa... ele podia ligar... podia mandar... aí eu mandava, tá entendendo? sem que ele viesse aqui. Até outro dia ele chegou tão bêbado agredindo dona R. (**senhora que está aos seus cuidados**), assim de palavra. (MARLI)

Vou te dizer... eu acho assim porque eu sinto pena dele. (**relata porque continua ainda nessa situação**) Porque na verdade ele tá bom, ele não é assim e quando ele bebe aí ele fica, entendesse. É meio difícil... mais dá pra ir levando. Assim... porque na hora... tudo é assim na hora... na hora que ele tá com aquelas coisas com aquele desafio todo disso... daquilo... daquilo outro. Aí da aquela vontade de jogar tudo pro ar e vou lá denunciar ele na delegacia da mulher. (...) Mas depois eu fico assim... sei lá... eu não sei... eu acho que eu tenho assim um tipo... uma pena... sei lá! Não é assim... pena... sei lá! É uma coisa que me impede de eu ir denunciar ele... de chegar... sei lá! De ele ficar preso que nunca ficou (risos). Tá entendendo? E depois sei lá! De sofrer mais ainda. Porque ele solto diz as doideices dele... depois vai embora pra casa dele... desaparece pra lá.. num me bateu... se ele me batesse poderia ser que eu tivesse mais raiva ainda... mas aí se ele bater... Só as agressões eu deixo pra lá. Aí a minha vida assim... dá pra ir levando... porque ele diz as coisas dele e vai pra lá. Eu não vou ficar permanentemente com ele ouvindo aquilo... tá entendendo? Quer dizer no dia que ele vem com todas as agressões dele... meu portão tá fechado... eu digo que ele não entra... dispare e bato a porta. Ele diz as coisas dele e vai embora aí eu venho pra cozinha e finjo que não tô nem ouvindo. (...) mas não tenho assim... sei lá coragem de chegar e denunciar ele. Exatamente porque eu fico pensando pode ser... sei lá! eu fico pensando... vá eu denuncio ele... ele vai preso. Se ele passar um tempo talvez lá... num sei o que... depois ele volta revoltado com mais raiva ainda... aí vem... vamos supor que venha ser pior. Porque antes... porque hoje ele não trabalha mais. Ele hoje não tem mais condições de conseguir uma casa pra morar. E quer dizer o que a gente conseguiu durante toda a nossa juventude digamos assim... fô a casa que tá lá com ele... se destruir... ele vai ficar aonde? A família não quer ele por causa da cachaça. E outra coisa... é que a família dele é assim... tá ruim... tá ruim... mas se você tocar... pronto... já sabe. Ah porque fulana não presta... porque fulana fez num sei o que... porque deixou fulano num sei que e tal. (MARLI)

Levada por um sentimento de pena do ex-companheiro, por ser uma pessoa doente, um alcoólatra e por ele não conseguir mais trabalho devido a bebida, a narrativa expressa uma mulher que tem dificuldades de denunciar a violência sofrida por receio do ex-companheiro

não agüentar as conseqüências legais de seus atos violentos. Outro fato, é que a narrativa mostra uma mulher que suporta essa situação alegando que seu companheiro lhe agride apenas com palavras. Segundo Vieira (2003), apesar da violência psicológica deixar marcas psíquicas profundas na vida de uma mulher, muitas vezes esse tipo de violência pode ser difícil de ser detectado, pois não deixa marcas evidentes no corpo, como a violência física. Para a autora, a agressão psicológica pode ficar camuflada, por exemplo, em doenças alérgicas e auto-imunes. Espíndola, Bucher-Maluscke e Santos (2004), ao relatarem o ciclo da violência doméstica contra a mulher ressaltam que, geralmente, a mulher tende a denunciar a violência sofrida quando é submetida a um abuso físico por parte do agressor, mesmo que depois retire a queixa e retorne ao ciclo.

Essas falas, carregadas de dor e sentimento de desamparo expressam as dificuldades enfrentadas pelas mulheres para romperem com ciclo da violência e para analisarem seus sentimentos em relação à violência sofrida. Apesar de conseguirem identificar a violência, é difícil quebrar com o seu ciclo e denunciar quando ela se expressa através de palavras.

Para Scharaiber e *at al* (2005), este é um processo difícil e complicado, até porque a mulher conhece todo o ciclo da violência e sabe que depois dessa fase vai começar tudo novamente. Só no momento em que a mulher começa a ter consciência desse processo e enxergar o ciclo no qual está evolvida é que começa a possibilidade de romper com ele. Nem sempre a denúncia desencadeia o processo de ruptura, pois apesar de denunciarem os seus companheiros, falta um atendimento mais específico e efetivo por parte dos órgãos de defesa da mulher.

A mulher em situação de violência se encontra atada na relação com quem a agride. Ao escutarmos as histórias de vida das mulheres, foi possível perceber o quanto as emoções, presentes na formação de laços afetivos, comprometem a ruptura da violência. Vários fatores apareceram nas falas das entrevistadas como justificativa para continuar nas relações: o medo

do companheiro matá-la; o receio de que os filhos venham sofrer com a possibilidade de verem o pai preso; o valor creditado ao casamento e a família, aspectos relevantes que conservam vínculos difíceis de serem rompidos.

Outro fator que impossibilita a quebra do ciclo da violência relaciona-se à falta de emprego e ao medo de vir a perder a posse da casa onde vivem ou de não ter condições de pagar um aluguel para morar. Segundo Godinho e Costa (2006), muitas mulheres de baixa renda, freqüentemente sem possibilidades imediatas de auto-sustentação, além das fragilidades da autonomia do ponto de vista pessoal, individual, por todo processo de dependência e de subordinação, passam por muitas dificuldades econômicas, o que dificulta a ruptura da violência. Além disso, muitas vezes, permanece com a mulher a responsabilidade de criar os filhos e filhas, agravando os problemas da moradia e de alternativas de emprego e renda, compondo um quadro multifacetado e complexo para a recomposição pessoal.

Outra questão refere-se ao fato de algumas mulheres terem pena do seu próprio companheiro, por ele ser um alcoolista, por não ter um emprego, por ter uma família de origem que o despreza ou porque, de alguma forma, apesar da violência sofrida, ainda se sentem seguras com a presença do marido. Acreditamos que essas questões merecerem ser mais aprofundadas, tornando-se um campo de estudos para outras pesquisas.

Godinho e Costa (2006), chamam atenção para o fato de que as mulheres querem que os companheiros parem de agredi-las, mas, muitas vezes, não querem perdê-los e tentam, a todo custo, preservar a relação. É importante considerarmos os motivos que as mulheres colocam para continuar com seus parceiros violentos, a trajetória de vida de cada mulher, as crenças e os valores que cada uma carrega consigo ao longo de sua vida e que levam para seus relacionamentos. Esses fatores interferem não só na maneira das mulheres entenderem e perceberem a situação de violência como também nas estratégias de enfrentamento das mesmas.

Nesse sentido, observamos, também, a importância de abertura de espaços para uma dimensão mais subjetiva da violência, pois este enfoque possibilita uma construção de novas formas de atenção às mulheres em situação de violência doméstica, oportunizando, assim, espaços de escuta e a experimentação de outros fazeres.

5.2.1.4. A percepção que se tem do agressor

Vejo como uma pessoa doente por ser um alcoólatra. Quando não está bebendo é um bom pai, pois colabora nos cuidados com as filhas e é cuidadoso comigo. Quando ele não bebe é um pouco rude na forma de repreender as meninas. Ele é agressivo, quando está bebendo. (MARIANA)

Meu marido ele é bom, mas quando bebe ele meio... ele é agressivo... agressivo assim... quer pegar o que é de casa e dá fim... quer que eu fale assim... com o povo... com os vizinhos pra eu arrumar dinheiro para ele beber. Quem trabalha sou eu (...) Ele sem beber é uma ótima pessoa, mas quando bebe ele fica agressivo... ignorante. Assim... ele quando tá bom a gente não briga... ele não é agressivo... não sai de casa... Já quando ele tá bebo aí ele muda. Ele fica abusado ... assim abuso... só fala aos 'botes' com a pessoa. Eu não posso... se eu disser alguma coisa ele vem com agressividade pra mim... pro meu lado. (JUSTINA)

Olhe, pra mim, é como eu disse... ele tem uma parte boa e uma parte de ruim. Quando ele tá bom em casa ele faz almoço... manda pra mim... cuida dos meninos... faz janta pra os meninos... organiza tudo direitinho. Mas quando ele tá embriagado... ele muda. Ele é uma pessoa violenta quando ele bebe... e também quando ele tá bebo fica melhor ainda... fica de mão aberta (**fala no** sentido de ele dá dinheiro), entendeu? (PIEDADE)

Ele é um ótimo pai. Como pai, ele é excelente... Nas horas boas ele é um bom pai. É aquele pai de quando o filho adoce corre para o hospital, entendeu? Sabe aquele pai preocupado. Mas ele é trabalhador... ele não é de agredir os filhos... nunca foi de bater nos filhos... de jeito nenhum. Ele, esses dias foi que ele partiu pra cima da menina... da mais velha, porque também ela começou a me defender. E você sabe que entre casais os filhos sempre entram no meio. Exatamente essa foi a minha decisão. É minha decisão de não querer... exatamente para evitar... entendeu? Esse conflito de pai e filho dentro de casa. E... ele quando está trabalhando... dá o sustento dos meninos. Trabalha na agricultura. Ele é uma ótima pessoa quando ele não tá bebendo. O problema dele é a bebida... ele não sabe controlar a bebida. Então, é aquela coisa quando a gente casou ele bebia... mais bebia muito pouquinho... aquela coisa bem controlado... no final de semana, às vezes no sábado, às vezes passava dois, três finais de semana sem beber. Depois de um determinado tempo ele continuou bebendo todo final de semana... todo final de semana... e daí em diante já foi ultrapassando já não era mais final de semana... já tirava a semana bebendo. Tinha vezes que ficava duas, três semanas bebendo. (JOSEFA)

O problema dele só é a bebida. Antes de ele beber ele dava mais atenção. Agora não, tem vez que ele fica no sofá e mal fala. Eu acho ele diferente de antigamente... porque há 20 anos atrás... as coisas eram melhor. Mas já que ele está assim (...) bebendo, fazendo coisas erradas. (...) Ai isso ai, eu tô me sentindo cada dia mais

afastada dele. Então, ele era assim... mais carinhoso. Essas coisas assim. Eu já até falei para ele assim uma vez... que eu só convivía com ele ainda por causa dos meus filhos. Ele já mandou varias vezes ir pra a casa da minha mãe. Apesar da minha mãe... tenho mais mãe não. **(emocionada diz que não tem mais mãe e começa a chorar)**. (BRANDINA)

Não mudou nada, vamos supor se eu fosse morar com ele de novo era mesma coisa ou pior. Eu acho assim... sei lá... como digo sei lá... um alcoólatra... é violento dentro de casa ele é assim... agora fora de casa ele não é não... porque qualquer coisa lá fora que ele fizer ou ele leva logo 'cassete' e tem medo de levar. Não respeita ninguém... o que vem na boca ele solta... é assim tipo língua solta... acho que por isso várias vezes ele levou muito 'rela' na rua.. muito 'rela' mesmo. Ele antes ele era servente de pedreiro... depois passou a ser pedreiro. Quando ele era pedreiro pense num pedreiro rochedo? Mas depois ele começou indo pras obras só bebendo.... só bebendo... os encarregados... quem vai querer uma pessoa dessas no trabalho com uma garrafa de cerveja e um a garrafa de Pitu? Quer dizer incentivando os outros que quer trabalhar. Entendeu? Hoje ele não trabalha em firma nenhuma. Outra coisa ele trabalhava 15 dias numa firma, 3 meses na outra... botava a firma na justiça... aí assim o bicho foi pegando pro lado dele e hoje ele não trabalha em lugar nenhum. Às vezes ele faz jardim, mas também num sei se é porque ele pede muito caro pelo serviço que faz... eu num sei, só sei... (...) era uma boa pessoa num tinha problema nenhum só era muito 'raparigueiro'... sempre foi. (MARLI)

As narrativas expressam ambivalências na percepção do agressor. Por um lado, ele é um ótimo pai, muitas vezes um bom trabalhador, talvez em alguns momentos um bom companheiro, mas, por outro, sob efeito do álcool, mostra-se uma pessoa agressiva, violenta, descontrolada. É interessante observarmos o quanto as mulheres procuram uma saída justificando o comportamento desrespeitoso e violento do agressor atribuindo-o ao efeito do álcool e como é grande sua luta para que os problemas do casal não interfiram na relação com os filhos, evitando que os mesmos sofram. Nesse sentido, vão surgindo questões que de uma forma ou de outra acabam nos angustiando: Será que realmente devemos justificar o comportamento violento do agressor por causa do uso do álcool, como são expressas nas narrativas? Será que os agressores procuram o uso do álcool por que se mostram extremamente frágeis na manutenção do seu equilíbrio psíquico, reagindo de forma irritadiça a qualquer contrariedade, valendo-se, facilmente, de comportamentos violentos como forma de alívio, mesmo fugaz, às suas frustrações?

Ele não é 'raparigueiro'... nem cachaceiro... é zeloso pela casa... é esforçado... encara qualquer trabalho... ele se preocupa muito quando está faltando lanche para os meninos... está sempre pedindo dinheiro emprestado para garantir o lanche. Quando estou doente sempre dá atenção... comprando remédio... lavando roupas... faz comida... arruma a casa. E quando ele não está no trabalho... fica preocupado de manter a casa. Por outro lado é debochado... não reconhece quando erra... é o dono da verdade. Percebo que hoje ele está mais flexível em relação ao sexo. Mesmo abusado... ele respeita mais a minha vontade. (LUIZA)

Agressivo demais... bruto... bruto. Hoje, a brutalidade dele nunca acabou. Só que agora eu passo por cima agora. Hoje em dia acordei pra vida... quando completei 25, 26 anos, eu disse que agora mais não meu filho. Você diz uma eu digo três. Ah ele hoje... pra vista de antes ele é outra pessoa visse... eu acho que saiu aquele J... e entrou outro. Como acabei de dizer ele às vezes tem a ignorância dele porque ele é uma pessoa assim muito organizadora dentro de casa... gosta de tudo organizado... tudo bem perfeito... ta entendendo? Se você botar uma coisa no canto ele chegar e não encontrar... ele já aumenta a voz... mas, depois ali passa... ta entendendo? Não deixa faltar nada dentro de casa, só se ele não tiver mesmo, mas não deixa. Ele hoje me trata mais com carinho pra vista que era antes... hoje ele não me vê como filha... antes ele me via como filha... hoje ele não me ver mais como filha... hoje ele me vê como mulher dele. Hoje às vezes tem... alguma coisa que mudou antes ele gritava comigo... hoje quem grita com ele às vezes sou eu... hoje eu chamo ele converso com ele... me entende... as coisas que eu quero falar pra ele... para o bem dele. Hoje tudo mudou... tudo mudou mesmo... hoje ele não vem mais me bater... quando às vezes ele ta bebo que vem pra cima de mim... eu digo venha pra cima de mim... se você vim... já sabe... Cotel. Ele é ciumento... demais, demais.. demais... Se ta uns amigos dele... o compadre..., meu compadre chega em casa não posso brincar.... ele pode brincar com as esposas dos amigos e eu não posso brincar com os meus amigos... não posso nem conversar. Eu não quero... porque os meninos brincam comigo... os meninos me cheiram... os meninos me abraçam... vamos tirar foto. Ele não gosta. Feito a formatura da 8ª serie. Eu levei ele... me senti um peixe fora d'água. Puxou logo a cadeira embaixo assim... eu fiquei em cima dele. A turma me vê uma pessoa muito alegre. Ai eu brinco... eu beijo eu abraço... depois converso com um... converso com outro... ele é muito fechado... a menina (**refere-se a filha**) é igual a ele. (ALCERI)

As narrativas mostram um agressor que, de alguma forma, é uma pessoa que se preocupa com o zelo da casa e dos filhos, não faz uso do álcool e nem faz o jogo da traição, mas investe na violência ao tentar abusar sexualmente a sua companheira, mesmo procurando ser mais flexível nas suas atitudes; o agressor é caracterizado como uma pessoa que não erra e que é o dono da verdade, além do ciúme aparecer como fator crucial para o ato agressivo e brutal, atribuindo à provocação de sua companheira, ao seu comportamento, julgado desrespeitoso para ele. Esse comportamento ciumento leva o agressor a tentar afastá-la do convívio social. Nessa situação percebe-se aspectos de uma sociedade que ainda convive com um sistema patriarcal, no qual as mulheres são colocadas em uma situação de subordinação e

submissão por parte dos homens. Segundo Schraibe e *at al* (2005), muitas vezes é comum, por parte dos homens, acharem que é “natural” bater na sua mulher ou a manter relação sexual contra a sua vontade, achando que é um direito seu. O entendimento desses homens quanto ao recurso da violência contra as mulheres não é apenas para corrigir um ato ou falha, mas um expediente que se integra na dinâmica de dominação-subordinação entre parceiro, em que a compreensão de prazer sexual da mulher, na visão do homem, implica total submissão. Trata-se da mais típica e tradicional expressão da representação de gênero, em que o homem exerce o poder de ter seu próprio desejo e definir o desejo da mulher, sendo que esta, sob violência, não decide nada, apenas se submete.

(risos)... eu sinto pena dele... tem vezes que eu até deixo as pessoas pensarem que ele é o que domina (risos). Ele é uma pessoa digna de pena... aí deixo pra lá. Um outro problema é que por ele beber demais... torna-se mal humorado e irresponsável e por isso tem dificuldade de trabalhar para outras pessoas. Trabalhando apenas fazendo alguns ‘bicos’ para comprar a cachaça, pois o dinheiro dele só serve mais para isso. Ele trabalha também nos serviços de roça e consertos da casa que, por sinal, não são feitos de forma organizada, nem geram renda, no caso, eu é que tenho que arcar com todas as despesas da casa... além de despesas de remédios, pois o mesmo sofre de problemas digestivos, proveniente do álcool. Já fiz até algumas tentativas... incentivando-o a freqüentar o AA... já que ele diz ter vontade de parar de beber, mas ele não quer freqüentar alegando que é diferente dos demais por não agredir fisicamente a família... nem quebrar as coisas dentro de casa. (GERMANA)

Apesar de responsabilizar-se pelo orçamento doméstico, ainda se encontra no modelo tradicional de organização familiar baseado na divisão sexual do trabalho, mantido no nível idealizado do imaginário como uma referência fundamental da existência. Muszkat e Muszkat (2003), assinalam que mesmo quando a mulher ocupa um lugar de ‘chefe de família’, o homem da casa é, assim mesmo, mantido no convívio familiar, numa pseudo-hierarquia, ocupando um lugar autoridade junto à mulher e aos filhos e filhas.

Hoje eu percebo que ele é uma pessoa doente. Doente que precisa de um acompanhamento psicológico... porque ele tá assim... desde janeiro... que ele mudou muito o comportamento dele. Uma... ele está entrando em depressão... outra é imaginando situações... Imagina situações, assim... vai fazer uma coisa já pensa que aquilo vai causar isso e aquilo. Entendeu? Eu acho que ele tá precisando de acompanhamento... talvez ele tivesse precisando sempre desse acompanhamento,

mas eu nunca tenha percebido... eu acho que por conta da nossa vida assim... dele ser uma pessoa que saía de noite pra trabalhar chegava de manhã e passava o dia dormindo praticamente eu não o via. Então a gente... eu não percebia muita coisa ele sempre alcoolizado. Antes (...) ele saía de noite pra trabalhar e chegava de manhã com bebida, aí dormia... aí quando acordava lá pras 3 ou 4 horas da tarde já tava perto de sair novamente. Ai a gente não tinha... eu não tinha convivência com ele dentro de casa pra perceber muita coisa. De noite ele passava fora e de dia dormindo. Ele trabalhava como músico. Hoje ta parado. Desde janeiro quando aconteceu o acidente ele já tava. Caiu da barreira... aí quebrou o pé... mas quebrou o pé... foi a coisa mais séria, mas grave que passou quase 4 meses no gesso. Isso ele ficou muito tempo parado... aí a gente pode conversar mais. Ai a gente pode conversar mais... e ele falando no começo quando aconteceu ele ficou ainda alegre... mas hoje em dia não... ele ta muito triste... muito revoltado. (INÊS)

O reconhecimento da falta de diálogo, na relação, vem à tona após o acidente que o companheiro sofreu, obrigando-o a ficar em casa e a deixar de fazer suas atividades de trabalho como músico. Este tempo em que vem passando em casa fez com que Inês percebesse no companheiro sintomas de depressão e necessidade de acompanhamento psicológico, mesmo porque ele já não faz mais o que fazia antes, como por exemplo, cantar, por causa do acidente que sofreu.

Podemos observar na fala da maioria das mulheres entrevistadas contradições e ambigüidades: ao mesmo tempo em que percebem o companheiro como uma pessoa doente e agressiva, ressaltam sua bondade como pai quando não está fazendo uso de bebida alcoólica. Para Schraiber e d'Oliveira (1999), estudos e pesquisas realizadas com homens e mulheres em situação de violência doméstica, indicam que a incidência de violência doméstica tem sido considerada maior em agressores que fazem uso de substâncias como o álcool. Tal substância desempenha um papel potencializador e desencadeante de atos violentos pela ação desinibidora da censura, assumindo, o agressor, condutas socialmente reprováveis, embora isto não justifique a violência.

Muszkat e Muszkat (2003) reforçam, ainda, que os agressores se mostram extremamente frágeis na manutenção do seu equilíbrio psíquico, reagindo de forma irritadiça a qualquer contrariedade, valendo-se, facilmente, de comportamentos violentos como forma de alívio, mesmo fugaz, às suas frustrações. Dificilmente confessam essa violência e quando o

fazem, tentam justificá-la atribuindo o descontrole a uma provocação da companheira, a um comportamento desrespeitoso da parte dela, ao ciúme ou ao efeito do álcool, como provas irrefutáveis de que não fariam isso de sua consciência.

5.2.1.5. Tentativas de enfrentamento da violência sofrida

Nunca denunciei. Não tenho coragem de denunciar o pai dos meus filhos... é constrangedor dizer na delegacia que o meu marido quer fazer sexo anal comigo e eu não quero. Tenho medo que ele seja preso e os filhos fiquem com raiva de mim, caso aconteça alguma coisa na delegacia com ele eu me sinto culpada. Tenho medo de deixá-lo... porque como conhece muita gente do mal e do bem pode mandar me matar. Ele sempre fala 'ou você é minha ou não vai ser de mais ninguém. Eu não te deixo nunca. Você é minha e de mais ninguém'. E diz isso sempre com muita força... às vezes agindo com violência. Isso aconteceu quando disse que não queria mais viver com ele. (LUIZA)

... uma vez... por ciúmes da minha parte... eu bati no rosto dele ainda grávida e ele revidou. Eu bati porque ele me deixava sozinha e dizia: "que mulher tinha que ficar em casa tomando conta da casa e ele sim podia sair quando quisesse e que eu não me atrevesse em ir atrás dele". Eu era muito apaixonada por ele... tinha muito ciúme... e ele se aproveitava... dizendo que ia embora de casa. Numa situação que estava grávida... não tinha apoio de mãe e de pai... estava sem emprego e estava muito apaixonada eu amava muito ele. Teve outra cena de ciúmes e nós nos agredimos também. Houve outras cenas a ponto de levantar faca para ele por defesa mesmo... pois ele queria me bater. Já pedi o divórcio várias vezes e ele nunca quis me dar. (LUIZA)

Percebemos, nessa narrativa, o quanto é difícil, constrangedor e vergonhoso enfrentar a violência sofrida, quando se trata de um abuso sexual. O depoimento, atravessado por uma história de dor, deixa entrever o sentido do casamento como posse, com suas raízes no patriarcalismo. Diante da falta de credibilidade da história que contam, a mulher parece internalizar a culpa por sua ocorrência, principalmente temendo que essa situação possa fazer os filhos sofrerem. Isso pode fundamentar o sentimento de que não há o que fazer em relação ao agressor. Por outro lado, não havendo outra saída de enfrentar a violência sofrida, Luiza, por ciúme ou defesa, também faz uso da violência contra o companheiro, que também o revidou, como forma de externalizar as situações de desamparo que vive e a necessidade de apoio de seus pais.

Faz 4 mês. Ai eu nunca fui não... sabe. Ai ele chegou a dizer... se você não depende de mim... mais junte suas coisas e vá pra casa da sua mãe. Eu disse pra ele que não vou embora não... porque já faz 20 anos que eu tô com você... e eu não vou perder meu tempo porque se eu sair eu vou perder meus direitos... assim se eu abandonar a minha casa e meus filhos eu não deixo... porque meus filhos é tudo para mim. Se eu for sair da minha casa vou dar o direito para ele colocar outra pessoa na minha casa. Ai eu perco meus direitos. E minha mãe não tinha obrigação de cuidar dos meus filhos... quem tinha era ele e eu. (BRANDINA)

Mesmo sabendo dos seus direitos, Brandina acaba se submetendo às atrocidades do companheiro porque não quer perder sua casa e nem seus filhos. Nesse sentido, a narrativa parece se inclinar para uma tentativa de enfrentamento da violência sofrida, tentando “marcar” o seu lugar na casa com intuito de preservá-la, o que é extensivo a seus filhos.

Não foi praticamente eu chegar assim e eu me separar. Não. Ele saiu de casa... ele simplesmente saiu de casa e ai... que já era o que eu queria fazer só que pra mim pesava mais... porque para eu sair teria que sair com 4 filhos... então seria melhor que ele saísse... ele resolveu sair. Então pra mim foi o melhor que ele podia ter feito. Só que hoje ele achava assim. Que sairia hoje de manhã e a tarde eu iria atrás dele. Só que vendo que a situação não é essa. Que ele viu agora que não quero mais viver com ele... de jeito nenhum... aí ele volta às agressões... vem bagunçar em casa... continua quase a mesma coisa.. entendeu? Sábado... tá com 15 dias... que ele foi... foi última vez que ele foi. Chegou lá querendo me pegar mesmo... só que não consegui porque tinha gente... os vizinhos tiraram ele... chamaram a polícia. Certo que no momento me acovardei... quando a gente erra tem que assumir o erro e eu não desci para prestar queixa... A polícia fez o papel dela foi tudo... veio. Mas eu não fui. (...) Talvez até... que não tenha denunciado porque eu ainda goste dele... talvez para não expor meus filhos... para verem o pai entrando na viatura... talvez por medo das ameaças dele. Mais a única conclusão que eu chego mesmo é que eu fui covarde... mais uma vez fui covarde... eu me omiti a fazer aquilo que eu tava num direito meu de fazer... de lutar por um direito meu... eu tava muito consciente que estava abrindo mão de um direito que tinha. Eu não vou dizer que foi por isso ou por aquilo... foi covardia mesmo. Sempre quando é com os outros a gente sempre acha que é fácil... a gente sempre procura. Há se fosse eu fazia isso ou aquilo. Mas na hora faz não. Nem todo mundo faz. Você age naquela hora do impulso... da raiva até que você faz, mas se você esfriar um pouquinho... você não faz não. No momento ainda estou sozinha... to procurando ajuda... to indo para o advogado. Porque na verdade to querendo um acordo. Simplesmente isso... eu não quero partir para outras coisas... mas eu to indo pra advogado... a gente marcou agora pra ela me dar um retorno da data da audiência... que vai ser agora pra junho. E o resto mesmo é contando com as ajudas que tenho... Graças a Deus tenho pessoas que gostam de mim... e que eu posso me abrir e isso pra mim tem sido tudo. Tenho pessoas que confio e que podem me abrir totalmente... expor minha situação sem vergonha... sem medo... e essas pessoas têm me ajudado muito. Eu costumo até dizer se não fossem essas pessoas... eu não sei se eu estaria tendo força. **(ficou emocionada neste momento - chorou)**. A gente se sente muito humilhada diante das pessoas... dos filhos... e a gente que é daqui do sertão. A gente mulher foi criada ouvindo a mãe dizer que casamento é pra vida inteira... mulher tem que ser submissa... isso é que faz a maioria das mulheres sofrerem muito nas ‘unhas de homens covardes. (JOSEFA)

Nessa narrativa, mostra o quanto é difícil para uma mulher se separar legalmente do companheiro, mesmo porque este insiste em usar de violência para tentar dominá-la. Aqui, realmente expressa a violência em que muitas mulheres são vítimas por parte de ex-companheiros e o quanto o sentimento de culpa influi na decisão de não denunciá-lo, seja por gostar ou por não querer expor seus filhos denunciando o pai dos mesmos. E o quanto muitas vezes Josefa fica presa, principalmente, por ser do interior, a opiniões da sociedade que, muitas vezes, são carregadas de valores advindos de um sistema ainda patriarcal, o qual determina que a mulher deve ficar submetida ao marido, aos filhos, ou seja, ao casamento.

Certa vez, já cheguei até a denunciar ele na delegacia, pois ele me ameaçou de morte, mas a denúncia não foi levada a sério, pois o agente que me recebeu disse que o conhece como uma pessoa calma e que tinha dito isso por estar bêbado... já que o 'xinguei' por está bebendo com os amigos quando cheguei em casa. Fiquei revoltada e com raiva do agente. Fui pedir ajuda e ainda sair como culpada da situação. Ele não passava desses homens machistas... que coloca culpa na mulher em tudo... e os homens é quem estão certos... (GERMANA)

(...) se eu precisar de ir na delegacia da mulher hoje... prestar uma queixa... quando é que eu vou ser atendida... daqui a 3, 4 dias ou uma semana, 15 dias. E isso vai se passando o tempo... vai se passando o tempo... quando lá na delegacia for tomar providência... eu acho que já tem acontecido coisas piores... Porque fica... a partir do momento que a gente vai prestar uma queixa... que fica tantos dias esperando... a mulher fica com medo... não fica com aquela confiança de ta em casa com o parceiro... com o esposo... que fica uma coisa muito ruim... muito chata. A pessoa ficar esperando vários dias... ai vai lá. Às vezes ele não é preso... apesar de que não quer dizer que é toda vez ele tenha que ser preso. **Você acha que de alguma forma existe um problema na justiça que impede o andamento desses casos, mesmo com essa questão da lei Maria da Penha?** Com certeza... era pra ser um caso mais corrido... mais apressado... entendeu? Em favor da mulher. Eu acho que era pra ser um negocio mais depressa... proteger mais a mulher. Porque a mulher ta ai sofrendo todo dia... com uma situação terrível. Entendeu? Mas a mulher vai... conversa... às vezes fica assim... uma conversa... é assim uma conciliação. Conversa dos dois... saber o que aconteceu com ela e com ele, entendeu? Às vezes ele aumenta as coisa... às vezes ela aumenta. Muitas vezes eu vejo... eu escuto pelo rádio... entendeu? E fica uma coisa muito chata... era pra ter um atendimento muito melhor pra nós mulheres que vivem num sofrimento total... como eu.. por exemplo... que vivo numa situação terrível... eu convivo com os pais dos meus filhos há 27 anos (...) E nunca tive um dia de prazer com ele... assim em tudo. A partir de uns 10 anos pra cá ele passou a ter violência comigo. Eu vivo com ele na justiça a 5 anos... 5 anos na justiça e até agora não tive resposta nenhuma... agora que ele pagou uma pena de 6 meses. E pelas minhas histórias que conto... as testemunhas que levo... já era pra eu ta assim... separada dele a muito tempo. Ai promete de hoje, de amanhã... pra botar ele pra fora de casa... que o oficial de justiça vai... e fica me enrolando, entendeu?. Sempre eu vou procurar a assistente social lá... sempre ela diz que vai conversar com ele... ai ele chega lá na minha ausência... porque toda ausência é atrevida... chega na minha ausência... ela pergunta como ta a situação dele. Ele diz que a situação ta bem... não ta me agredindo fisicamente... nem moralmente... não

ta bebendo... e assim eu fico nessa. Pra mim, é enganação... 5 anos veja só... é muito tempo pra gente esperar. A justiça é muito demorada. (PIEIDADE)

As narrativas demonstram um sentimento de impotência diante da procura de um órgão de defesa para ajudá-las a enfrentar a violência sofrida e os prejuízos advindos da falta de uma política efetiva de controle e prevenção da violência contra as mulheres, bem como a urgência em se melhorar a qualidade de atendimento à mulher, contribuindo assim, para uma efetiva resolução da infinidade de casos apresentados pelas mulheres, dada a diversidade e as características particulares da violência doméstica. É importante ressaltar que a escuta das queixas trazidas pelas mulheres em situação de violência doméstica, deve ser a mais fidedigna possível aos fatos narrados, pois essa situação requer um olhar diferenciado e competente para diagnosticar o fenômeno de forma ampla e matizada para que a mulher não saia com a sensação de que sofreu mais uma violação ou de que é verdadeiramente culpada pela violência sofrida.

... o que eu achei interessante na minha vida foi em 2005 (**fica muito emocionada e chora ao falar e pega na mão da entrevistadora**)... quando conheci vocês (**Grupo Mulher Maravilha – GMM**). (...) o importante foi aquele ano pra mim... quanta coisa eu aprendi, quanta coisa. E que conselho as mulheres pra não deixarem de ler. Eu sempre falo pras minhas meninas lá na Colméia (**Grupo de gestante que ela acompanha**) que sempre procurem freqüentar uma associação... uma ONG para aprender... porque é muito importante que a gente saiba a nossa situação... que a gente pode melhorar... que... que a gente pode crescer. Porque muita coisa que acontece em nossas vidas a gente não sabe que a gente ta sendo violentada. É uma violência... e que isso que eu passo pra elas na verdade eu to passando pra mim, em primeiro lugar. Por que? Por conta do tempo que parei. Então quando eu vou pra Colméia que eu falo com as meninas... eu me sinto como se tivesse no Grupo (**GMM**). Ta entendendo? Mas isso é uma fase (**continua emocionada**) que tudo na vida é aprendizado... A gente às vezes ta triste... lá em baixo... isso é aprendizagem... que aquilo vai passar. Se a gente está muito feliz... está tendo condições nessa vida... é aprendizado. Porque se a gente ta feliz... a gente precisa... não é ter cuidado nem pensar que vai chegar o momento difícil... não é isso. Mas é que a vida é feita de altos e baixos... então, a gente pode está lá em cima... mas que pode acontecer os altos e baixos na nossa vida. Mas, o ano mais feliz na minha vida foi ter feito esse curso (**Promotoras Legais Populares**) que me ajudou muito (**novamente chora**) eu tenho o maior carinho pelo Grupo (**GMM**)... pelas pessoas de lá que me ajudaram... eu olho pra cada uma delas e digo... e penso... o quanto me ajudou... como me fortaleceu de muitas coisas. Quando ele voltou de Roraima... ele viu que eu era outra... por que eu nunca baixava a cabeça... nunca aceitei. Mas agora eu sabia que tinha direitos... tinha conhecimento. Ele ficou com medo... até hoje ele tem medo... porque você vive com aquelas mulheres que defendem as mulheres. E ele sabe que agora tenho proteção... ele sabe que o Grupo (**GMM**) me protege. Então, eu devo muita coisa ao Grupo (**GMM**), devo muita coisa ao curso... muita coisa as pessoas. Gostei muito... muito.. muito... você não

sabe o quanto me serviu. Que me ajudou... e isso eu passo pras minhas filhas porque eu fico assim olhando eu não tenho curso superior e eu vejo pessoas do curso superior que passam por violência e elas não sabe que aquilo é violência. Então, eu fico sempre dizendo pras minhas filhas... principalmente C. que precisa assim de mais apoio... e eu fico orientando ela. Porque às vezes homem pratica violência... e mais ele não sabe que é violência... eu observo isso também. Quando o homem proíbe a mulher de usar uma roupa... proíbe por conta de não querer que a mulher se exponha.... mas ele não sabe que é uma violência... muitos não sabem. Nem eles sabem disso. Parece ser uma coisa que tá tão dentro deles... que eles não sabem. Acha que o que está fazendo é certo... É achar que não é nada demais aquilo... porque ele tá protegendo aquela pessoa dele que ele acha que é dele... tá entendendo? Não sabe que é violência. (INÊS)

Às vezes a falo pra ele ir pro AA pra ver... levar ele no médico... porque se ele não tiver bêbado não faz isso. Ai então... a gente já procurou vê se ele vai pro medico... se tratava... pelo menos pra ter a vida dele tranqüila... sem essa coisa. Mas ai ele não quer ir e outras coisas não procurei não. Na verdade uma vez eu deixei ele e fui... dei parte dele... lá nas pequenas causas... acho que foi... não foi na delegacia da mulher não. Foi nas pequenas causas que tinha lá na Av. Norte. Porque nesse tempo a minha menina ainda era pequena... a casula - porque ele queria pegar A. e jogar lá no meio da rua. Ai só foi nesse dia que eu tive coragem... assim..., sair.. e denunciei ele... e sai de casa. Fui pra casa da menina que eu trabalhava na casa dela... passei... parece que uma semana ainda. Ai ele foi lá disse que não ia mais fazer isso... que num sei o que... fez aquele aconselhamento entendeu. Dessa vez ele passou 6 meses sem beber... foi uma maravilha... num teve mais problemas... ele saia pro trabalho chegava só era tomar banho... comer e dormir... não saia de casa... e foi bom... esses 6 meses, mas depois ele começou de novo na bebedeira... bebedeira... bebedeira. Até o ponto dele chegar e dizer a A. (**filha**) e o noivo: “desapareça da minha casa vá morar com ele... eu não quero ninguém...” O negócio dele era esse: “num quero ninguém na minha casa não... suma... eu quero viver sozinho”. Ai como sempre... quase todo dia vinham essas marteladas... essas marteladas. E isso assim foi crescendo... dando ódio em mim e nas meninas todinha... ai foi quando a gente endoidou... deixou tudo e foi alugar uma casa e foi embora. Depois eu só vim descobrir as coisas depois que eu trabalhei na Mulher Maravilha... que fui me acordado. Fui me alertando... foi quando me alertei mesmo... me acordei pra o mundo... e comecei a viver... até ai porque antes eu não vivia... eu só vegetava com ele... porque ele não parava em casa mesmo. O Grupo Mulher Maravilha me trouxe muita coisa boa... me trouxe conhecimento de várias coisas eu não conhecia. Assim, como ser mais eu... porque antes eu não era eu... eu era só aquele como é que diz... aquela coisa que só era mandada que só fazia aquilo que fulaninho queria... porque ele é assim vc é minha amiga lógico, você adoecesse e fosse para o hospital, vou visitar fulaninha... Podia ficar certa que quando eu chegasse era uma confusão de morrer... ai a minha a única coisa que eu fazia era chorar. Eu não dizia nem que ele era bonito... e nem que ele era feio. Entendeu? Xingava tudo... era aquela confusão e eu só chorava até ai. Só que depois que eu conheci Mulher Maravilha, que a gente foi... conhecendo melhor as coisas... fui ver que a vida não só era fogão... casa... pia. Que tinha outro mundo lá fora... que até ai... eu não conhecia. Ai as coisas... teve época que ele chegava: “você vai ter que escolher... você escolhe a mim ou escolher ir pra igreja” (**com voz de autoridade**). Dizia que eu ia pra igreja atrás do padre (risos). (MARLI)

Outras narrativas revelam que buscar informações sobre esta situação é uma forma de enfrentar a violência, mesmo porque para essas mulheres o conhecimento sobre a violência e os seus direitos contribuem para o seu fortalecimento como pessoa, mulher e cidadã. Ao lado

disso é colocada importância a articulação com outras mulheres e entidades para se buscar enfrentamento da violência, ajudando outras mulheres que estejam na mesma situação.

Para Saffioti (2005), para “empoderar” as mulheres, são necessárias que elas tomem conhecimento de fatores históricos do patriarcado, apreendendo a dimensão histórica da dominação masculina e subordinação feminina. Conheçam também as formas como foram sendo construídas pela sociedade de como devem ser as relações entre homens e mulheres, as chamadas relações de gênero e como essa situação se repercute até os dias atuais.

Eu perdi o medo... Eu não entendo quando foi que eu perdi... Não foi no dia que eu dei uma parte dele na delegacia das mulheres... não tinha Maria da Penha ainda não. No dia 13 de manhã... ele pegou... só porque eu disse a ele que levasse a menina... ele ia levar a menina pra festa da empresa... e depois ele disse que não ia levar. Ele começou a dizer coisa comigo... eu também errei não vou mentir... e outra tinha uma boca muito suja... eu gostava muito. Mais eu acho assim... a gente... a mulher também pode errar como a delegada disse a mim. Mas acho que isso não é motivo de o homem vim bater. Eu também falava muita coisa que não deveria. Já to revidando. É às vezes ele diz venha... venha. Eu digo venha você... e abaixe sua bola que é melhor que você faz... vá comer e vá dormir. E ali ele fica calado.... Ai pronto.... depois que eu dei essa parte... eu acho que ele tem muito medo... ele tem medo de mais... de mais mesmo... de fazer e eu dá parte de novo a Maria da Penha. (ALCERI)

Já, denunciei ele em Cardinô. Denunciei ele... e denuncie quantas vezes tiver oportunidade... eu denuncie ele. Agora ele é uma boa pessoa... assim... bom pai quando quer ser... um bom dono de casa... não falta nada dentro de casa... não deixa faltar nada... o problema é quando ele bebe. E ele se sente uma pessoa sozinho... porque não tenho nada com ele... já estamos separados de corpos já há 5 anos. Temos contato... vivemos dentro da mesma casa... Já peguei o celular para gravar as coisas que ele fala... é pra gravar. Porque toda vez que vou pra justiça... me pedem provas... me pedem testemunhas... mas hoje em dia ninguém quer testemunhar a favor de ninguém... nem contra... nem a favor. Por um olhar menor que seja já tão matando... eu já levei testemunhas... pra meu caso... nesse soco do nariz que ele deu em mim... já levei duas testemunhas... mas só foi uma e assim mesmo não foi necessário. Naquele meio Ali... que foi o julgamento dele ali... o advogado de defesa... de acusação... a minha... tudinho. Então, ali ficou uma coisa pra ele pagar processo 6 meses de processo... de serviços prestado. Como ele hoje presta serviço no cemitério do Hospital do Câncer... ele vai dia sim, dia não... e tem dia que ele não vai. Eu não sei onde é que ta essa justiça... ontem... por exemplo... era o dia de ele ir... então, lá onde ele presta serviço ele disse que não ia. Quer dizer! **Mas quando foi que você prestou queixa dele?** Foi quando ele deu um soco no meu nariz em 2004. Agora ele ta pagando essa pena... vai fazer 3 meses... ele disse pra mim que um processo a mais e um processo a menos... pra ele não tem diferença não. E eu sempre digo a ele que eu vou prestar queixa dele na delegacia. Todo dia eu digo... você deixe de me desmoralizar... de me desafiar. Porque ele diz que vai me matar: “eu abro você no meio... se eu pegar você com homem lá fora... eu abro você em duas bandas... eu não tenho medo”. (...) ele começou prestando agora. (PIEADADE)

Dei parte dele no fórum. Quando eu cheguei com a intimação... eu entreguei a menina mais velha quem leu... ai ela disse: - eita painho.... é uma intimação. Ai ele disse: - tu ta doida. To doida nada eu num disse a você. Você aqui só pegando as minhas coisas pra vender... eu não disse a você que ia da parte de você. Você duvidou de mim. Quando a menina leu. Ele é bem moreno... ele ficou tremendo... ficou amarelo pálido (risos). Ai a menina pediu: - oh mainha vai retirar a queixa. A minha menina mais velha foi quem leu a carta e ela ficou com dó. Ela leu a carta porque ele não saber ler. Ai ela disse: - vai mainha... tira a queixa. Ai ele me prometeu mulher... me garantiu que nunca mais ia fazer isso. Ai ta bom e peguei fui. Mas eu sempre aviso a ele. (...) Fui retirar a queixa lá no Fórum 'mode' a minha menina mais velha que pediu. Ela ficou com dó dele... e ele já tem um processo... porque ele tava bebo... ai ele pegou... arrumou um revolver... e ficou atirando lá no sítio... lá onde a gente morava... no meio do mato... ele atirou pra cima. Foi então que denunciaram ele... aí ele passou 1 mês e 15 dias preso. Ele não anda nem mais armado visse... e quando ele ta bebendo eu escondo assim... escondo faca... escondo garfo... escondo espeto. (JUSTINA)

A semana passada... não semana retrasada... ele bebeu. (...) ele mandou eu ir pegar 10,00 real emprestado a 'mulé' que eu trabalho lá. Ai eu fui... fiz que fui... ai eu disse: a mulher disse que não tem não... porque ela foi fazer umas cobranças o que tão devendo a ela... não estão em casa só pra semana. Ai ele disse: - então vá falar com a mãe dela, da mulher que eu trabalho lá. Vou J. tu já ta bebo desse jeito quando acabar ainda quer beber mais, tu só acha que tu ta bebo quando tu ta caído ou quando tiver topando na garganta. Ele disse: - não eu não vou sair mais não é só pra eu tomar umas duas cervejas. Ai eu disse bebe quem pode, cadê que eu bebo, num posso. Ai eu disse: - e cerveja é luxo. Ai ele foi rrsrs: - vamos se você não for eu vou vender o DVD. Ai ameaçou de vender o DVD. Ai eu disse: - vá pegue, você é macho... se vc botar a mão no DVD e vender... ai eu pego vou na casa do sargento vou falar com ele... você pode entrar no inferno eu entro no carro da policia e vou atrás de vc... ou então... eu vou fazer assim... vou pro fórum. Eu digo no fórum vai ser melhor com o promotor. Ele disse: - você não é doida. Eu disse:- doida? você visse que eu fiz uma vez... pra eu fazer outra vez é como mudar roupa! Ai minha filha... ele foi e tirou o DVD... o aparelho (...) Ai eu disse: - isso é uma mulesta mole... rrsrsrs... Ai mulé ele pegou o DVD... saiu com a mulesta com o DVD debaixo do sovaco. Eu disse: - home traz esse DVD. Ai ele disse: - eu quero que você fique ai na porta fazendo cinema. Ai ele danou-se com o DVD. A menina pequena não tava em casa... se ela tivesse em casa eu ia mandar ela ir acompanhar ele... e quando ele tivesse oferecendo... ela fizesse sinal pra ninguém comprar... ninguém comprava não... vendo ela dando sinal (...) Ai quando eu dei fé... quando foi umas 9 horas... lá vinha ele com o DVD debaixo do braço. Ai eu fui e disse: - oxente tu não vendesse não foi? Ai ele disse: - não to doido não quando fosse segunda feira tu ir pro fórum. E eu ia mesmo. (...) E aí ele ficou com medo de vender... ele tem medo de entregar ele no fórum. (...) Eu disse a ele num vá não... na primeira vez eu fui retirei a queixa. (...) E digo mais... quando eu chegar lá no fórum... eu invento 'meio mundo' de coisa de você... eu digo que você me ameaça... eu digo que você bate em mim... ai ele fica com medo. E ainda digo ao promotor... que quando eu digo que vou denunciar... ele diz que vai me matar... diz se for preso... quando soltar vai me matar... eu invento 'meio mundo de coisa'. Ai ele diz que sou doida. (JUSTINA)

Procurei o Ministério Público... delegacia... defensoria pública. (MARIANA)

Mesmo na convivência com os agressores, as narrativas expressam resultados de enfrentamento da violência quando procuram os serviços de defesa da mulher e como se agarram a esses serviços como saída para que os agressores não voltem mais a agredi-las, ou,

pelo menos, para que as agressões sejam minimizadas. A denúncia da violência é mais uma forma de enfrentamento, ainda que esta seja acompanhada de sentimentos de culpa, principalmente pela preocupação que revelam quanto às repercussões desta atitude para os filhos e para o próprio agressor.

(...) uma vez que ele chegou... eu tinha ido pro sítio... Ai eu fui pedir a ele antes de sair: - oh J. O nome dele é J.. Eu disse: - tu não vai beber não. Ele disse: - não vou beber não. Ai quando ele bebe fico nervosa... começo logo a chorar. Ai quando ele chegou bebo em casa ligou logou o som. Ai eu disse:- oh homem desliga esse som se a policia baixar aqui... ai ao invés de levar tu... vai levar o som. Ai eu me 'azuei'... ao invés de levar o som... vou dizer assim: - deixe o som e leve ele. Ai eu pegava e desligava o som... ai ele ligava... ai eu pegava e baixava... ai ele aumentava. Já era tarde... já era 01:00h da madrugada... (...) Ai eu peguei sai de casa... peguei uma roupa botei dentro da minha bolsa... vou pra casa da minha mãe que ela mora lá na rua da ponte. Ai a menina pequena me acompanhou. Isso aconteceu o ano passado a minha menina tinha uns 10 anos de idade. Ela foi minha companhia... ai quando cheguei na ponte ela disse: mainha vai pra onde? Vou pra casa de vó (**mãe**). Ela disse: - eu vou também. Eu disse: - não! volte pra traz. Ai ela: - não eu. Ai, a bichinha começou a chorar. Ai eu peguei deixei os outros em casa e fui com ela. Ai quando eu cheguei logo no começo da ponte. Ai no lado de cá... ai eu peguei botei a perna pra pular, num sabe... ai ela foi e se agarrou-se comigo: - não mainha... faça isso não... mainha é doida... oh meu Deus vou ficar sem mãe. Ai eu disse: - e eu que me importa... vocês num tem um pai?... ele arruma outra. Ai ela se agarrou comigo: - não mainha... por Nossa Senhora... faça isso não mainha... num faça isso não... se mainha pular eu pulo também... ou eu chamo a polícia e digo que foi por causa de painho. E se agarrou comigo chorando. Mas se não fosse ela eu tinha pulado da ponte abaixo. (..) Ainda passei a perna ainda pra o outro lado e fiquei segurada na coisa que é salva-vida. Mas se não fosse ela... eu tinha pulado da ponte abaixo. Ai ela disse: - se mainha tinha pulado. Ai eu disse: oxente, se tivesse pulado morria ou quebrava as pernas. Ai ela disse: - é... ai eu pegava e aí foi quando ela disse se eu tivesse pulado ela ia pra policia. Ai ela disse: - oh mainha... se mainha fizesse isso... se eu não tivesse impedido... eu ia lá pro pilotão... e ia chamar a policia... ai a policia ia perguntar por que foi e eu ia dizer que foi 'mode' do meu pai que ela fez isso... porque ele chega em casa bebo e fica comendo o juízo dela... ai ela tem raiva e faz isso... fez isso. (JUSTINA)

Perpetuada dentro de uma cultura que muitas vezes impõe à mulher regras de submissão, a narrativa revela que a tentativa de suicídio é mais uma saída a esta situação. É interessante observarmos que, talvez o medo de olhar para as cicatrizes, não necessariamente do corpo, mas da alma, leva muitas mulheres a fins trágicos. Com isso, romper essas regras de submissão, buscar ajuda especializada, tentando compreender as vivências particularizadas, possa ajudar a mulher a buscar o caminho da liberdade e da não violência.

Mesmas submetidas a várias situações de violência, as mulheres entrevistadas acabam buscando caminhos de enfrentamento da violência sofrida: fazendo uso da própria violência ao agredirem, também, o companheiro; tentando “marcar” o seu lugar na casa como uma forma de preservá-la, o que é extensivo aos filhos; buscam informações sobre seus direitos; buscam ajuda em organizações não-governamentais que trabalhem na perspectiva do enfrentamento da violência contra a mulher; se utilizam de mecanismos próprios (fazem denúncia na mídia ou usam gravadores com objetivo de gravar algumas falas do próprio agressor lhe ameaçando como forma de colher provas para denunciarem na justiça); denunciam também a órgãos de defesa da mulher ou ameaçam os companheiros com a Lei Maria da Penha, pelo fato da Lei prever uma pena mais rigorosa para o agressor; outra expressão grave se dá, muitas vezes, pela tentativa de tirar sua própria vida.

6. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER: HÁ POSSIBILIDADES DE ENFRENTAMENTO?

Procurando compreender a experiência de mulheres em situação de violência doméstica, a trajetória percorrida nos mostrou uma face instigante e multifacetada desse fenômeno. Como se pode ver historicamente e, sobretudo, nos últimos tempos, muitos olhares têm sido lançados sobre a violência contra a mulher com elaboração de teorias, leis e práticas visando sua proteção face à intensa humilhação e sofrimento gerados por essas situações. Ainda assim, percebe-se que muito pouco se avançou na conquista da cidadania e dos direitos das mulheres, vez que uma grande quantidade delas ainda sofre com a violação dos seus direitos e a história se repete.

Destaca-se, então, a necessidade de “desnaturalização” das várias formas de violência nas quais as mulheres são vítimas, assim como se torna fundamental a desvinculação da identidade masculina como aquele que ocupa a posição de patriarca e de agressor e a identidade feminina como aquela que se encontra no papel de vítima, o que poderá possibilitar a construção de novos papéis em uma outra realidade sem violência.

A literatura consultada revela que as raízes da violência doméstica contra a mulher estão em uma sociedade que se constituiu baseada no conceito de exploração-dominação, fruto de um sistema patriarcal, fundado na desigualdade entre homens e mulheres de diferentes raças, etnias, classe social e cultural. O contexto da dominação masculina, representada desde o ambiente doméstico e, dali, espalhando-se por todo o seio social, sempre fez parte de um amplo processo de construção de valores e de normas. Vale ressaltar que a construção de uma ideologia voltada para a superioridade masculina vem, praticamente, desde a Alexandria romanizada que colocava a mulher no pólo da subordinação e de inferioridade, princípio extenso à própria Igreja Católica que concebia a mulher como sendo subordinada ao homem assim como ao Senhor.

No período colonial, a sociedade patriarcal ganha força produzindo-se uma estrutura fixa de organização familiar e uniões conjugais, na qual predominava aspectos de exploração-dominação, frutos de um sistema escravocrata, capitalista e assimétrica.

O desenvolvimento econômico, a modernização social e política, no Brasil, fizeram-se de forma desigual, atingindo, prioritariamente, os grupos mais favorecidos e excluindo os mais pobres, o que pode ser exemplificado através da máxima do senso comum, em que a justiça só é igual para todos na letra da lei, mas nunca na sua prática.

No entanto, há um domínio que escapa a essa lógica da divisão social entre pobres e ricos, tradicionais e modernos e que diz respeito à violência, perpetrada na esfera privada. Independente desta lógica, atingindo a toda e qualquer cidadã, parece estar legitimado que da porta de casa para dentro nada mais diria respeito à sociedade, mas apenas a cada um dos que ali vivem e à família, como um todo.

Com o surgimento do movimento de mulheres e de outros movimentos de defesa de direitos da criança e de homossexuais, por exemplo, os temas do espaço doméstico foram trazidos ao público, possibilitando a construção de uma perspectiva radicalmente diferente das anteriores calcadas na visão de homens brancos, ricos e heterossexuais. Fazendo (ou pelo menos tentando fazer) valer o princípio de que somos todos iguais perante a lei, significativos avanços ocorreram lembrando, a exemplo, a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei Maria da Penha.

Infelizmente, ainda não temos a dimensão exata do fenômeno da violência doméstica, conjugal e intrafamiliar no Brasil, não havendo estudos abrangentes que nos indiquem o alcance desse fenômeno. O que sabemos é que sempre que se estuda o tema, em pesquisas qualitativas ou quantitativas, a frequência com que os relatos aparecem impressiona a qualquer um. São muitos os obstáculos para se chegar a informações confiáveis sobre violência doméstica, a começar pela dificuldade de definição do termo e de suas múltiplas

formas de expressão. Em segundo lugar, temos o fato de que, em geral, a violência doméstica é tratada como um assunto privado e, por isso, há muita relutância por parte das vítimas para falar sobre o assunto, além da vergonha e do medo de retaliação por parte dos agressores. Soma-se a estes fatores, um aspecto de vital importância: a ausência de escuta social.

A fala das mulheres, assim como as suas experiências de vida, continua menos valorizada que a fala masculina. Há mais de um século, as próprias mulheres tentam revalorizar essa fala e essas experiências através de movimentos e organizações em busca de seus direitos. As conquistas estão inscritas em nosso tempo e em nossa sociedade, junto com inúmeras outras sob a forma de leis, normas e instituições de defesa dos direitos das mulheres.

As mulheres estavam, em geral, excluídas do exercício da cidadania, exclusão que vem se perpetuando em função de variáveis como sexo, raça, etnia, idade, orientação sexual, status econômico-social, entre outras, e que contribuíram para o alijamento de determinados grupos ao exercício pleno dos Direitos Humanos.

Todas as manifestações práticas da desigualdade e da discriminação por gênero têm um desastroso ponto em comum, os seus efeitos. Utilizadas de maneira sutil ou evidente, constituem um ato ilegal e deixam em sua passagem profundas marcas. Afetam diretamente a auto-estima de uma pessoa e do grupo ao qual ela pertence dada a força com que os estereótipos se integram à própria identidade dos indivíduos. Pode-se ressaltar que qualquer fator de exclusão gera violência em torno da pessoa excluída, seja no ambiente privado ou no público.

A violência contra as mulheres é um produto histórico da constituição imaginária da sociedade, na qual o patriarcado constrói indivíduos em referência a essas significações, impondo à sociedade o código patriarcal. Assim, a violência contra a mulher é parte de um sistema simbólico dado, muitas vezes considerado como normal no seio familiar e na sociedade e que mantém o sistema hierárquico funcionando de modo legítimo, o que é

corroborado pela história das mulheres – participantes desta pesquisa. É possível que essa construção subjetiva, tanto da identidade do masculino quanto do feminino, cristalizada ao longo dos séculos possa favorecer a compreensão do que impede essa mulher de distanciar-se da situação de violência e nela permanecer. Nesse sentido, a submissão à violência não poderia ser concebida como uma escolha, mas, antes, seria parte constituinte de sua construção identitária, o que não significa que não possa ser transformada.

De acordo com as entrevistas realizadas pudemos observar que a concepção que as mulheres têm sobre a violência doméstica parte de um olhar voltado para as suas próprias experiências de violência, havendo clareza na identificação dos tipos de violência a que estavam submetidas. Prevalcem falas de violência psicológica, física, sexual, moral e patrimonial, ainda que outras mais sutis também sejam relatadas.

Essas formas de violência são claramente percebidas pelas mulheres, ainda que os sentimentos quanto ao agressor seja ambíguos e conflitantes, o que gera uma compreensão acerca da violência sofrida também ambígua e conflitante: via de regra, o agressor é percebido como uma pessoa doente e agressiva por fazer uso do álcool, ao mesmo tempo como uma pessoa bondosa com os filhos e, por outro lado, como uma pessoa digna de pena. Neste sentido, várias são as nuances que pairam na compreensão de que se tem em torno do agressor e da violência.

Além disso, a análise das entrevistas realizadas mostra a dificuldade de ruptura com a situação de violência na qual as mulheres se encontram, seja por não entenderem o que as levam a continuarem nessa situação seja por medo de que o companheiro ou ex-companheiro venha a assassiná-la, ou ainda, porque a relação de violência envolve outras pessoas da família como, por exemplo, os filhos, não querendo vê-los sofrer com essa situação. Muitas dependem financeiramente do companheiro por não terem um emprego; outras de alguma forma sentem pena do próprio companheiro, por ele ser um alcoolista, por ser uma pessoa

doente, por não ter um emprego, por ter uma família de origem que o despreza. Em todos os motivos assinalados para a permanência nessa situação, parece evidente o aprisionamento das mulheres no ciclo da violência e o papel atribuído socialmente ao homem, cuja dominação foi e é mantida por gerações em nossa sociedade.

Em relação às estratégias adotadas para o enfrentamento da violência sofrida, as mulheres, participantes das entrevistas, buscam saídas que incluem mecanismos que vão desde a agir também com violência, a tentar tirar sua própria vida ou a buscar ajuda em instituições não-governamentais ou em órgãos de defesa da mulher, mesmo quando a justiça se mostra morosa na efetivação do enfrentamento da violência doméstica. Neste sentido, recordamos e reforçamos no terceiro capítulo a visão de Saffioti (2005), ao levantar a questão de que nem sempre a mulher agredida é apenas vítima passiva nas relações com os agressores, apesar de serem as maiores vítimas dos conflitos domésticos. Segundo Espíndola, Bucher-Malaschke e Santos (2004), a violência, principalmente a conjugal, é considerada parte de um processo inter-relacional.

Por outro lado, não é possível negar o envolvimento emocional existente com o agressor, o que torna a denúncia mais difícil. A tentativa de preservar a relação seja por causa dos filhos ou pelo desejo em manter a família e o casamento, leva a mulher a silenciar e a manter o ciclo da violência como já assinalado. Observa-se que as mulheres, participantes desta pesquisa, construíram percepções, sentimentos e representações em relação ao gênero, segundo os quais ser mulher é experimentar o sofrimento cotidiano de uma vida de amargura e de submissão a uma estrutura simbólica patriarcal.

É necessário, contudo, atentarmos para o fato de que a violência não se expressa da mesma forma para todas as mulheres e que esta questão deverá ser analisada respeitando cada uma no seu próprio processo de ruptura ou não da violência, com seus valores e crenças.

Foram várias as faces identificadas da violência doméstica, mas, com certeza, uma delas nos chamou especial atenção: o fato de as mulheres não conseguirem sair da situação de violência por não encontrarem apoio efetivo dos órgãos de defesa da mulher. Apesar dos avanços e conquistas realizadas, não conseguimos criar políticas públicas articuladas que garantissem a emancipação e a autonomia da mulher e o redimensionamento da sua história de vida. A violência contra a mulher é um problema de toda a sociedade e somente será superada através de ações conjuntas que possibilitem mudanças profundas nas relações de gênero.

Embora mudanças de atitudes, pensamentos e sentimentos já sejam percebidos há décadas em instâncias jurídicas, legislativas e ordinárias da vida social, ainda se mostram insuficientes para se constituírem em uma transformação profunda da violência seja psíquica, simbólica, física, sexual, moral e patrimonial perpetradas pelos homens contra as mulheres. Como observamos, é difícil denunciar a agressão sofrida, principalmente quando acontece no âmbito do psíquico, mesmo porque, para a Justiça, esse tipo de violência não apresenta provas concretas e palpáveis para se prescrever como um ato violento. Também é difícil uma mulher chegar a uma delegacia e prestar queixa contra o companheiro que a agrediu, “simplesmente” porque ela não quis ter relação sexual anal com ele, por exemplo, como mostra muito bem a fala de Luiza: “... *é constrangedor dizer na delegacia que o meu marido quer fazer sexo anal comigo e eu não quero*”.

Porém, recordamos Godinho e Costa (2006), ao ressaltarem que é preciso realizar capacitações de sensibilização da temática de gênero e violência para diferentes profissionais, tanto os das áreas de saúde e da segurança pública quanto os operadores do direito e os gestores públicos que atuam no atendimento às mulheres em situação de violência, oportunizando a esses profissionais uma reflexão sobre uma prática cristalizada que, muitas vezes, acaba por não acolher a mulher que procura os seus serviços. É possível que essa

reflexão sobre gênero possa favorecer a uma melhor compreensão das nuances que envolvem a temática da violência, visando à promoção de mudanças na atitude dos profissionais que atendem as mulheres no contexto da violência doméstica.

Portanto, procuramos mostrar neste trabalho que a violência contra a mulher é um fenômeno que, apesar de seu grande destaque na atualidade, é bastante antigo na história da humanidade. Mesmo com os espaços conquistados pelas mulheres, elas ainda se encontram em uma jornada longa de trabalho e em posição de desigualdade nos ambientes público e privado.

Acreditamos que o problema da violência contra a mulher, no que refere ao âmbito público e/ou privado, deve ser trabalhado em espaços que possibilitem o exercício dos direitos humanos fundamentais e da cidadania, através da participação ativa das pessoas nesse processo sociocultural. É preciso ampliar os espaços públicos já conquistados e propagar práticas políticas verdadeiramente transformadoras de situações e de construções subjetivas.

Por outro lado, é interessante destacarmos a importância da psicologia clínica no processo de enfrentamento da violência doméstica contra a mulher. Vale ressaltar que a luta contra essa violência não está limitada ao campo da economia política, mas abrange sempre, e igualmente, o campo da subjetividade, pois são muitas as conseqüências que a violência acarreta na saúde mental da mulher, tornando-se, assim, uma questão de saúde pública.

Observa-se, então, a urgência de uma intervenção da psicologia nas ações das políticas de saúde da mulher, apesar de que o psicólogo ainda não se encontre efetivamente vinculado às ações de saúde como um sistema de política pública. Segundo Porto (2006), a política de saúde mental precisa também oferecer apoio psicológico às mulheres em situação de violência e às equipes de atendimento, num trabalho de “retaguarda” para os profissionais de saúde. A psicologia, como ciência e profissão, pode dar importantes contribuições na mudança de paradigmas da saúde, da saúde pública e da saúde mental. Nesse contexto, o

profissional de psicologia se depara com o desafio de trilhar novos caminhos e de sustentar suas recentes conquistas.

A prática clínica pode contribuir para um resgate da auto-estima e da autonomia de mulheres, na tentativa de elas romperem o ciclo da violência e os pactos conjugais e domésticos a que estão submetidas, estimulando o fortalecimento interno. Porém, o objetivo é ajudar a mulher a sair do ciclo de violência a que está submetida, através da ruptura da relação ou pela reconstrução da mesma em outros moldes. Nesse sentido, a intervenção do profissional de psicologia pode ajudar na diluição das relações de poder, motivando as mulheres a construir relações sociais paritárias e a reduzir de maneira ativa as desigualdades de gênero presentes nos vários grupos sociais onde estão inseridas. Portanto, o trabalho clínico pode se conectar com os acontecimentos, potencializando-os no sentido de buscar romper as idealizações que produzem paralisações e naturalizações.

As diferentes posições que as mulheres ocupam diante de violências sofridas, ora de submissão, ora de resistência, exigem uma compreensão da complexa articulação entre os aspectos de gênero e de poder na dinâmica das relações violentas, bem como as suas repercussões no campo psíquico

Então, romper com a violência, desconstruir e construir histórias, desmanchando “naturezas” vividas como formas estabilizadas e produzir outras configurações subjetivas dando um lugar a uma nova versão dos acontecimentos é, sem dúvida, um caminho importante para o exercício da pluralidade, para a convivência da diversidade, condições necessárias para a prática cidadã.

Ao colocar à disposição das mulheres em situação de violência, instrumentos efetivos de mudança pessoal e social, a psicologia pode prestar uma contribuição essencial para a educação, a formação e o conseqüente “empoderamento” das mulheres, assegurando, assim, a possibilidade de maximização das suas potencialidades humanas.

REFERÊNCIAS

AGENDE. **Direitos Humanos das Mulheres...** Em outras palavras. Brasília: AGENDE, 2002.

ALMEIDA, S. S. Violência e Subjetividade. In: RAUTER, C.; PASSOS, E.; BENEVIDES, R. (Orgs). Equipe Clínico-Grupal do Grupo Tortura Nunca Mais-RJ. **Clínica e Política: subjetividade e violação dos direitos humanos**. Rio de Janeiro: Instituto Franco Basaglia/Editora TeCorá, 2002, p. 45-50.

ANDRADE, I. P. **A Mulher Negra** (mimeo). Recife, 2001.

ARAÚJO, E. Arte da sedução: sexualidade feminina na colônia. In: PRIORE, M. D. (Org). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 7.ed., 2004, p. 45-77.

AZEVEDO, M. A. **Mulheres Espancadas: a violência denunciada**. São Paulo: Cortez, 1985.

BANDEIRA, L.; ALMEIDA, T. M. C.. A violência contra as mulheres: um problema coletivo e persistente. In: LEOCÁRDIO, E.; LIBARDONI, M. (Orgs). **O Desafio de Construir Redes de Atenção às Mulheres em Situação de Violência**. Brasília: AGENDE (Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento), 2006, p. 20-43.

BARSTED, L. L. O avanço legislativo no enfrentamento da violência contra as mulheres. In: LEOCÁRDIO, E.; LIBARDONI, M. (Orgs). **O Desafio de Construir Redes de Atenção às Mulheres em Situação de Violência**. Brasília: AGENDE (Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento), 2006, p. 66-88.

BARSTED, L. L.; PITANGUY, J.. **As Mulheres e os Direitos Humanos: os direitos das mulheres são humanos**. Traduzindo a Legislação com a perspectiva de gênero. Rio de Janeiro: CEPIA, 2001.

BASSANEZI, C. Mulheres dos anos dourados. In: PRIORE, M. D. (Org). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 7.ed., 2004, p. 607-639.

BERMAN, R. Do dualismo de Aristóteles à dialética materialista, a transformação feminista da ciência e da sociedade. In: JAGGAR, A.; BORDO, S. (Orgs). **Gênero, corpo e conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997, p. 241-275.

BIANCARELLI, A. **Assassinatos de Mulheres em Pernambuco: violência e resistência em um contexto de desigualdade, injustiça e machismo**. São Paulo: Instituto Patrícia Galvão, 2006.

BRITO, B. R. Violência doméstica e sexual – um olhar da mulher negra. In: **Violência Contra a Mulher e Saúde – um olhar da mulher negra**. Santos: Casa de Cultura da Mulher Negra, 2004, p. 57-60.

BUCHER- MALUSCHKE, J. S. N. F. Vínculo, Afetividade e Violência: desafios para a família e a sociedade. In: MALUSCHKE, G.; BUCHER- MALUSCHKE, J.; HERMANN, K. (Orgs). **Direitos Humanos e Violência: desafios da ciência e da prática**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2004, p. 157-170.

CARNEIRO, S. **Mulher Negra / Política Governamental e a Mulher**. CARNEIRO, S.; SANTOS, T.; GORDO, A. (Orgs). São Paulo: Nobel, 1985.

CHAUÍ, M. Participando do debate sobre mulher e violência. In: **Perspectivas antropológicas da mulher**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984, p.23-62.

DINIZ, G.; COELHO, V. A História e as histórias de mulheres sobre o casamento e a família. In: FÉRES-CARNEIRO, T. **Família e Casal**: efeitos da contemporaneidade. Rio de Janeiro: PUC/RJ, 2005, p.138-157.

DINIZ, G.; PONDAAG, M. Explorando significados do silêncio e do segredo nos contextos de violência doméstica. In: MALUSCHKE, G.; BUCHER- MALUSCHKE, J.; HERMANNNS, K. (Orgs). **Direitos Humanos e Violência**: desafios da ciência e da prática. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2004, p. 171-185.

DUARTE, R. O. Violência Doméstica – tolerância zero. In: **Violência Contra a Mulher e Saúde – um olhar da mulher negra**. Santos: Casa de Cultura da Mulher Negra, 2004. p. 66-69.

ESPÍNDOLA, C. R.; BUCHER- MALUSCHKE, J. S. N. F.; SANTOS, A. P. A mulher no contexto da violência. In: MALUSCHKE, G.; BUCHER- MALUSCHKE, J.; HERMANNNS, K. (Orgs). **Direitos Humanos e Violência**: desafios da ciência e da prática. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2004, p. 213-230.

FERREIRA, V. Violência contra a mulher em Pernambuco: a difícil tarefa de entender o contexto. In: CASTILLO-MARTÍN, M. OLIVEIRA, S. (Orgs). **Marcadas a Ferro**: violência contra a mulher – uma visão multidisciplinar. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005, p.179-184.

GIACOMINI, S. M. **Mulher e Escrava**: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1988.

GODINHO, T.; COSTA, M. L. Para discutir uma política nacional de combate à violência contra a mulher. In: LEOCÁRDIO, E.; LIBARDONI, M. (Orgs). **O Desafio de Construir Redes de Atenção às Mulheres em Situação de Violência**. Brasília: AGENDE (Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento), 2006, p. 46-63.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C. S. (Org). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2007. p.79-108.

GONZALEZ, L. A mulher negra na sociedade brasileira. In: MATEL, T. L. **O lugar da mulher negra**: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual. Rio de Janeiro: AGRAAL, 1982. p. 87-106.

GONZALEZ REY, F. L. Sujeito e Subjetividade: uma aproximação histórioco-cultural. Tradução: Raquel Souza Lobo Guzzo. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

GOUVEIA, T.; CAMURÇA, S. **O que é gênero**. SOS-CORPO – Instituto Feminista para a Democracia (Org). Recife: Cadernos do SOS-CORPO, 4.ed., 2004.

GREENSPUN, W. Abraçando a Controvérsia: uma abordagem metassistêmica da violência doméstica. In PAPP, P. (Org). **Casais em Perigo**: novas diretrizes para terapeutas. Trad.: BURGÚÑO, D. A. E. Porto Alegre: Artimed, 2002. p. 167-191.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

HAHNER, J. E. **A Mulher no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HOMERO, M. N. Construindo a Cidadania. In: **Violência Contra a Mulher e Saúde** – um olhar da mulher negra. Santos: Casa de Cultura da Mulher Negra, 2004. p. 55-56.

MAIA L. M. **O Cotidiano dos Direitos Humanos**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1999.

MATTAR, C.; CARRETEIRO, T. C. Percurso Biográfico, percurso social: violência conjugal em análise. In: **Psicologia Clínica**: das novas configurações à violência familiar. Rio de Janeiro: PUC/RJ. Centro de Teologia e Ciências Humanas. Departamento de Psicologia. v. 15, nº 2, 2003, p. 49-66.

MORRISON, A.; BIEHL, M. L. **A família ameaçada**: violência doméstica nas Américas. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2000.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO. **Lei Maria da Penha**: o Ministério Público e o combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. Recife: Ministério Público Publicações, 2007.

MUSZKAT, M.; MUSZKAT, S. Permanência na diversidade: um estudo sobre a conjugalidade nas classes de baixa renda. In: GOMES, P. B. (Org). **Vínculos Amorosos Contemporâneos**: psicodinâmicas das novas estruturas familiares. São Paulo: Callis Editora Ltda., 2003, p. 109-131.

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. Mulheres vítimas de violência doméstica: compreendendo subjetividades assujeitadas. In: **PSICO**. Porto Alegre: PUCRS, v.37, n.1, p.7-13, jan./abr., 2006.

NEGRÃO, T. Nós e rupturas da rede de apoio às mulheres. In: STREY, M. N.; AZAMBUJA, M. P. R.; JAEGER, F. P. (Orgs). **Violência, Gênero e Políticas Públicas**. Porto Alegre: EDIPURS, 2004, p.215-258.

OLIVEIRA, K. L. C. **Quem tiver a garganta maior vai engolir o outro**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

OSORIO, L. C. Novos rumos da família no limiar do século XXI. In: OSORIO, L. C.; VALLE, M. E. (Org), **Terapia de Famílias**: novas tendências. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002, p. 17-23.

PAKER, R. G. **Corpos, Prazeres e Paixões**: a cultura sexual no Brasil contemporâneo. CAVALLARI, M. T. M. (Trad). São Paulo: Best Seller, 2001.

PINTO, V. C.; AMAZONAS, M. C. L. Ser Mulher... In: AMAZONAS, M. C. L.; LIMA, A. O.; DIAS, C. M. S. (Orgs). **Mulher e Famílias**: diversos dizeres. Recife: Oficina do Livro, 2006, p.27-42.

PIOVESAN, F. **Temas de Direitos Humanos**. São Paulo: Limonad, 2003.

PITANGUY, J.. Violência contra a mulher – saúde: um olhar da mulher negra. In: **Violência Contra a Mulher e Saúde** – um olhar da mulher negra. Santos: Casa de Cultura da Mulher Negra, 2004. p. 40-43.

PORTELLA, A. P. Novas faces da violência contra as mulheres. In: CASTILLO-MARTÍN, M. OLIVEIRA, S. (Orgs). **Marcadas a Ferro**: violência contra a mulher – uma visão multidisciplinar. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005, p.93-99.

PORTELLA, A. P. Enfrentamento à violência contra as mulheres em Pernambuco. In: **Reflexões feministas para transformação social**. Recife: Cadernos de Crítica Feminista, ano I, n.0, dez., 2007, p. 128-138.

PORTO, M. Violência contra a Mulher e Atendimento Psicológico: o que pensam os/as Gestores/as Municipais do SUS. In **Psicologia**: ciência e profissão / Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP, ano 6, n.3, 2006, p.426-439.

PRIORE, M. D. Magia e Medicina na Colônia: o corpo feminino. In: PRIORE, M. D. (Org). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 7ª Ed., 2004, p. 78-114.

QUINTAS, F. **A Mulher e a Família no final do século XX**. Fundação Joaquim Nabuco. Recife: Editora Massangana, 2. ed., 2005.

RAMPAZZO, L. **Metodologia Científica para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

ROCHA-COUTINHO, M. L. O papel de homens e mulheres na família: podemos falar em reestruturação? In: **Psicologia Clínica**: das novas configurações à violência familiar. Rio de Janeiro: PUC/RJ. Centro de Teologia e Ciências Humanas. Departamento de Psicologia. v. 15, n 2, 2003, p. 93-107

ROCHA-COUTINHO, M. L. **Tecendo por trás dos panos**: a mulher brasileira nas relações familiares. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

RODRIGUES, Hugo H. **Introdução a Gestalt-terapia: conversando sobre os fundamentos da abordagem gestáltica**. Petrópolis: Vozes, 2002.

SAFFIOTI, H. I. B. Gênero e Patriarcado: a necessidade da violência. In: CASTILLO-MARTÍN, M. OLIVEIRA, S. (Orgs). **Marcadas a Ferro**: violência contra a mulher – uma visão multidisciplinar. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005, p.35-76.

SAFFIOTI, H. I. B. Violência de Gênero no Brasil contemporâneo. In: SAFFIOTI, H. I. B.; MUNHOZ-VARGAS, M. (Org) **Mulher Brasileira é Assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos – NIPAS/UNICEF, 1994, p.151-185.

SAFFIOTI, H. I. B. **Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade**. Disponível em: www.pucsp.br. Acesso em: 10 de setembro de 2009.

SANTOS, M. F. S. Representações Sociais e Violência Doméstica. In: SOUZA, L.; TRINDADE, Z. A. **Violência e Exclusão: convivendo com paradoxos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004, p. 132-145.

SANTOS, T. F. E. Violência Doméstica – Punição e Repressão. In: **Violência Contra a Mulher e Saúde – um olhar da mulher negra**. Santos: Casa de Cultura da Mulher Negra, 2004. p. 74-76.

SCHRAIBER, L. B.; D'OLIVEIRA, A. F. L. P. Violência contra mulheres: interfaces com a saúde. In INTERFACE. **Comunic, Saúde, Educ.** São Paulo, v.3, n.5, 1999. p. 01-17.

SCHRAIBER, L. et al. **Violência dói e não é direito: a violência contra a mulher, a saúde e os direitos humanos**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

SILVA, G. L. **Mitos e fatos sobre violência doméstica**. Disponível em: <gilbertolucio/interesses.html>. Acesso em: 25 de maio de 2003.

SOIHET, R. Mulheres pobres e violência no Brasil. In: PRIORE, M. D. (Org). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 7. ed., 2004, p. 362-400.

SOUZA, V. A. **Um olhar de gênero nas temáticas sociais**. João Pessoa: Idéia, 1997.

TURATO, E R. **Tratado da Metodologia da Pesquisa Clínico-Qualitativa: construções teórico-epistemológica, discussões comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas**. Petrópolis: Vozes, 2.ed, 2003.

VAZANT, I. **Manifesto da campanha contra a violência doméstica pela paternidade responsável**. Disponível em: <www.geledes.com.br>. Acesso em: 15 de junho de 2005.

VIEIRA, M. P. **Violência Psicológica**. Consultoria Crítica. Disponível em: <www.mulheres.org.com>. Acesso em: 11 de maio de 2003.

WILSHIRE, D. Os usos do mito, da imagem e do corpo da mulher na re-imaginação do conhecimento. In: JAGGAR, A.; BORDO, S. (Orgs). **Gênero, corpo e conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997, p. 101-125.

ZINKER, J. C. **A busca da elegância em psicoterapia: uma abordagem gestáltica com casais, famílias e sistemas íntimos**. São Paulo: Summus, 2001.

ANEXOS

ANEXO I

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

1. Você está sendo convidada para participar da pesquisa A mulher em situação de violência doméstica.
2. Você foi selecionada por se encontrar dentro dos critérios de inclusão da pesquisa e sua participação não é obrigatória.
3. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento.
4. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a Instituição
5. O objetivo da pesquisa é Compreender a experiência de mulheres em situação de violência doméstica, isto é, como as mulheres convivem com a violência no seu dia-a-dia.
6. Sua participação nesta pesquisa consistirá em relatar sua experiência no convívio com a violência sofrida.
7. Essa pesquisa não oferece riscos aparentes físicos e/ou emocionais em relação a sua participação. No entanto, qualquer situação de interação pode causar algum tipo de desconforto, principalmente quando se relaciona a um tema que diz respeito ao seu mundo privado. Tentar-se-á alcançar os objetivos da pesquisa de uma forma menos invasiva possível indo até o ponto que você consentir. Todos os cuidados serão tomados, tanto no decorrer da coleta dos dados quanto posteriormente, no sentido de oferecer atenção psicológica caso você necessite.
8. Os benefícios relacionados com a sua participação são conhecer melhor a realidade deste problema e divulgar juntos aos profissionais de saúde, da área social, jurídico e a população em geral os resultados encontrados.
9. As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação.
10. Os seus dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação, ou seja, os dados pessoais serão mantidos em sigilo e os resultados gerais obtidos através da pesquisa serão utilizados apenas para alcançar o objetivo dessa pesquisa, incluindo sua publicação na literatura científica especializada. Porém, o retorno da sua participação poderá ser realizado através de encontros de discussão sobre a temática em questão.
11. Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

DADOS DO PESQUISADOR PRINCIPAL (ORIENTADOR)

PROF^a DR^a ANA LÚCIA FRANCISCO

Assinatura

Endereço completo

Telefone

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UNICAP que funciona na Pró-Reitoria Acadêmica da UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO, localizada na Rua Almeida Cunha, 245 – Santo Amaro – Bloco G4 – 8º andar – CEP 50050-480, Recife-PE – Brasil. Telefone (81) 2119.4004 – Endereço eletrônico: pesquisa_prac@unicap.br

Recife, _____ de _____ de 200__

Assinatura da participante

Observação:

ANEXO II**CARTA DE ACEITE**

Declaramos, para os devidos fins, que concordamos em disponibilizar o/s setor/es _____ desta Instituição, para o desenvolvimento de atividades referentes ao Projeto de Pesquisa, intitulado: A mulher em situação de violência doméstica, sob a responsabilidade da Professoras/Doutoras/Pesquisadoras Zélia Maria de Melo e Ana Lúcia Francisco do Mestrado de Psicologia Clínica da Universidade Católica de Pernambuco, pelo período de execução previsto no referido Projeto.

Recife, ___ de _____ de 200__

Nome, por extenso, da Representante Legal da Instituição.

Assinatura

CPF

ANEXO III**CARTA DE ANUÊNCIA**

Declaro, para os devidos fins, que concordo em participar do Projeto de Pesquisa, intitulado: **A mulher em situação de violência doméstica**, sob a responsabilidade das Professoras/ Doutoras/Pesquisadoras Zélia Maria de Melo e Ana Lúcia Francisco do Curso de Mestrado em Psicologia Clínica, da Universidade Católica de Pernambuco, desenvolvendo as atividades que me competem, pelo período de execução previsto no referido Projeto.

Assinatura

Nome, por extenso, do Professor/ Pesquisador

Matrícula _____

Identidade _____

CPF _____

Fone/s para contato _____

E-mail _____

CARTA DE ANUÊNCIA

Declaro, para os devidos fins, que concordo em participar do Projeto de Pesquisa, intitulado: **A mulher em situação de violência doméstica**, sob a responsabilidade do Professoras/Doutoras/Pesquisadoras Zélia Maria de Melo e Ana Lúcia Francisco do Curso de Mestrado em Psicologia Clínica, da Universidade Católica de Pernambuco, desenvolvendo as atividades que me competem, pelo período de execução previsto no referido Projeto.

Assinatura

Nome, por extenso, da mestrande em Psicologia Clínica - Universidade Católica de Pernambuco.

Matrícula _____

Identidade _____

CPF _____

Fone/s para contato _____

E-mail _____

CARTA DE ANUÊNCIA

Declaro, para os devidos fins, que concordo em participar do Projeto de Pesquisa, intitulado: **A mulher em situação de violência doméstica**, sob a responsabilidade do Professoras/Doutoras/Pesquisadoras Zélia Maria de Melo e Ana Lúcia Francisco do Curso de Mestrado em Psicologia Clínica, da Universidade Católica de Pernambuco, desenvolvendo as atividades que me competem, pelo período de execução previsto no referido Projeto.

Assinatura

Nome, por extenso, da mestranda em Psicologia Clínica - Universidade Católica de Pernambuco.

Matrícula _____

Identidade _____

CPF _____

Fone/s para contato _____

E-mail _____

ANEXO IV

QUADRO DO PERFIL DAS MULHERES ENTREVISTADAS

NOME	IDADE	ESTADO CIVIL	FILHOS (AS) QUANTIDADE	RAÇA/COR	RELIGIÃO	ESCOLARIDADE	PROFISSÃO / NÍVEL DE OCUPAÇÃO	CIDADE/BAIRRO
Luiza	29	Casada (Religioso e Civil – 2 anos) - 13 anos de convivência	2	Preta	Católica	Ensino Médio Incompleto	Autônoma (não especificou)	Recife
Brandina	40	União estável (20 anos)	5	Preta	Evangélica	Ensino Fundamental Incompleto	Desempregada	Recife
Josefa	Não específico	Separada 5 meses. (convivência – 17 anos e 6 meses)	4	Parda	Católica	Ensino Fundamental Incompleto	Serviços Gerais	Afogados da Ingazeira
Alceri	35	Casada (Religioso e Civil – 17 anos)	1	Parda	Católica	Ensino Médio Incompleto	Dona de Casa	Recife
Piedade	46	Solteira (convivência – 27 anos)	3	Morena	Católica	Ensino Médio Completo	Vendedora	Recife
Inês	53	Casada (Religioso – 29 anos)	3	Preta	Espírita	Ensino Médio Completo	Educadora Social	Recife
Justina	37	Casada (Civil – 21 anos)	3	Parda	Católica	Ensino Fundamental Incompleto	Empregada Doméstica	Afogados da Ingazeira
Mariana	46	Casada	3	Preta	Católica	Ensino Superior Completo	Professora e Supervisora de Escola Municipal /	Afogados da Ingazeira
Germana	46	Casada (religioso e Civil – 14 anos)	1	Preta	Católica	Ensino Superior Completo / Pós-Graduada em Gestão Escolar	Pedagoga / Diretora Escola Municipal	Afogados da Ingazeira
Marli	54	Casada (civil) / 29 anos de convivência e 8 anos de separada	2	Preta	Católica	Ensino Médio Completo	Educadora Social	Recife

ANEXO V

ROTEIRO NORTEADOR PARA ENTREVISTA

- O que é violência doméstica?
- Que tipo de violência ela foi submetida?
- Como ela compreende essa violência?
- Como ela se percebe dentro da violência e como percebe que a agride?
- Se ela já procurou em um momento, algum tipo de ajuda para enfrentar a violência que está submetida, e que tipo de ajuda?

EIXOS TEMÁTICOS:

- Compreensão da violência doméstica pela mulher;
- A experiência a que é submetida;
- Fatores que impedem a ruptura com a violência;
- A percepção que se tem do agressor;
- Tentativas de enfrentamento da violência sofrida.